

Revista ■

# Onis



 **Ciência**

As Ciências Sociais no lugar certo!

[www.revistaonisciencia.com](http://www.revistaonisciencia.com)

Vol.V Ano V Nº 15

Janeiro - Abril 2017

ISSN 2182- 598X

# Nº 15



Vol. V Ano V Nº 15

Janeiro — Abril 2017

Períodico Quadrimestral

ISSN 2182—598X

Braga - Portugal

4700-006

Indexador:



*O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.*



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

[www.revistaonisciencia.com](http://www.revistaonisciencia.com)

[revistaonisciencia@gmail.com](mailto:revistaonisciencia@gmail.com)

Tel.: 351 964 952 864

Revista Onis Ciência, Vol V, Ano V, Nº 15, Braga, Portugal, Janeiro — Abril, 2017. Quadrimestral

**EDITOR:**

Ribamar Fonseca Júnior  
Universidade do Minho – Portugal

**DIRETORA COORDENADORA:**

Karla Haydê  
Universidade do Minho – Portugal

**CONSELHO EDITORIAL:**

Bendita Donaciano  
Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique

Bruno Smolarek Dias  
Universidade Paranaense – Brasil

Camilo Ibraimo Ussene  
Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique

Cláudio Alberto Gabriel Guimarães  
Universidade Federal do Maranhão – Brasil

Claudia Machado  
Universidade do Minho – Portugal

Cleber Augusto Pereira  
Universidade Federal do Maranhão – Brasil

Carlos Renilton Freitas Cruz  
Universidade Federal do Pará – Brasil

Diogo Favero Pasuch  
Universidade Caxias do Sul – Brasil

Evelyn Cristina Ferreira de Aquino  
Universidade do Minho – Portugal

Fabiane Maia Garcia  
Universidade Federal do Amazonas–UFAM

Fabio Paiva Reis  
Universidade do Minho – Portugal

Hugo Alexandre Espínola Mangureira  
Universidade do Minho – Portugal

Karine Pinheiro Souza  
Universidade Federal do Ceará–UFC

Karleno Márcio Bocarro  
Universidade Humboldt de Berlim – Alemanha

Valdira Barros  
Faculdade São Luís - Brasil

**DIVULGAÇÃO E MARKETING**

Larissa Coelho  
Universidade do Minho - Portugal

**DESIGN GRÁFICO:**

Ricardo Fonseca – Brasil

## ARTIGOS

<i>A CONSTITUCIONALIDADE DA CASTRAÇÃO QUÍMICA</i> <b>LUÍS NORBERTO CÂMARA DA FONSÊCA.....</b>	<b>05</b>
<i>POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERSETORIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO</i> <b>LAÍZA ZANATTA CRESTANI.....</b>	<b>18</b>
<i>COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS NO GERENCIAMENTO DE EMPRESAS INCUBADAS</i> <b>WALTER SARAIVA LOPES.....</b>	<b>39</b>
<i>DIAGNÓSTICO PREVENTIVO DA EVASÃO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA</i> <b>RAFAELA COSTA SILVA.....</b>	<b>53</b>
<i>MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, ORGANIZAÇÃO, LUTA DE CLASSES OU FRAGMENTAÇÃO</i> <b>ERISVALDO SOUZA.....</b>	<b>71</b>
<i>A CONTRACULTURA</i> <b>ANDRÉ DE MELO SANTOS.....</b>	<b>82</b>
<i>A AGRICULTURA NO BRASIL: O LADO OCULTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA</i> <b>LAYANNA STHEFANNY FREITAS DO CARMO.....</b>	<b>91</b>

**A** **Revista Onis Ciência** é uma publicação *on-line* quadrimestral, voltada para as ciências sociais. Neste sentido, busca se consolidar como um fórum de reflexão e difusão dos trabalhos de investigadores nacionais e estrangeiros. Desse modo pretende dar sua contribuição, nos diferentes campos do conhecimento, trazendo para o debate temas relevantes para as ciências sociais. Dirigida a professores e investigadores, estudantes de graduação e pós-graduação, a revista abre espaço para a divulgação de Dossiês, Artigos, Resenhas Críticas, Traduções e Entrevistas com temáticas e enfoques que possam enriquecer a discussão sobre os mais diferentes aspetos desse importante campo das ciências.

## A CONSTITUCIONALIDADE DA CASTRAÇÃO QUÍMICA

**Luís Norberto Câmara da Fonseca**

*Advogado, Graduado em Direito pela Faculdade de Belém- FABEL*  
[norberto\\_fonseca@yahoo.com.br](mailto:norberto_fonseca@yahoo.com.br)

O presente estudo tem como finalidade analisar a constitucionalidade de aplicação da castração química em pedófilos, tratamento terapêutico químico que reduz a concentração do hormônio masculino, no organismo do condenado, o que pode ocasionar a diminuição da reincidência de crimes de natureza sexual, contra crianças e adolescentes em idade pré-púbere. Tal medida já foi positivada em diversos países e em outros se encontra em discussão. No Brasil, está em tramite no Congresso Nacional desde 2007 um projeto de lei do Senador Gerson Camata, mas que enfrenta resistência devido à alegação de inconstitucionalidade do método, baseado nos argumentos de desrespeito do princípio da dignidade humana, violação da integridade física do preso, crueldade. O referido artigo contará com o texto histórico da castração química, o debate sobre o projeto de lei 522/2007 que versa sobre o assunto além dos benefícios e malefícios do uso da castração química como pena alternativa aos crimes contra a liberdade sexual. O trabalho tem como escopo o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio da proporcionalidade e o princípio da humanidade para analisar se o atual momento a este tipo de pena é possível no Brasil e também se é possível utilizar o princípio da autonomia como meio de assegurar o direito de escolha da pena aos criminosos sexuais que queiram se submeter a castração química.

**Palavras-Chave:** constitucionalidade, castração química, pedófilos

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar análise de constitucionalidade, a aplicação da castração química em pedófilos no Brasil, tratamento terapêutico químico que tem como finalidade reduzir a concentração de hormônio masculino, a testosterona, no organismo do paciente, com aplicação de hormônios feminino, impedindo assim, que o condenado sinta desejo sexual perdendo a sua libido, com o intuito final de que este não volte a praticar novos crimes de teor sexual.

O tema que ora se apresenta já vem sendo discutido e aplicado em diversos países, como Inglaterra, Coréia do Sul, Dinamarca, Alemanha, Canadá, e em 12 Estados americanos, na Califórnia foi proposta a castração cirúrgica para criminosos reincidentes,

na Argentina, a província de Mendonza adotou a castração química após notar grandes índices de reincidências nos casos de crimes sexuais, na Indonésia um Decreto aprovado em maio deste ano autoriza a castração química de pedófilos e exige que usem dispositivos eletrônicos em liberdade condicional e está em vias de ser aprovada na França e Espanha. No entanto no Brasil enfrenta resistência na positivação do tratamento hormonal, no ordenamento jurídico, devido às alegações de inconstitucionalidade, segundo algumas correntes do direito que consideram o tratamento hormonal como pena cruel, degradante e por ferir o princípio da dignidade da pessoa humana. No Brasil a pedofilia é classificada como doença mental, sendo tratado com psicoterapia e uso de tranquilizantes.

Busca-se com o tratamento hormonal a redução de crimes de natureza sexual, sendo direcionada aos pedófilos, parafilia esta que é um transtorno de preferência sexual por crianças e adolescentes na idade pré-púbere.

Apresenta-se como forma de prevenção, uma forma de proteger a dignidade sexual de crianças e adolescentes, a fim de evitar as consequências traumáticas que pode ser desenvolvidas devido o abuso sexual, correspondente à faixa etária em que se encontram as vítimas, causam traumas que prejudicam o desenvolvimento psicológico, gerando dificuldades na formação de laços de amizade e amorosos, assim como o aparecimento de outros tipos de trauma, como, medo, insegurança e angustia.

Está em tramite no Congresso Nacional, desde 2007 o projeto de Lei nº 522/007 que acrescenta ao Título VI do Código Penal o artigo 216 B para cominar a pena de Castração Química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos artigos 213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo conforme o Código Internacional de Doenças, como pena a condenados pela prática de crimes sexuais, contra crianças e adolescentes.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJS) considerou o projeto constitucional.

Algumas correntes defendem a inconstitucionalidade da proposta com os argumentos de que a pena violaria o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo vista como cruel; Princípio da humanidade ou ainda porque desrespeitaria o Princípio da Proporcionalidade. Por outro lado, há os que defendem sua constitucionalidade com a contra-argumentação de que não é cruel e tampouco desproporcional e que depende da ótica de como se vê o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da humanidade.

Vale destacar que quando estamos na análise da constitucionalidade da pena em relação aos princípios citados anteriormente, estamos diante de um tema subjetivo e controverso. Neste ritmo, não se encontram explicações certas ou erradas, embora possa haver uma análise crítica das considerações que fundamentam esse posicionamento até mesmo no intuito de dar fim ao preconceito.

Deste modo, reprimi-se a opinião radical e sem elementos de estudo para não castrar apenados.

## 1. A CONSTITUCIONALIDADE DA CASTRAÇÃO QUÍMICA

### 1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O aparecimento da castração veio com a lei de Talião onde predominava o provérbio “olho por olho, dente por dente”. O método usado nesse procedimento era o esmagamento, em que o condenado se submete a violência culminam por quebrar ossos do esqueleto e triturar órgãos essenciais. Já a castração consistia em colocar os testículos do condenado em local firme para serem esmagados com um golpe preciso realizado com um pedaço grosso de madeira, semelhante a uma marreta formada de madeira de lei.

No tempo em que era dependente de Portugal o Brasil empregava como pena as seguintes sanções: pena de morte, mutilação através de retirada de membros, degredo, prisão perpetua e o açoite, tomando como apoio as ordenações Manoelinas, Filipinas e Alfonsinas. Interessante mencionar que a determinação desses atributos penais vigorou no Brasil, mesmo depois de sua independência.

Como forma de engrandecer o contexto histórico daquela época, eis uma sentença prolatada no Estado de Sergipe datada de 15 de outubro de 1833, em relação a uma tentativa de estupro, *in verbis*:

“SENTENÇA DO JUIZ MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, AO TERMO DE PORTO DA FOLHA – 1883”.

SÚMULA: Comete pecado mortal o indivíduo que confessa em público suas patifarias e seus boxes e faz gogas de suas vítimas desejando a mulher do próximo, para com ella fazer suas chumbregâncias.

O adjunto Promotor Público representou contra o cabra Manoel Duda, porque no dia 11 do mês de Senhora Sant´Anna, quando a mulher de Xico Bento ia para a fonte, já perto dela, o supracitado cabra que estava de tocaia em moita de matto, sahiu dela de sopetão e fez proposta a dita mulher, por quem roía brocha, para coisa que não se pode traser a lume e como ella, recusasse, o dito cabra atrofou-se a ella, deitou-se no chão deixando as encomendas della de

fora e ao Deus dará, e não conseguiu matrimônio porque ella gritou e veio em amparo della Nocreya Correia e Clemente Barbosa, que prenderam o cujo flagrante e pediu a condenação delle como incurso nas *penas* de tentativa de matrimônio proibido e a pulso de sucesso porque dita mulher taja pêijada e com o sucedido deu luz de menino macho que nasceu morto.

As testemunhas, duas são vista porque chegaram no flagrante e bisparam a perversidade do cabra Manoel Duda e as demais testemunhas de avaluemos. Dizem as leis que duas testemunhas que assistem a qualquer naufrágio do sucesso faz prova, e o juiz não precisa de testemunhas de avaluemos e assim: Considero que o cabra Manoel Duda agrediu a mulher de Xico Bento, por quem roía brocha, para coxambrar com ella coisas que só o marido della competia coxambrar porque eram casados pelo regime da Santa Madre Igreja Cathólica Romana.

Considero que o cabra Manoel Duda deitou a paciente no chão e quando ia começar as suas coxambranças viu todas as encomendas della que só o marido tinha o direito de ver.

Considero que a paciente estava pêijada e em consequência do sucedido, deu a luz de um menino macho que nasceu morto.

Considero que a morte do menino trouxe prejuízo a herança que podia ter quando o pai delle ou mãe falecesse.

Considero que o cabra Manoel Duda é um suplicado debochado, que nunca soube respeitar as famílias de suas vizinhas, tanto que quis também fazer coxambranças com a Quitéria e a Clarinha, que são moças donzellas e não conseguio porque ellas repugnaram e deram aviso a polícia.

Considero que o cabra Manoel Duda está preso em pecado mortal porque nos Mandamentos da Igreja é proibido desejar do próximo que elle desejou.

Considero que sua Majestade Imperial e o mundo inteiro, precisa ficar livre do cabra Manoel Duda, para secula, seculorum amem, arrieiem dos deboxes praticados e as sem vergonhas por elle praticados e apara as fêmeas e machos não sejam mais por elle incomodados.

Considero que o Cabra Manoel Duda é um sujeito sem vergonha que não nega suas coxambranças e ainda faz isnoga das incomendas de sua vítima e por isso deve ser botado em regime por esse juízo.

Posto que:

Condeno o cabra Manoel Duda pelo malfício que fez a mulher de Xico Bento e por tentativa de mais malfícios iguais, a ser capado, capadura que deverá ser feita a macete.

A execução da pena deverá ser feita na cadeia desta villa. Nomeio carrasco o Carcereiro. Feita a capaço, depois de trinta dias o Carcereiro solte o cujo cabra para que vá em paz.

O nosso Prior aconselha:

Homine debochado debochatus mulherorum inovadabus est sentetia qibus capare est macete macetorum carrascus sine facto nortre negare pote.

Cumpra-se a apregue-se editaes nos lugares públicos. Apelo ex-officio desta sentença para juiz de Direito deste Comarca.

Porto da Folha, 15 de outubro de 1833.

Assinado: Manuel Fernandes dos Santos, Juiz Municipal suplente em exercicio”.

## 1.2 ANÁLISE DO MÉTODO

Com a evolução das sociedades essa espécie de sanção deixou de ser legal no Brasil, contudo ainda encontram-se duas tendências da castração, uma física e outra química. A castração física é a retirada dos testículos no homem e ovários na mulher. A



terapia química é uma forma temporária de castração, ocasionada por medicamentos hormonais para reduzir a libido e também não é meio de esterilização.

A castração química já é praticada em 12 Estados americanos, Canadá, Alemanha, Coreia do Sul, Argentina, na Indonésia e está em via de ser aprovada na França, Espanha e Inglaterra. Nos Países em que a castração química foi instituída, houve uma redução de reincidência nos crimes sexuais contra crianças e adolescente de 75% para 2%.

Em uma avaliação ponderada e pragmática sobre a possibilidade da castração química de sentenciado por pedofilia em nosso sistema jurídico não é simples. O nosso sistema jurídico não permite a violação da integridade física do sentenciado pelo Estado. Entretanto em um estudo mais aprofundado sobre o tema nos levou a uma outra conclusão.

No Brasil, os testes com castração química vêm sendo desenvolvida na Faculdade de Medicina da região do ABC paulista, Ambulatório de Transtorno de Sexualidade (ABSsex). O método é aplicado dado o consentimento do condenado por abuso sexual.

## **DO DIREITO DO CONDENADO**

A Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei de Execuções penais nos traz alguns preceitos que merecem conhecimentos. Dentre as quais o inciso XLIX do art. 5º.

“ .....  
Art. 5º .....  
.....  
XLIX- É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.  
.....”

No mesmo artigo o inciso III objetiva que ninguém será submetido a tratamento degradante. O art.38 do Código Penal prevê o seguinte:

“ .....  
Art. 38 - O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se à todas as autoridades respeito à sua integridade física e moral.  
.....”

O artigo 40 da Lei de Execução Penal, prescreve assim:

“ .....

Art. 40. Impõe-se a todas as autoridades o respeito o respeito a integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

.....”

Conforme podemos observar, o condenado tem um direito que pode contestar contra o Estado. Direito este ligado intimamente na ideia política de liberdade negativa. Há limites entre os quais os homens são invioláveis, que impossibilitam o desejo do Estado ou da de um homem em relação ao outro. Desse modo surge o princípio básico do Estado de Direito segundo Isaiah Berlin: “nenhum poder pode ser considerado absoluto, apenas os direitos o podem” (BERLIN, Isaiah. Estudos sobre a humanidade. São Paulo: Cia das letras, 2002, p.267).

No entanto em nossa doutrina jurídica e na jurisprudência, já é pacificado que os direitos individuais não são absoluto. Isto é não constituem limites que impeçam de forma absoluta a vontade do Estado. Desta maneira devemos observar o princípio da convivência das liberdades. Celso Ribeiro de Bastos apresenta o caso dos cidadãos obrigados a se submeterem a vacinações ou teste de verificação da existência de doença quando em jogo a saúde pública ou a segurança da população ( BASTOS, Celso Ribeiro. MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. V.2. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 37-38).

Isso nos leva a um questionamento, o que está em jogo, a saúde pública ou a segurança da população. De acordo com a doutrina alemã os bens jurídicos constitucionais encontram-se em choque, de um lado a segurança pública e de outro a inviolabilidade física e moral do pedófilo.

## **VEDAÇÕES DE PENAS CRUÉIS, DEGRADANTES E DESUMANAS**

Vale verificar se a análise da proporcionalidade não seria um problema para a castração química ante o princípio da legalidade que determina a qualidade e quantidade das penas e que a Constituição preceitua que não são validas as penas cruéis(**art.5º, XLVII**), para superarmos este obstáculo precisamos fazer as seguintes perguntas: o que é pena cruel e o que é tratamento desumano ou degradante (**art. 5º, III**)?

Para respondermos a estas perguntas é fundamental analisarmos o fundamento das liberdades negativas, com a dignidade da pessoa humana (**art. 1º, III**).

## **2. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA**

Dignidade da pessoa humana. O que é isso? É um dogma Lockeano Kantiano, que foi introduzido em nosso ordenamento jurídico. A palavra dignidade deriva do latim *dignus* que significa aquele que merece estima e honra. Não é um valor absoluto, autônomo ou autorreferido, necessita de atribuição do outro, da relação social.

Segundo Kant, refere-se sobre um valor moral de interesse geral.

A constituição simboliza o contrato social entre os homens e a autoridade estabelecida como o regimento interno de uma sociedade politicamente organizada. O constitucionalismo contemporâneo é oriundo da filosofia política do contrato social, que fundou o estado moderno.

De acordo com John Locke, a dignidade humana reside no fato de que, o homem não respeita senão às leis por ele próprio instituída, por meio de sua razão ( trata-se aqui do contrato social, um pacto de consentimento, que cria uma autoridade sobre todos) “nascemos livres na mesma medida em que nascemos racionais” (LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 437). A ideia de dignidade tem como característica a política de liberdade positiva. De acordo com Montesquieu: “ a liberdade é o direito de fazermos tudo que as leis permitem, se um cidadão pudesse fazer tudo que elas proíbem, não teria não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder”(MONTESQUIEU. O espírito das leis. Brasília.: Universidade de Brasília, 1995, p. 186). Essa é a lógica racional que institui o estado moderno em que as Constituições ocidentais se baseiam, pois a Constituição é um dever e obrigação entre todos os cidadãos. O conceito do contrato social traduz, na verdade, uma técnica de administração das liberdades.

Honrado é aquele, que age conforme o princípio da moral, é o homem beneficiado de um agir universal e que possui no seu dia a dia o contrato social, o qual é a razão de ser de qualquer constituição.

Este sujeito que é parte no contrato social, é digno de estima e honra por isso ele é livre, racional e um fim em si mesmo na medida em que for provido de um agir universalizável, digno de ser governado pelas próprias lei em que se obriga.

Até o século XVIII, o corpo dos cidadãos era alvo dos suplícios e das penas. “ O corpo era feito para ser supliciado e castigado” escreveu Foucault.

A partir do século XIX, o corpo adquire certo significado inteiramente distinto: “ele não é mais o que deve ser suplicado, mesmo o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades” (FOCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p, 119).

Isto é, o sentenciado é a pessoa que deve ter o desejo depurado, racionalizado. Ele deixa de ser “*coisa do rei*” e passa a ser um “*bem social*”. O cárcere, criação policial que passa a dispor de um uso sistemático como pena com início no século XIX, interrompe direitos políticos: o criminoso só retorna a integrar o contrato, a escolher representantes, após a conversão do espírito e do desejo. Assim escreveu Montesquieu, “Num estado, isto é, numa sociedade em que há leis, a liberdade não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer e em não ser constrangido a fazer o que não se deve desejar” (MONTESQUIEU. O espírito das leis. Brasília: Universidade de Brasília, 1995).

De acordo com a Convenção da ONU contra tortura e outras penas cruéis é taxativa: “As penas cruéis, desumanas ou degradantes são quaisquer atos que causem sofrimento, humilhem ou imponham esforços físicos ou morais desarrazoadas ou excessivos à pessoa”, e complementa “Não considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequências, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas”.

Realizado essa importante introdução, podemos retornar questionamento inicial: o que, em face do princípio da dignidade da pessoa humana, é uma pena cruel? É aquela que se recusa a ver o indivíduo como um bem social, mas como coisa do rei. É aquela que perde o contrato social, perde a concepção de correção com a finalidade de que o agir volte a ser de interesse geral.

A terapia química seria uma pena cruel? Ela apenas ressalta a punição e a vingança vazia, sem comprometimento algum com o conceito de contrato social? Ela só olha o corpo do sentenciado, perdendo o interesse geral? Ela despreza sua aplicabilidade socializadora? Ela é uma punição, que não dispõe reformar o indivíduo? A resposta é não. A terapêutica química vem rigorosamente tornar possível o regresso do pedófilo ao grupo social, com a finalidade de que sua patologia biológica seja superada e recuperar suas ações sociais, sem constituir um perigo para os outros.

### **3. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE**

Os alemães subdividem a proporcionalidade em três princípios: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido exato.

Entendido o princípio como critério para determinar o comportamento do legislador na ocasião em que causa limites a direitos fundamentais, a adequação se funda na exigência de que os recursos praticados sejam apropriados à conquistas dos objetivos pretendidos; a necessidade, partindo da premissa de que a medida restritiva seja

imprescindível à preservação do próprio direito fundamental e não tolere ser substituída por outra eficiente e menos gravosa; a proporcionalidade em sentido estrito, no que lhe diz respeito, consolidar na ponderação da carga de restrição em função dos resultados, de modo a assegurar uma equilibrada distribuição da obrigação. Não considerados esses subprincípios, a medida restritiva instituída pelo legislador pode ser considerada inconstitucional.

## **ADEQUAÇÃO**

A terapia química contempla o método da adequação?

A proposta não indica procedimento terapêutico a ser utilizado, mas existe tratamentos que produz efeito desejado. Drogas como o acetato de cyproterona, usado no Canadá e na Europa, e o acetato de medroxiprogesterona (Depo-Provera), utilizado nos Estados Unidos, possui grande efeito sobre o desempenho sexual, reduzindo a libido, impedindo a espermatogênese e diminuindo o volume da ejaculação, assegurando, por consequência, diminuição de fantasias sexuais. Apesar de ocasionar efeitos colaterais adversos (depressão, fadiga crônica, desenvolvimento de diabetes etc.), a administração com essas drogas são reversíveis. A dificuldade com esse tratamento é que o preso precisa comparecer com frequência ao médico designado para aplicações das injeções, sem as quais os testículos poderão até mesmo aumentar a produção de testosterona acima dos níveis normais e ocasionar alteração na libido ainda mais intensa do que ao original. De acordo com levantamento feito por Katherine Amlim, o tratamento com Depo-Provera reduziu a reincidência de 75% para 2% para aqueles presos submetidos ao procedimento, parece que até hoje a única resposta que seria absolutamente eficaz e irreversível, de acordo com pesquisas, seria a retirada dos testículos através de procedimento cirúrgico. Contudo as consequências colaterais seriam também irreversíveis.

Dessa maneira, poder-se-ia perguntar: o tratamento hormonal do condenado levaria a um ganho de segurança pública em relação aos crimes sexuais? A resposta é sim, pois existem pesquisas que apontam para a redução da reincidência, a ação atende ao critério da adequação.

## **NECESSIDADE**

Mudando para o critério da necessidade, a pergunta que se faz é: a terapia química poderia ser substituída por outra igualmente eficaz e menos gravosa? Na Espanha e na França são utilizadas pulseiras com rastreador eletrônico para acompanhamento dos

pedófilos libertados. Conforme pesquisa feita por Rafael Di Tella e Ernesto Schargrotsky revela que não existe indicio pratico considerável de resultados positivos do monitoramento eletrônico sobre a reincidência, no sentido de favorecer sua diminuição. No entanto a medida é desaprovada pela sociedade psiquiátrica, uma vez que não se trata de um problema de controle ou de punição, mas de tratamento psiquiátrico. Peritos defendem a diferenciação de pedófilos de outros agentes de crimes sexuais, como estupradores. Este último seria guiado por carência de poder, e não por carências sexuais.

O Dr. Danilo Baltieri, coordenador de psiquiatria do Ambulatório de Transtornos de Sexualidade da Faculdade de Medicina do ABC, em Santo André-SP e integrante do Conselho Penitenciário do Estado, usa a injeção de acetato de medroxiprogesterona para diminuir o desejo sexual de pedófilos, quando há a concordância destes. O ABCSex atende várias pessoas com diagnóstico de pedofilia, classificado como distúrbio psiquiátrico. O Dr. Baltieri defende que as injeções de hormônio sejam utilizadas como última opção, restrita aos que não tiveram melhora com outros tipos de drogas e com psicoterapia.

Em comparação à possibilidade do monitoramento eletrônico, pesquisa feita por Rafael Di Tella e Ernesto Schargrotsky indica que não encontra-se indícios empíricos importantes com efeito positivo do monitoramento eletrônico sobre a reincidência. Tendo a Argentina como estudo de caso, os pesquisadores concluíram que: condenados com maior tempo de encarceramento apresentara, maiores taxas de reincidência, mesmo com o monitoramento eletrônico.(DI TELLA, Rafael. SCHARGRO, Ernesto. Criminal recidivism and prison and eletronic ,monitoring, 2007).

Uma pesquisa de caso em Lake County, Illinois nos Estados Unidos, percebeu o efeito negativo do monitoramento eletrônico sobre a reincidência, os monitorados cometeram mais crimes (19%) do que os que não foram monitorados (13%). Um estudo feito no Canadá, também foi notado que o efeito do monitoramento resulta do perfil criminal do vigiado, a eficiência foi maior em relação aos condenados por crimes não violentos. Nota-se que, após o fim da pena, as taxas aumentaram, mesmo entre condenados por crimes não violentos.(<http://www.johnward.ab.ca/PUB/A3.htm>) acessado em 15 de outubro de 2016.

Não vislumbro uma alternativa penal igualmente eficaz à terapia química. A pena de morte e a prisão perpetua não são admitidas em nosso sistema jurídico. Assim sendo, é forçoso admitir que a medida considera o critério da necessidade.

## **PROPORCIONALIDADE**

O último critério é de grande complexidade de aferição, pois trata da proporcionalidade da distribuição dos ônus, de um lado, temos o sofrimento a que é submetida a criança ou o adolescente que padece da ação do pedófilo e as consequências sociais disso, de outro o pedófilo sujeito ao tratamento químico e as implicações sociais disso. De acordo com O psicanalista Gastão Ribeiro, criador do projeto Trauma infantil, que auxilia crianças carentes que passa por estupro e maus tratos, estudos tem mostrado um forte laço entre maus tratos físicos, sexuais e emocionais e o desenvolvimento de problemas psiquiátricos.

A pedofilia é admitida pela comunidade científica internacional, que expõe em seu Código de Doenças, cujas consequências para a sociedade têm sido das mais gravosas. A pedofilia é uma das condutas lesivas que mais causa desprezo contra seus agentes, devido tal agressividade ocorrer contra crianças e adolescentes. A repulsa às atitudes do pedófilo é proporcional ao mal que traz às crianças e adolescentes que não chegaram ao seu total desenvolvimento psicológico, físico e social, gerando traumas que poderão ser levadas até o final da vida.

No entanto podemos assegurar que a atitude de um pedófilo estimula em suas vítimas várias reações, especialmente na esfera psicológica. Desonra, pânico, confusão, raiva, agressividade, aflição, tristeza, depressão, sentimento de culpa e desvalorização pessoal, dificuldade com envolvimento amoroso e promiscuidade são algumas das reações que podem aparecer nas vítimas devido a grande violência. Os danos físicos curam-se, já os danos psicológicos talvez não, esse trauma poderá demorar mais para desaparecer e poderá influenciar no desenvolvimento mental, com reflexos no âmbito social e até físico. O trauma desenvolvido pode ser tamanho que a própria vítima de hoje, poder o agressor amanhã.

## **DIREITO SUBJETIVO DO CONDENADO À CASTRAÇÃO QUÍMICA**

O tratamento seria voluntário. A lei não vai aplicar a pena de castração química, mas meramente estimular o método por meio da sua redução.

Não se pode obliterar que não praticar crimes não é apenas uma obrigação, mais uma garantia, que resulta em ser visto pela sociedade como integrante do pacto

social como gente. E ainda que o tratamento não interrompe o cometimento de delitos, se revela eficaz na diminuição da probabilidade de seu acontecimento.

Contudo, não é prudente ver a castração química como a solução dos problemas sexuais. É necessário ao tratamento o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar, o que, não ocorrendo resulta em omissão do estado sanável por via judicial que exija a prestação de serviço público.

De acordo com avaliação dos argumentos contrários e favoráveis à castração química, e visando os interesses dos criminosos, das vítimas e da sociedade, concluímos que a supressão hormonal voluntária é um tratamento constitucional.

## **CONCLUSÃO**

Entendemos que a castração química é um tratamento constitucional, pois seu único objetivo é a ressocialização. Dessa forma a supressão hormonal deve ser utilizado no tratamento de condenados pedófilos, como redução de pena ou pela voluntariedade do condenado.

A voluntariedade ao tratamento, gera diminuição da pena, pois não se pode negar tratamento médico aquém dele necessitar, e não se pode negar que a redução da pena revela-se um incentivo a sua adesão. Assim sendo, não se vislumbra crueldade ou qualquer afronta ao princípio da proporcionalidade.

A maioria dos juristas acreditam que a castração química é inconstitucional, uma vez que a sanção física é vedada pela constituição. Assim, a penalidade de castração química é considerada cruel e violadora da dignidade humana, porém não é difícil a verificação de posicionamentos contrários, defendendo que a castração química não se enquadra como cruel, por não trazer sofrimento intenso ao condenado.

## **THE CONSTITUTIONALITY OF CHEMICAL CASTRATION**

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the constitutionality of the application of chemical castration for pedophiles, chemical therapeutic treatment that reduces the concentration of male hormone in the doomed body, which may result in decreased recurrence of sexual crimes against children and adolescents in prepubertal age. This measure has been positively valued in several countries and others are under discussion. In Brazil, it is in course in Congress since 2007 a Senator Gerson Camata bill, but it faces resistance due to the claim method of unconstitutionality based on the argument of infringement of the principle of human dignity, violation of physical integrity of the



prisoner, cruelty. The article will feature the historical text of chemical castration, the debate on the bill 522/2007 which deals with the subject and the benefits and detriments of the use of chemical castration as an alternative penalty to crimes against sexual freedom. The work is scoped to the principle of human dignity, the principle of proportionality and the principle of humanity to analyze whether the current time for this type of penalty is possible in Brazil and also you can use the principle of autonomy as a means of ensuring the right to choose the penalty for sex offenders who want to undergo chemical castration.

**KEYWORDS:** Constitutionality, Chemical Castration, Pedophiles

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, J. P. S. *Pedofilia: aspectos clínicos, éticos e forenses*. 2014. 37f. *Dissertação de (Mestrado em Direito)*. Universidade de São Paulo. USP, 2014. Disponível em [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-03082015-115519](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-03082015-115519), acessado em 15 de agosto de 2016.

MELO, J. O. Impotência Induzida: Castração química para pedófila volta a agitar o mundo. 2011. In: *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2011-jul-24/leis-castracao-quimica-pedofilos-voltam-agitar-mundo2>, acessado em 02 de agosto de 2016.

HAWAT, M. M. P., FERNANDES, M. S. O. Violência Sexual: crítica à ação penal pública condicionada como regra ao crime de estupro. 2015. In: *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <http://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/198088779/critica-a-acao-penal-publica-condicionada-como-regra-ao-crime-de-estupro>, acessado em 02 de agosto de 2016.

CONSULTOR JURÍDICO. Crime na Índia: advogados se negam a defender suspeitos de estupro. 2013. In: *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-jan-02/advogados-negam-defender-suspeitos-estupro-estudante-indiana>, acessado em 02 de setembro de 2016.

CONSULTOR JURÍDICO. Acusado de Pedofilia: Coreia do Sul condena réu a castração química. 2013. In: *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-jan-03/justica-coreia-sul-condena-castracao-quimica-reu-pedofilia>, acessado em 02 de setembro de 2016.

MATTOS, L. Castração química não impede casos de pedofilia e estupro. *Revista O tempo*. Disponível em <http://www.otempo.com.br/interessa/castra%C3%A7%C3%A3o-qu%C3%ADmica-n%C3%A3o-impede-casos-de-pedofilia-e-estupro-1.1314159>, acessado em 02 de agosto de 2016.

AMLIN, K. Chemical Castration: The Benefits and Disadvantages Intrinsic to Injecting Male Pedophiles with Depo-Provera. Publicado em 2008, disponível em: <http://serendip.brynmawr.edu:80/exchange/node/1778>, acessado em 15 de Setembro de 2016.

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERSETORIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO**

**Laíza Zanatta Crestani**

*Graduada em Direito pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Francisco Beltrão/PR (2010). Pós-graduanda em Psicologia Jurídica pela UNOCHAPECÓ, Campus de Chapecó, SC*

[laizazcrestani@hotmail.com](mailto:laizazcrestani@hotmail.com)

**Alexandre Magno Augusto Moreira**

*Orientador. Mestre em Direito Processual Civil e Cidadania pela Universidade Paranaense - UNIPAR. Coordenador do curso de direito da Unipar Francisco Beltrão e docente das disciplinas de direito processual Civil I e II*

[alexandremagno@prof.unipar.br](mailto:alexandremagno@prof.unipar.br)

O presente artigo compreende a elaboração de um resgate bibliográfico acerca das formas de cuidado e ações intersetoriais relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, enfatizando a importância da elaboração de ações conjuntas entre os profissionais da saúde – dentre os quais se enquadra o psicólogo - e da assistência social para a realização de um trabalho eficaz. Para tanto, inicialmente buscou-se construir um aporte teórico acerca do conceito de “morador de rua”, com a pretensão de expor conteúdo exposto em Decretos e Manuais de Intervenção elaborados pelo Governo Federal que tratam da questão. Além disso, buscou-se problematizar o processo de formação deste contingente. Em seguida, para fins de contextualização, um breve apanhado literário sobre a trajetória das políticas públicas fora traçado, e, com base no intercruzamento do conteúdo pesquisado, elaborou-se uma síntese reflexiva com o objetivo de destacar a importância do trabalho do psicólogo em rede sob a problemática proposta.

**Palavras-chave:** população em situação de rua; políticas públicas; ações intersetoriais.

## **1. INTRODUÇÃO**

Basicamente, três objetivos nortearam a realização do presente ensaio bibliográfico:

- a) complementar e ampliar o conhecimento acerca das formas de atendimento direcionadas a população em situação de rua, b) evidenciar como se deu o processo de construção das

políticas públicas que sustentam o trabalho intersectorial, e, por fim, c) refletir sobre a atuação do psicólogo em rede, considerando as especificidades da demanda supracitada.

Para atingir estes objetivos optou-se pelo desenvolvimento de um estudo bibliográfico, o qual se caracteriza pelo estudo de materiais consistentes já elaborados em torno do tema que se pretende analisar, e, por este motivo, pode ser utilizada como ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas empíricas em momento posterior (CERVO, BERVIAN 1996). Esta é a nossa intenção.

No que tange a estrutura do trabalho, ressalta-se que a pesquisa foi sistematicamente dividida em três partes, no intuito de facilitar a apresentação do conteúdo. Contudo, salienta-se que antes de assumir a forma de artigo, o presente estudo foi elaborado na forma de relatório – dada a quantidade de informações a que se teve acesso.

Isso demonstra a complexidade disciplinar que o tema de pesquisa abrange, pois além da consulta de Manuais e Decretos publicados por órgãos governamentais, referências e autores renomados da área da saúde e da assistência social, também exigiu a interpretação de obras sociológicas.

## **2. QUEM É O MORADOR DE RUA?**

Muito já foi dito sobre a constituição histórica do fenômeno que hoje se refere como população em situação de rua, o que torna sua própria definição tema de debates e controvérsias, de acordo com Melo (2011). Porém, o resgate da literatura evidencia alguns pontos que devem ser enaltecidos, como, por exemplo, o fato de a própria evolução do capitalismo possibilitar deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda (Oliveira; Oliveira, 2009).

Neste contexto, Castel (1998) alerta para a necessidade de um maior rigor sociológico no que tange o estabelecimento de categorias a partir da construção da análise que faz acerca dos chamados grupos “sobrantes”, “excedentes” e “supérfluos”, estes que, devido a vulnerabilidade e precarização de vínculos sociais, são vistos pelo signo de “inutilidade social”. Mas, para o autor, a dimensão econômica não é, pois, o diferenciador essencial - ainda que os riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômicas. Não raramente ouvimos expressões do tipo “dessassistidos” ou “invalidados”, mas, se o são, são em relação a que?

São alternativas de solução para esta problemática o estudo das articulações entre a situação que está e aquela de onde vem, sem “*autonomizar as situações extremas, mas juntar o que se passa nas periferias com o que acontece em direção ao centro*” (Castel, 1998, p. 26). A partir daí, faz-se necessário conhecer as condições de existência da população que é, simultaneamente, agente e vítima de um processo de industrialização. Isso significa que a adoção de uma postura crítica frente às questões sociais tem de estar pautada num olhar abrangente, isto é, tem de buscar solucionar as lacunas da sociedade através de uma análise integrada e não fragmentada.

A última década foi particularmente favorável ao reconhecimento da existência do processo que leva um contingente cada vez maior de pessoas a viver em situação de rua, onde os indivíduos passam por uma situação de extrema vulnerabilidade social, no limite da exclusão social, da desfiliação social e da pobreza, sem ter a garantia do mínimo para sua subsistência, além de uma série de outras questões sociais, políticas e econômicas a que estão sujeitas (Oliveira; Oliveira, 2009).

Conforme Silva *et al* (2000), os contrastes existentes entre a miséria e a abundância são capazes de ilustrar que a evolução econômica do capitalismo fortaleceu mais a desigualdade do que contribuiu para a sua diminuição, já que o seu grande alicerce é integrado pelos trabalhadores, os assalariados, que só dispõem de sua força de trabalho. Conforme salienta Orlandi (2011), é deste modo que a posição-sujeito funciona na atual sociedade: passando a simbolizar as relações de poder segundo um sistema de diferenças, às quais atribuem-se sentidos declinados segundo valores: o melhor, o pior, o rico, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc.

Logo, em seu funcionamento contemporâneo a sociedade vai além da exclusão e funciona pela segregação (Orlandi, 2011), e isso justifica a pluralidade de opiniões a seu respeito, que geram um intenso debate sobre formas diferentes de trabalho, demandas, respostas e discussões que abarcam alternativas de resolver a questão (Mello, 2011). Mas o essencial é reconhecer que antes de preocuparmo-nos em rotular os indivíduos, faz-se necessário empreender esforços no sentido de esclarecer os transcurso e nuances que tornam os indivíduos passíveis de classificação – o que implica, segundo Castel (1998), em dispormo-nos a compreender os aspectos que fomentam (ou barram) a passagem do indivíduo de uma zona de classificação para outra, seja da integração para a vulnerabilidade, seja da vulnerabilidade à inexistência social.

Neste contexto, cabe frisar que as considerações de Souza (2004), que caracteriza as pessoas em situação de rua como alvos de injustiça simbólica (decorrente da hostilidade, da invisibilidade social e do desrespeito que a associação de interpretações e estereótipos sociais reproduzem na vida cotidiana ou institucional de indivíduos e grupos). Nas palavras do autor, os moradores de rua são empecilhos para a sociedade, considerados desnecessários economicamente, perigosos socialmente e incômodos politicamente já que seus modos de ser e agir refletem uma desordem social (SOUZA, 2004). Como afirma Bursztyrn (2000), o morador de rua é visto como aquele que precisa ser afastado, rompendo-se, deste modo, os laços de solidariedade e pertencimento. Neste viés, explicita-se que, para além de expressões e conceitos que podem reiterar processos excludentes, a desigualdade concreta vivenciada pela população em situação de rua é o ponto chave, o ‘*x da questão*’ afinal, encarar esta situação somente como estado e não como processo, representa, pois, um modo simples e reducionista de compreensão (Prates *et al*, 2011).

Segundo o que dispõe o Decreto nº 7053, o qual institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, considera-se população em situação de rua como:

um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009, p.1).

Observa-se, não obstante, que a exclusão social implica, no caso dos moradores e rua, na privação, falta de recursos. Isto porque, na maioria das vezes, o morador de rua passa a ser classificado como indivíduo cuja condição é a “pior que alguém poderia se encontrar” - por aparentemente não ter vínculos pessoais, sociais e nem mesmo condições mínimas de seguridade; excluídos são todos aqueles que são rejeitados dos nossos valores, mercado materiais, não sendo excluídos somente fisicamente, geograficamente e materialmente, mas também culturalmente (Wanderley, 1997). É a partir daí que podem ser vislumbradas as operações de poder que dinamizam as relações.

Nesta vertente, Blackburn (*apud* Ferreirinha & Raitz, 2010) salienta que a palavra poder, na esfera social - seja pelo indivíduo ou instituição - se define como “*a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder, a*

*partir daí, se caracteriza pela capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado, tornando-se presente na atuação de sujeitos sobre sujeitos”* (p. 369). Quão forte é esta acepção que muitas vezes são considerados portadores de direitos os homens que, por sua inserção na sociedade, possuem os requisitos básicos de liberdade e autonomia relacionados à segurança, propriedade e resistência à opressão (Couto, 2004). Logo, temos um Estado de bem-estar ocupacional: parece, hoje, ainda valer a tese de que o homem só possui a sua existência reconhecida enquanto se faz trabalhador aos olhos do capital; aqueles que não estiverem mesmo que circunstancialmente vivendo tal condição perdem a sua visibilidade, pois não existem frente ao mundo do consumo (Sposati, 2002).

A análise do viver na rua, dos equipamentos sociais e de saúde disponíveis indica a necessidade de criação de modelos específicos e ações adequadas de atenção a esse grupo, em que o atendimento torna-se a questão central. Assim, de acordo com Brasil (2005), para os serviços de saúde permanece o desafio de operacionalizar tecnologias voltadas ao atendimento das necessidades desse grupo, e que, integradas a outras demandas, contemplem o conceito de equidade. Por fim, mesmo reconhecendo que o efetivo estabelecimento de uma política articulada entre o poder público e a sociedade civil goze de espaço nos vários debates que tratam do tema, ela permanece como uma grande função a ser desempenhada pelos diferentes agentes sociais (BRASIL, 2005). Salvo estas considerações, faz-se essencial traçar um breve histórico acerca da construção das políticas públicas brasileiras, enfatizando as mudanças oriundas da Constituição Federal de 1988 no que tange o atendimento à população em geral.

### **3. A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

O breve resgate histórico evidenciado por Bacelar (2003) nos permite compreender que a principal característica do Estado brasileiro no período situado entre 1920 e 1980, era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social, pois baseava-se em ações voltadas a promoção do desenvolvimento e não à transformação das relações da sociedade. Nessa fase, o grande objetivo governamental era consolidar o processo de industrialização, visando transformar o Brasil em uma potência intermediária no cenário mundial. (Bacelar, 2003).

a tensão *acumulação versus equidade* acaba por pressionar muito mais intensamente o lado mais fraco, o da equidade; desta forma, o projeto de “normalização” das relações sociais, tentado através das políticas sociais, tende a não se concretizar, subordinando os objetivos sociais da política estatal a fins propriamente econômicos. Tal subordinação implica que não se possa falar em “sucesso” da política estatal no relativo às questões sociais, uma vez que esta não promove equidade, nem concorre, de forma efetiva, para modificar a distribuição desigual de bens e serviços entre as diferentes categorias em que se divide a população nacional (Augusto 1989, p.3).

Vê-se aí, que tais tendências favoreceram a consolidação de uma visão ideológica e política: “quanto menos Estado e quanto mais mercado, melhor; quanto mais individualidade e quanto menos coletividade, melhor”. Essa é a perspectiva dos dirigentes mundiais (Bacelar, 2003).

Mais adiante, o movimento de 1964, mais conhecido como a ditadura militar, contava com suportes políticos extremamente fortes. Paraphraseando Polignano (2008), a maioria da burguesia defendia a internalização da economia das finanças brasileiras ao lado de uma preocupação crescente em relação à proliferação do comunismo e do socialismo no mundo que marcou o fortalecimento do poder executivo e o esvaziamento do poder legislativo. Criaram-se os chamados atos institucionais que limitavam as liberdades institucionais, principalmente o de nº 5/1968, sendo estes auxiliados pelas forças policiais e do exército para fazer-se valer (Polignano, 2008).

O autor ressalta, para tanto, que em consequência da repressão e do desmembramento de todas as organizações da população civil, o regime militar ocupou-se de criar uma tecnocracia constituída de profissionais civis retirados do seio da sociedade e colocados sob a tutela do estado para refletir acerca dos dogmas e postulados do novo regime, a nova estrutura e organização dos serviços do Estado.

A sociedade civil participava, porém, na intenção de buscar apoio e sustentação social (por suposto, limitados a determinadas categorias profissionais mais organizadas política e economicamente, surge o sistema previdenciário). Tal alternativa provocou o aumento da base de contribuição, estando este atrelado ao fato do crescimento econômico da década de 1970, do pequeno percentual de aposentadorias e pensões em relação ao total de contribuintes (Vargas, 2008).

Sendo assim, o sistema médico previdenciário existente não era capaz de atender toda esta população, e o governo teve de decidir onde alocar os recursos públicos para atender a necessidade de ampliação do sistema; foram, então, estabelecidos convênios e contratos com a maioria dos médicos e hospitais, pagando-se pelos serviços produzidos. Esta questão foi

se tornando cada vez mais complexa dentro da estrutura do INPS, incitando a criação do INAMPS – Instituto nacional de Assistência Médica da Previdência Social, em 1878 (Polignano, 2008).

Já em meados dos anos 80, a área social sofreu diretamente os reflexos do comportamento negativo da economia nacional, como é o caso da herança de desigualdades sociais, do "milagre econômico brasileiro" (1968-73). Somando-se a este fato o modelo de desenvolvimento econômico posto em prática nos últimos 25 anos, ter-se-á como resultado a dimensão exata do que se convencionou chamar de dívida social, salienta Santagada (2007), e já em 1975 o modelo econômico implantado pela ditadura militar inicia um processo de crise.

Seguindo a linha de raciocínio, o modelo de saúde vigente começa a destacar as suas mazelas, salvo que a população com baixos salários, contidos pela política econômica e pela repressão passou a conviver com o desemprego, aumento da marginalidade e a mortalidade infantil. Tendo em vista a incapacidade do sistema atender uma população cada vez maior de marginalizados, que, sem carteira assinada e contribuição previdenciária, se viam excluídos, o modelo ditatorial entrou em colapso (Vargas, 2008).

Alguns indicadores apontam, ainda, que na década de 1980 observa-se que os setores que mais absorveram mão-de-obra foram a indústria e o comércio, tornando a estratificação social no país mais complexa, já que com a política econômica recessiva de 1981 a 1983, o setor dinâmico da economia (a indústria de transformação) diminuiu seu ritmo de crescimento e o país começou a empobrecer como um todo, e os vários grupos sociais que compõem a sociedade tiveram uma queda significativa na sua renda (Santagada, 2007).

Articulando estas constatações às contribuições de Couto (2004), ressalta-se que o debate sobre a Assistência Social enquanto política pública e como direito social remete a aceção de que os usuários dos serviços estejam na condição de cidadão e não na condição de pedinte. Por muito tempo a questão social no Brasil foi tratada como caso de polícia, onde ser pobre era uma contravenção; seu comportamento era considerado um comportamento fora dos padrões da normalidade. Assim, programas que atendiam a população pobre trabalhavam na perspectiva de adestrá-los, torná-los mais dóceis, mais resignados com aquilo que a sociedade lhe oferecia. O Estado não tinha nenhuma responsabilidade com eles, limitava-se a transferir para a iniciativa privada o atendimento dessa demanda (COUTO, 2004).



A trajetória de luta da sociedade brasileira entre as décadas de 1970/1980 e o desfecho da mobilização pelo movimento “Diretas Já” nos impõe algumas reflexões acerca das contribuições desta experiência política, que, conforme Boaventura Santos citado por Oliveira; Cunha e Marinho (2012) ilustra uma ruptura com as formas organizativas e os estilos políticos hegemônicos, devendo-se destacar que a própria concepção de *nação* começava a ser reconstruída tendo seu foco deslocado para a multidão concentrada nas praças exigindo cidadania.

Neste sentido, em 1985, vivencia-se um contexto em que se exige do setor assistencial práticas inovadoras para demandas postas pela nova realidade nacional de transição democrática, em que um número crescente da população pedia respostas mais ágeis e efetivas da política assistencial que fora, pois, assentado na nova Constituição Federal de 1988 (Lonardoni *et al*, 2008).

Após o final do período ditatorial fez-se necessária, então, a transição do regime a um Estado Democrático de Direito, que se deu por meio da promulgação de uma nova constituição, esta, elaborada de tal forma a garantir os Direitos para que não ocorresse uma arbitrariedade por parte do Estado. Foi deste modo que, considerando o contexto histórico, o legislador originário, prevendo que mudanças poderiam ocorrer, acabou por instituir cláusulas pétreas, em que deixam resguardados os direitos fundamentais e a atuação dos representantes Estatais (Lima, 2014).

De modo semelhante, a trajetória das políticas públicas e sociais no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”, na qual conquistas mais importantes foram a reafirmação da Assistência Social através da LOAS, a instituição da PNAS, bem como a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), representa, sem sombra de dúvida, um avanço para as políticas sociais brasileiras, pois dispõe de instrumentos que possibilitam a participação popular no controle das políticas adotadas pelos governos, como é o caso dos Conselhos de gestão e os plebiscitos (Fonseca, *et al* 2009). Certamente, a Constituição Federal de 1988 ofereceu a oportunidade de reflexão e mudança, pois suas diretrizes aludem a um padrão de proteção social afirmativo de direitos.

Ademais, conforme Araujo *et al* (2008), o conteúdo disposto na nova Constituição Brasileira teve o intuito de confirmar os diversos princípios da democracia, tais como o federalismo, o presidencialismo, o multipartidarismo, o bicameralismo e a representação proporcional, realçando o Poder Legislativo e reformando elementos do equilíbrio

institucional por meio de uma redistribuição das competências constitucionais entre os poderes, onde os municípios tornaram-se entes formadores da federação.

A partir daí as Políticas Públicas passam a ser entendidas como um conjunto de normas que orientam práticas e respaldam os direitos dos indivíduos em todos os níveis e setores da sociedade, pois são embasadas nos princípios de igualdade, equidade e universalidade ao invés de prezar por atitudes de caráter puramente higienista. Logo, devem ser vistas como alternativas de resolução para os problemas sociais (Silveira *et al*, 2007).

Neste sentido, ressalta-se que a criação do SUAS ocorreu, segundo Brasil (2008), para superar problemas relacionados à estruturação de serviços sem a devida integração em sistema, segmentação, enfoque na relação convenial entre gestores, ações intersetoriais ineficazes, desenvolvimento de ações sem base de dados qualificada.

Daí é que surge, também, um conjunto de serviços, benefícios e programas ofertados nos equipamentos públicos com o objetivo de prevenir situações de risco através de um trabalho voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ademais, no que tange a área da Proteção Social (básica e especial), não se pode deixar de mencionar a criação dos CRAS - Centros de Referência em Assistência Social - e dos CREAS - Centros de Referência Especializada em Assistência Social (Brasil, 2008).

De forma geral, pode se dizer que a primeira entidade se caracteriza por ser a porta de entrada dos usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica, e referência de encaminhamentos para a segunda entidade citada. Assim, verifica-se que enquanto o CRAS trabalha em prol da prevenção, o CREAS atua diretamente na recuperação, ou seja, a proteção social especial deve afiançar acolhimento e desenvolver atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos para possibilitar a reconstrução de vínculos sociais e conquistar maior grau de independência individual e social. Deve ainda, defender a dignidade e os direitos humanos e monitorar a ocorrência dos riscos e do seu agravamento (Brasil, 2011).

Já no campo da saúde, a nova Constituição Federal assegura, em seus artigos 196, 197 e 198 que: a saúde é direito de todos e um dever do Estado, onde todos os serviços devem estar organizados no sentido de promover ações que visem a proteção, cura e reabilitação dos cidadãos brasileiros e preconiza a descentralização político-administrativa. Tem-se, aqui, a proposta do SUS – Sistema Único de Saúde -, que resguarda os conceitos de universalidade, integralidade e equidade (Brasil, 2003).

Desta proposta surge, ainda, as ESFs (Estratégia de Saúde da Família), que consistem em equipes cujo compromisso é estabelecer vínculo entre a população e os serviços públicos de saúde e assistência social. A atuação destas equipes acontece, principalmente, nas Unidades Básicas de Saúde, nas residências (através da realização de visitas domiciliares), e na mobilização da comunidade (BRASIL, 1990). A proposta de trabalho junto à saúde da família possui uma série de particularidades, pois é na atenção primária que a proximidade com o território se dá de modo mais assíduo. Destarte, salienta Koda (2009, p.72):

No contexto da atenção básica, colocam-se como grandes desafios na construção das ações a questão da promoção da saúde, tomada em dimensão que considere os determinantes sociais do adoecimento e não apenas a intervenção sobre os estilos de vida; e a prevenção de adoecimentos que não se reduza ao discurso sobre o risco e a normatização de condutas.

Tendo em vista a transformação da forma de atendimento, que ao menos, no papel é assegurada, enfatiza-se a importância de se entender o conceito de rede de atendimento, uma vez que nesta o poder se desconcentra. Além disso, como nos mostra Neves (1995), a estruturação de programas em rede relaciona, ao mesmo tempo, entidades organizacionais, interliga colaboradores de uma mesma organização e ainda une organizações e entidades diferenciadas. Somente assim, é possível chegar a programas e projetos que visem trabalhar em função dos usuários dos serviços sociais, evitando a sobreposição de ações e, acima de tudo, vislumbrar o significativo aumento de recursos direcionados em prol da qualidade de vida e dignidade humana.

Por fim, não se pode deixar de notar que embora tenhamos avançado no que concerne o atendimento e cuidado à saúde da população em geral, existem muitos percalços a serem superados, muitos obstáculos a serem vencidos. Como principal exemplo destes, temos a ética profissional e o comprometimento das equipes atuantes nos serviços públicos.

#### **4. O CUIDADO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: OS DESAFIOS DO TRABALHO EM REDE NA CONTEMPORANEIDADE**

Tem-se a ideia de que a rua é um local de passagem, não de moradia. Porém, de certa forma ela também acolhe, afinal, como é a casa da pessoa que ali se encontra? Qual o vínculo fragilizado que a fez procurar na rua a solução para os seus problemas? Isso demonstra a necessidade da rede de proteção social como um todo entender que a visibilidade do morador de rua se dá através do acesso aos serviços públicos. Ficar em situação de rua pode ser

considerado por muitos como sinônimo de vulnerabilidade, mas é igualmente essencial que exista um plano individual de atendimento, e não um reboque de pessoas (Brasil, 2005).

De acordo com Sposati (2002) é de responsabilidade da Política Pública da Assistência Social ofertar um conjunto de segurança à população-alvo, entre as quais a autora destaca a segurança de convivência. Observando-se a condição de convivência e as estratégias desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua para partilhar do espaço social, vê-se que resta um grande trajeto a ser percorrido, pois, o que se percebe é a existência de diferentes instituições e serviços, cada qual com a sua perspectiva e dimensões próprias de trabalho (Sposati, 2002).

Historicamente, é possível evidenciar diferentes formas de articulação para a prática assistencial, a qual se encontrou mais comumente associada à noção de caridade e de ajuda aos pobres. A necessidade de racionalizar a assistência foi crescendo na medida em que o desenvolvimento industrial foi revelando a precariedade nas condições de vida das famílias de trabalhadores (Pfeifer, 2009).

Diversos fatores contribuíram para a construção da ação assistencial como prática institucionalizada pelo Estado, entre eles a luta política dos movimentos de trabalhadores e a necessidade de controle sobre a questão social por parte da burguesia, assim como o imperativo econômico de reprodução da força de trabalho (Pfeifer, 2009).

A Constituição Federal de 1988 por certo trouxe inovações que encontram respaldo legal na LOAS, bem como na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica/SUAS. Porém, tais mudanças precisam ser debatidas, incorporadas e assumidas por todos os envolvidos no processo de gestão pública (LONARDONI *et al*, 2008).

Para tanto, faz-se necessária a elaboração de diagnósticos, estudos, e estratégias de intervenção que, de fato, abarquem a realidade do indivíduo. Há, pois, necessidade de voltar a atenção para a causa e não para o sintoma da questão social. Muitas vezes, a vinculação se torna a melhor medicação; os vínculos são inclusivos, importantes não tanto em programas e projetos, mas no existir para o outro (BRASIL, 2012).

Neste contexto, os profissionais, primeiramente, tem o dever de incitar o cuidado do indivíduo para com ele próprio, olhando para a totalidade de sua existência através do investimento mais no acompanhamento dos mesmos (BRASIL, 2012). Portanto, o levantamento de dados estatísticos e à realização de um estudo social que assegure fontes de dados para a aplicação de intervenções eficazes, como sugere Januzzi (2006) estes são

insumos básicos e fundamentais para a caracterização empírica do contexto vigente que possibilitam a compreensão do nível de gravidade de um problema.

Conforme destacado anteriormente, as visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumavam restringir-se às estratégias de caráter assistencialista e higienistas. Tais perspectivas não poderiam dar conta do complexo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e das tantas outras esferas de que estão separadas (BRASIL, 2008).

Se há necessidade de reformular a dinâmica de trabalho, faz-se mais urgente ainda uma transformação de perspectiva, isto é, faz-se fundamental transformar o modo de olhar para os usuários. Dantas (2007) frisa, neste mesmo viés, que o indivíduo em situação de rua, ignorado ou muitas vezes perseguido, possui baixo poder de vocalização e representação política praticamente nula. Daí se faz tão importante estabelecer pontes entre a população em situação de rua e os serviços públicos responsáveis pela proteção social básica e especial. É através deste contato, deste vínculo criado, que a pessoa deixa de ser invisível. Além disso, é importante considerar que há quem vá viver na rua e, por isso, adoça, e há quem adoça e, por isso, vá viver na rua. Um morador pobre e doente de área rural pode acorrer a um grande centro urbano porque apenas ali há equipamentos de saúde dos quais necessita (BRASIL, 2012).

A criação de vínculos, respeitando a autonomia, direito de escolha e evitando juízos morais, é um desafio difícil, mas possível para trabalhadores de saúde. Para tanto, o ponto de partida é o treinamento do olhar profissional que deve enxergar as pessoas na calçada como portadoras dos direitos de um cidadão brasileiro, nada mais e nada menos (BRASIL, 2012).

Conforme o conteúdo disposto no Decreto nº7053/2009, a política nacional destinada ao atendimento da população em situação de rua deve ser implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de um instrumento de adesão que defina as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Em relação à população em situação de rua, vê-se que a política nacional passa a fazer parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, bem como o acesso pleno aos direitos garantidos, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência nas ruas (Neves, 1995).

Assim, frente a multiplicidade de indivíduos que compõem as ações intrincadas no atendimento da população em situação de rua, é de grande importância perceber as intersecções entre essas medidas e o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, dentre outros (Brasil, 2008).

Por conseguinte, o contexto atual se apresenta como um grande desafio para profissionais de diferentes áreas envolvidos com o trabalho social, especialmente, para aqueles cujo compromisso político vincula-se a garantia e a afirmação dos direitos sociais enquanto elemento indispensável para a materialização da cidadania (Pfeifer, 2009).

Nota-se, então, que a presente política se estrutura em dois eixos principais, de acordo com Neves (1995): o primeiro é relativo à verticalidade federativa, conjuga as ações municipais, estaduais e federais que devem trabalhar em complementariedade para atender às demandas da população; e o segundo diz respeito à interdisciplinaridade e intersetorialidade na atuação para a população em situação de rua, sendo imprescindível o trabalho em conjunto com a sociedade (Neves, 1995).

Especificamente sobre a ampliação da clínica e das práticas de atenção integral à saúde – como a responsabilização e a produção de vínculo terapêutico –, faz-se imprescindível a instituição de novos padrões de relacionamento entre os profissionais de saúde e os usuários dos serviços (Brasil, 2004). É muito comum, quando não se tem a equipe de referência, que o usuário seja responsável de todos os profissionais e, ao mesmo tempo, de nenhum: cada um se preocupa com a “sua” parte (que é cada vez menor com a especialização e burocratização) e ninguém se preocupa com a “costura” das diversas intervenções num projeto terapêutico coerente e negociado com o usuário e na equipe (Silveira *et al* 2007).

Nas situações em que os direitos do indivíduo e da família já foram violados, exigem-se uma estrutura técnica e operacional maior do que os classificados como proteção social básica. Tal medida, explica Dantas (2007), conta com atendimento individualizado e monitoramento sistemático, requerendo maior estrutura operacional para a sua realização. Nestes casos, a proteção deve ser integral, incluindo moradia, alimentação e trabalho para as pessoas que estão em situação de ameaça, necessitando deixar o núcleo familiar ou comunitário (Dantas, 2007).

Observa-se que a própria Política Nacional articula uma agenda mínima de ações, cuja implementação parece ser um desafio para toda a sociedade brasileira, desde os gestores

governamentais até à sociedade civil, devendo as mesmas serem detalhadas em programas, planos, projetos dos Ministérios e órgãos, contendo estratégias e mecanismos distintos de operacionalização.

Neste sentido, especificadamente citam-se algumas propostas em destaque, a capacitação dos operadores de direito do Estado (especialmente da força policial) quanto aos direitos humanos, a oferta de assistência jurídica e disponibilização de mecanismos de acesso a direitos, a promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua, o incentivo a ações que visem a inclusão produtiva e reserva de cotas de trabalho para a população em situação de rua, a promoção de oficinas sobre economia solidária, centradas no fomento e na capacitação, a partir de recortes regionais, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, a criação de alternativas de moradia para a população em situação de rua, o desenvolvimento e implementação de uma política de Locação Social, articulada a outros ministérios e a governos municipais e estaduais, a incorporação de projetos de geração de renda e associativismo, dentre outros (Brasil, 2008).

Por fim, enfatiza-se que o comprometimento dos serviços e ações de saúde tem de trabalhar em prol de permitir que os sujeitos – usuários e profissionais de saúde –, sejam protagonistas na organização do processo produtivo em saúde. Exigir que o ser humano seja reconhecido enquanto tal não é querer demais. É simplesmente e somente assim que se produz saúde.

## **5. O PAPEL DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Como se sabe, a ruptura dos vínculos familiares constitui causa preponderante da ocupação das ruas, portanto restabelecer esses laços ou criar novos através de uma vida social coletiva é fundamental (Brasil, 2005). Conforme visto no item anterior, a presença de moradores de rua com problemas de saúde requer ações intersetoriais entre as Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Saúde (SMS), visando melhorar o estado de saúde dessa parcela da população (inibindo a transmissibilidade de doenças tais como tuberculose, hanseníase, doenças dermatológicas e doenças sexualmente transmissíveis), e também, prevenir o sofrimento psíquico destes indivíduos (Vieira, 1994).

Neste sentido, salienta-se que a atuação do psicólogo nas políticas públicas deve ocorrer objetivando promover a autoestima do usuário e da equipe de trabalho, quer seja dentro de um modelo de saúde pública ou particular. Cabe ao psicólogo acompanhar desde

a recepção dos pacientes, a exposição sobre seu histórico e a percepção do mesmo no que tange aos métodos de intervenção empregados, atuando de forma pontual para que as angustias encontrem um espaço de simbolização acolhedor. Somente assim o indivíduo encontrará espaço para expor suas dúvidas, pensar e falar sobre si e sobre tudo que o cerca; trazer seus verdadeiros anseios, medos e credos em relação aos obstáculos que encontra no dia-a-dia.

Uma alternativa de abordagem social que o profissional da psicologia pode adotar para estabelecer e manter vínculo com a população em situação de rua é "O Consultório de Rua". Segundo o conteúdo da Cartilha intitulada "Atuação profissional de psicólogas e psicólogos em políticas para a população em situação de rua", realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), unidade do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), esta é uma modalidade de atendimento diferenciado, que tem o intuito de contatar usuários de drogas que vivem em condições de maior vulnerabilidade social e que estão distantes da rede de proteção social. Estes consultórios, "sem teto e sem parede", configuram-se enquanto:

Dispositivos clínico-comunitários que ofertam cuidados em saúde aos usuários em seu próprio contexto de vida, adaptados para as especificidades de uma população complexa. Promovem a acessibilidade a serviços da rede institucionalizada, a assistência integral e a promoção de laços sociais para os usuários em situação de exclusão social, possibilitando um espaço concreto do exercício de direitos e cidadania [...] Uma das atividades ressaltadas pelos profissionais que atuam no Consultório de Rua diz respeito à identificação de cenas de uso de drogas para, a partir disso, construir estratégias de intervenção que objetivem fornecer aos usuários acolhimento diferenciado, ou seja, um acolhimento que não tenha característica policial ou higienista. Ao contrário disso, e para além de uma abordagem de cunho pedagógico-moralista, o que os profissionais buscam é fornecer um ambiente no qual o usuário sinta-se respeitado e reconhecido enquanto sujeito para criar um movimento de aproximação entre essa população e os serviços de saúde (CRP-MG, 2015, p.30).

Destarte, pode-se concluir que a forma segundo a qual o psicólogo direciona o seu olhar e se dispõe a atender o indivíduo em situação de rua tende a repercutir sob o processo de acompanhamento posterior, efetuado pela equipe técnica dos setores que compõem a rede. Isso significa dizer que a atuação do psicólogo, neste contexto, pode tanto contribuir para a perpetuação de uma forma de atendimento viciada num viés arcaico que atribui a vulnerabilidade uma conotação criminosa, como influenciar de modo positivo na instauração de mudanças significativas, propondo novas ações, projetos e programas de intervenção adequados ao contexto e necessidades locais.



Gerar autonomia é justamente isso: dispor-se a conhecer as dificuldades e tentar contribuir para amenizá-las, e, não, tentar enquadrar o sujeito num conjunto de princípios normativos que não fazem sentido para ele, impondo-lhes obstáculos que os impedem de reconhecer o próprio potencial. Noutras palavras, o rompimento da lógica assistencialista que infelizmente ainda resiste é uma luta cotidiana.

Retomando, além de um trabalho individualizado com o morador de rua, podem ser pensadas estratégias em grupo, tendo em vista que, conforme anteriormente enfatizado, muitas vezes criam-se vínculos de amizade entre os próprios moradores. Valorizar e fortalecer estes vínculos que se criam durante o enfrentamento de dificuldades através de ações terapêuticas pode ser ricamente produtivo. Quiçá, desbravador.

Além disso, buscar inserir os indivíduos em situação de rua em programas de redução de danos (tais quais aqueles articulados nos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial) ou que envolvam produção artística (semelhante as oficinas fornecidas à população através do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social), readequando-as a realidade dos indivíduos (de modo congênere ao Consultório de Rua, por exemplo), podem produzir resultados positivos.

O trabalho das equipes técnicas que atuam nos setores integrantes do SUS e o do SUAS deve abarcar uma etapa de planejamento que esteja ancorada em estudos de mapeamento territorial capazes de fornecer informações qualitativas e quantitativas a respeito da demanda que os indivíduos em situação de rua apresentam, levando em considerações aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais típicos das localidades. Isso é imprescindível para o delineamento de estratégias de proteção e prevenção, as quais também devem abranger a realidade de abrigos e de outras instituições de acolhimento – como é o caso dos Albergues.

Além disso, cumprindo sua função social, o psicólogo pode atuar no sentido de estabelecer contato com Associações e ONGS que acolhem indivíduos em vulnerabilidade social, buscando estabelecer, junto a estas instituições um canal de comunicação com a sociedade em geral.

Assim, ações de cunho educativo e/ou solidário podem ser pensadas e apresentadas em âmbito escolar e empresarial, por exemplo, de modo a promover a conscientização e integração da população. A promoção da saúde é um campo teórico prático-político que, segundo Campos, Barros & Castro (2004), se faz presente em todos os níveis de complexidade, desde a gestão até a atenção. Se a intersectorialidade busca superar a

fragmentação das políticas de maneira a constituir novas formas de planejamento e execução na prestação de serviços, para que ela realmente se faça valer é fundamental que os profissionais estejam comprometidos com a instauração de “uma mudança de valores, de maneira a possibilitar que os atores organizacionais e os grupos populacionais sejam sujeitos com capacidade de percepção de seus problemas de forma integrada, identificando soluções apropriadas à sua realidade local” (Junqueira, 2004, p.33).

## 6. CONCLUSÃO

A partir da elaboração deste estudo foi possível observar que as políticas públicas destinadas ao atendimento da população em situação de rua sofreram transformações ao longo do tempo. Entretanto, restam muitos desafios a serem superados, pois embora avanços possam ser verificados avanços significativos a nível constitucional, existem atrasos consideráveis, decorrente do descaso que contamina a esfera prática.

Frisa-se a urgência da implementação de ações que promovam a articulação dos setores para realização de um trabalho responsável e eficiente. Muitas vezes um trabalho de prevenção bem feito fomenta o rompimento de ciclos de violência, extinguindo a sua incidência no judiciário. Daí a importância do trabalho do psicólogo, cujo âmbito de intervenção, em rede, deve transcender a clínica individualizada em prol da promoção do potencial integrativo (algo que traduzido nas palavras de Edgar Morin (2001) significa interligar o todo e as partes, o uni e o múltiplo, para que cada um e todos tomem ciência de sua contribuição para a (trans)formação do social.

### **PUBLIC POLICIES INTENDED FOR THE ATTENDANCE OF THE POPULATION IN STREET SITUATION AND THE IMPORTANCE OF INTERSETORIAL WORK: A REFLECTION ON THE PSYCHOLOGIST'S ACTION**

**ABSTRACT:** The present article comprises the elaboration of a bibliographic rescue about the forms of care and intersectoral actions related to the care of the homeless population, emphasizing the importance of the elaboration of joint actions among the health professionals - among which is the psychologist - and social assistance to carry out effective work. To this end, we initially sought to build a theoretical contribution about the concept of “homeless person”, with the intention of exposing content exposed in Decrees and Intervention Manuals prepared by the Federal Government that deal with the issue. In addition, we sought to problematize the formation process of this contingent. Then, for

purposes of contextualization, a brief literary overview of the trajectory of public policies was drawn up, and, based on the intersection of the researched content, a reflective synthesis was elaborated in order to highlight the importance of the work of the network psychologist under the problematic proposal.

**Keywords:** homeless population; public policy; intersectoral actions.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. de; JUNIOR, J. P. de S.; PEREIRA, L. S.; RODRIGUES, R. J. P. (2008) **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade Brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/ensaio\\_impactos\\_volume1.pdf](file:///D:/Downloads/ensaio_impactos_volume1.pdf)> Acesso em 14 Dez. 2016.

AUGUSTO, M. H. O. (1989) Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Rev. Sociol. USP**, São Paulo.

BACELAR, T. (2003) *As políticas públicas no Brasil: heranças e desafios*. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org). **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE. Disponível em: <[franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf)> Acesso em: 24 de Dez. 2016.

BRASIL(1968). **Ato institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em 08 Dez, 2016.

BRASIL(2009). Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do Sistema Único De Assistência Social – SUAS**. Brasília

BRASIL(2005). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação.

BRASIL(2009). Decreto n. 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 22 Jan, 2017.

BRASIL (2012). **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde.

BRASIL (2004) Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**: equipe de referência e apoio matricial. Brasília.

BRASIL (1990) Ministério da Saúde. **ABC do SUS: doutrinas e princípios**. Brasília, DF. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/abc\\_do\\_sus\\_doutrinas\\_e\\_principios%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/abc_do_sus_doutrinas_e_principios%20(1).pdf)> Acesso em: 10 de Out, 2016.

BRASIL (2003). Ministério da Saúde. **O SUS pode ser seu melhor plano de saúde** / Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – 2. ed., 3.<sup>a</sup> reimpr. – Brasília: IDEC. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/sus\\_plano\\_saude.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/sus_plano_saude.pdf)>. Acesso em: 12 de Nov. 2016.

BRASIL (2011). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializada de Assistência Social- CREAS. Brasília, DF.

BRASIL(2008). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007**: exercício 2008 - ano base 2007. Brasília: MP. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano\\_plurianual/avaliacao\\_PPA/relatorio\\_2008/08\\_PPA\\_Aval\\_cad17\\_MDS.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2008/08_PPA_Aval_cad17_MDS.pdf)>. Acesso em: 20 de Dez. 2016.

BURSZTYN, M. (2000). **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores**. Rio de Janeiro: Garamond.

CAMPOS, G. W.; BARROS, R. B. de; CASTRO, A. M. de (2004) Avaliação de Política nacional de promoção da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a20v09n3.pdf>>. Acesso em: 10 de Ago, 2016.

CASTEL, R. (1998) **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.

COUTO, B. R. (2004) **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez

DANTAS, M. (2007) **Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios**. Dissertação (Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <[http://www.rederua.org.br/textos\\_moradores/construcao\\_de\\_politicas.pdf](http://www.rederua.org.br/textos_moradores/construcao_de_politicas.pdf)> Acesso em 24 Nov, 2016.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. (2010) As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **RAP**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>> Acesso em 12 Abr, 2017.

FONSECA, K. H. C.; SANTOS, I. C. dos; TADEUCCI, M. de S. R.; CARNIELLO, M. F.; KAMIMURA, Q. P. (2013). A trajetória das políticas sociais e a assistência social no Brasil: avanços, espaços e conquistas. Disponível em: <<http://psicologado.com/atuacao/psicologia-clinica/uma-abordagem-psicologica-sobre-o-medo>>. Acesso em: 10 de Nov. 2016.

JANUZZI, P. de M. (2006) **Indicadores sociais no Brasil**. 3 ed. Campinas SP: Editora Alínea.

JUNIOR, N. C.; NOGUEIRA, E. A.; LANFERINI, G. M.; ALI, D. A.; MARTINELI, M. (1998). Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde e Sociedade**. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/05.pdf>>. Acesso em: 21 de Fev. 2017.

JUNQUEIRA, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saude soc**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>> Acesso em 10 Abr, 2017.

KODA, M. Y. (2009) Roda de conversa. In: CFP. **A prática da psicologia e o núcleo de apoio à saúde da família**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.

LIMA, F. A. de O. (2014) **A Constituição Brasileira**: da Constituição Imperial à Constituição Cidadã. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6352](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6352)>. Acesso em: 12 de Fev. 2017.

LONARDONI, E.; GIMENES, M. L. dos S.; NOZABIELLI, S. R. (2006). **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm). Acesso em: 12 de Fev. 2017.

MELO, T. H. de A. G. (2011) **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Curitiba.

MORIN, E. (2001). **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

NEVES, D. P.(1995) A miséria em espetáculo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora.

NUNAN, B. A. (2009). Nasf: concepções e desafios. In: CFP. **A prática da psicologia e o núcleo de apoio à saúde da família**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.

OLIVEIRA, C. e M. (2012) Diretas Já: um movimento social híbrido. **Revista Debates**, Porto Alegre. v.6, n.3.

OLIVEIRA, H. dos S. M.; OLIVEIRA, M. H. (2009). **A população de rua e as relações capitalistas**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/894/870>>. Acesso em: 20 de Jan. 2017.

ORLANDI, E. P. (2011). **A casa e a rua**: uma relação política e social. Educ. Real., Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 12 de Dez. 2016.

PFEIFER, M. (2009). Notas Acerca das Redes de Políticas Sociais. In: **1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento**, 2009, Tubarão. Anais do 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento. Tubarão: UNISUL.

POLIGNANO, M. V. (2008) **História das políticas de saúde no Brasil**: uma pequena revisão. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/ces/arquivo/2165/livros>>. Acesso em: 18 de Ago, 2016.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. (2011). **População em situação de rua**: os processos de exclusão e inclusão vivenciados por esse segmento. Temporalis, Brasília (DF), n.22.

SANTAGADA, S. (1990) A situação social do brasil. **Indicadores Econômicos**. v.17, n.4. Disponível em:<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/12>> Acesso em: 29 de Nov.2016.

SILVA, A. C. (2000) **Rua / a casa que a sociedade não reconhece**. Monografia (Graduação) - Associação Educacional Toledo, Presidente Prudente.

SILVEIRA, A. F. et al (2007). **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba :Gráfica e Editora Unificado.

SOUZA, J. Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro. In: SCALON, M.C. (2004). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

SPOSATI, A. de O. (2002). **Os direitos dos (des)assistidos sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez.

VARGAS, J. D. de. (2008) **História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (1994). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec.

VIEIRA, M. A. C. (1994) In: ROSA, C. M. M. **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec.

WANDERLEY, M.B. (1997) Refletindo sobre a noção de exclusão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. v.55.

## COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS NO GERENCIAMENTO DE EMPRESAS INCUBADAS

**Walter Saraiva Lopes**

*Doutorando em Engenharia Biomédica pela Universidade de Mogi das Cruzes (Brasil) e Professor na Universidade Federal do Maranhão (Brasil).*  
[w.saraiva@yahoo.com.br](mailto:w.saraiva@yahoo.com.br)

**Antonia Francisca da Silva Saraiva**

*MBA em Recursos Humanos pela Universidade Nove de Julho e graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade do Vale do Itapecuru (Brasil)*  
[antonyafc@hotmail.com](mailto:antonyafc@hotmail.com)

**Ocionira Rodrigues Soares**

*Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão e em Direito pela Faculdade de Educação Santa Terezinha. Professora universitária (Brasil).*  
[prof\\_ocionira@hotmail.com](mailto:prof_ocionira@hotmail.com)

**Cleber Augusto Pereira**

*Professor Adjunto na Universidade Federal do Maranhão (Brasil).*  
[cleber.pereira@ufma.br](mailto:cleber.pereira@ufma.br)

**Neimar Sousa Pinto Pereira**

*Doutoranda em Ciências Empresariais pela Universidade do Minho (Portugal) e Professora na Universidade Federal do Maranhão (Brasil).*  
[neimar.anjo@gmail.com](mailto:neimar.anjo@gmail.com)

As pequenas empresas no processo de incubação estão na busca constante por aperfeiçoamento técnico e gerencial. Essas empresas pleiteiam competências com propriedade para o desenvolvimento da gestão. As competências são conhecimentos, habilidades, capacidades que as empresas incubadas visam adquirir no ambiente de incubação, sendo que vários fatores irão contribuir com o desenvolvimento e a formação dos gestores no período de incubação. Este artigo teve como objetivo identificar a importância das competências estratégicas para o gerenciamento das empresas incubadas. A metodologia deste estudo foi uma revisão da literatura, com assuntos pertinentes em relação à competência estratégica nas empresas incubadas. As empresas incubadas representam o conhecimento, capacidade e competência que estão sendo oferecido no processo de incubação. No período de incubação dessas empresas são disponibilizados com maior intensidade, os recursos físicos que contribuem para as reduções dos gastos financeiros desses pequenos empreendimentos. Conclui-se que, a capacidade é cada um dos elementos desenvolvido, que vão formar as competências gerenciais do empreendimento.

**Palavras-Chave:** Empresas Incubadas; Competência Gerencial, Competências Estratégicas.

## INTRODUÇÃO

As empresas incubadas estão em constantes mudanças na busca por oportunidades no mercado. Para Oderich (2005) o ambiente dinâmico exige das organizações uma capacidade de adaptação e desenvolvimento constante. É necessário que estas empresas estejam preparadas para enfrentar os desafios e sobreviver a competitividade do mercado, como afirma a autora, elas necessitam de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atributos que o empreendedor utiliza em diferentes momentos e que agregam valores para o empreendimento e para o gestor.

Durante o processo de incubação, que é um momento no qual a incubadora oferece recursos que vão beneficiar com redução de gastos e subsídios financeiros às empresas incubadas (Todorovic & Moenter, 2010). A incubadora deve apresentar, segundo os autores, um aprendizado que leve ao desenvolvimento de competência individual ao empreendedor da empresa, para que ele crie visão estratégica com vista à funcionalidade do empreendimento.

A competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades, aptidões, competências e atitudes (Savanevičienė, Stukaitė & Šilingienė, 2008), que são necessárias ao empreendedor de empresa incubada para desempenhar de forma eficaz, em particular no ambiente de negócio. Neste sentido para os autores, a competência tornou-se estrategicamente importante para essas empresas, por solucionar com vantagens influenciadas pelo fator humano, e contribuir com o desenvolvimento do gerenciamento delas.

Os gestores das empresas incubadas estão em constantes formações para o desenvolvimento das competências. Em consequência, transformam-se diversas ferramentas que auxiliam as empresas a obterem mais conhecimentos das suas necessidades, pois as incubadoras de empresas têm o papel de despertar o potencial de cada empresa por meio das competências gerenciais (Todorovic & Moenter, 2010). Diante do contexto, em que as incubadoras de empresas oferecem recursos que potencializam as empresas incubadas (Raupp & Beuren, 2009). Partindo deste pressuposto as empresas incubadas estão desenvolvendo competências estratégicas que garantem a eficiência na gestão do empreendimento. Na busca por uma resposta a esse questionamento encontra-se a realização deste estudo por meio de uma revisão bibliográfica.



As empresas incubadas buscam nas incubadoras de empresas orientações para contribuir com o desenvolvimento das competências individuais nas necessidades técnicas de resolução de problemas e a gestão em diferentes momentos do empreendimento. Destacar-se que este artigo teve como objetivo identificar a importância das competências estratégicas para o gerenciamento das empresas incubadas.

Este trabalho buscou apresentar aos gestores de incubadoras de empresas e os empreendedores das empresas incubadas que o período de incubação é um processo de capacitação, que vai além do simples suporte tecnológico e gerencial, sendo uma forma de contribuir para o empreendedor desenvolver suas capacidades e identificar o potencial da empresa, ademais, permite fortalecer as competências individuais do empreendedor.

Com base na literatura levantada, as incubadoras de empresas têm limitações no desenvolvimento das capacidades e habilidades das competências gerenciais nas empresas. Os recursos oferecidos estão relacionados com a infraestrutura do empreendimento. Que não vai estimular aprendizado organizacional nos empreendedores das empresas incubadas.

## **EMPREENDIMENTO TECNOLÓGICO: INCUBADAS E INCUBADORAS**

As empresas incubadas são micro e pequenas empresas (MPEs) que estão no processo de incubação. Essas empresas têm um papel importante no desenvolvimento social, econômico e da inovação tecnológica para um polo tecnológico. Elas contribuem com o crescimento da geração de emprego, movimentação da economia, novo processo produtivo, que colaboram com a capacidade de influenciar o crescimento do país, por meio dos empreendimentos que são capazes de manter a competitividade do mercado (Ghobakhloo & Tang, 2015).

Para que as pequenas empresas incubadas tenham sucesso no mercado competitivo, a sua sobrevivência depende da capacidade de gerenciamento estratégico. Na busca por um ambiente que desenvolva o potencial, as empresas buscam pelas incubadoras de empresas no intuito de uma estrutura que contribui no crescimento do negócio (Aernoudt, 2004). E desenvolvendo o conhecimento dos empreendedores dessas empresas com competências e habilidades e outros suportes necessários que possam contribuir para o sucesso das incubadas (Bergek & Norrman, 2008).

Até julho de 2016, o Brasil com total de 14.809.871 de micro e pequenas empresas de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC, 2016), conforme a CNC estas empresas representam 90,40% das empresas brasileiras. Elas geram aproximadamente 50% dos empregos formais e estas empresas atingiu o Produto Interno Bruto em 2014 com um percentual de 27% (SEBRAE, 2014).

De acordo com um estudo realizado pela ANPROTEC (2016), o cenário atual de incubadoras no Brasil é de 369 incubadoras em operação, que abrigam 2.310 empresas incubadas e 2.815 empresas graduadas, gerando 53.280 postos de trabalho. As empresas incubadas representam aproximadamente 0,0002% do total das MEPs brasileiras, essas empresas incubadas estão recebendo algum tipo de incentivo para desenvolver suas atividades empresariais (Beuren & Raupp, 2010).

Ao entender a importância das micro e pequenas empresas, em especial as empresas incubadas, que se refere a uma empresa que está vinculada a uma incubadora e usufruindo da infraestrutura e outros recursos. Normalmente essas empresas desenvolvem atividade de risco pela complexidade no desenvolvimento do produto ou serviço inovador que apresentam diferenciais (Hackett & Dilts, 2004). Conforme os autores, as incubadoras de empresas têm a responsabilidade durante o processo de incubação minimizar a alta incerteza que é de natureza dessas empresas. O sucesso da empresa incubada vai depender dos recursos oferecidos pelas incubadoras, que para Dornelas, 2002; Paletta, 2008; Beuren & Raupp, 2010, a seguir:

- Encorajar o empreendedor em criar uma rede de contatos;
- Atender a demanda desenvolvendo produtos ou serviços que supri a deficiência do mercado;
- Auxiliar os incubados (empreendedores) na busca por financiamentos para desenvolvimento do empreendimento;
- Promover mecanismo de integração entre outras instituições como universidades e empresas;
- Promover e facilitar o acesso a inovações tecnológicas e capacitações gerenciais;
- Desenvolver o entendimento sobre o processo gerencial.

As dificuldades das empresas incubadas estão relacionadas aos fatores principalmente em obterem conhecimentos interno sobre seus processos e externo sobre o mercado competitivo. O insucesso das empresas incubadas está relacionado com má gestão do empreendimento, pois os empreendedores incubados têm um conhecimento

muito específico (técnico) e com baixo ou nenhum conhecimento no processo de gerenciamento do negócio (Bizzotto et al., 2002; Lopes, 2011).

Espera-se da incubadora desenvolver algumas competências empreendedoras, juntos com os outros recursos disponibilizados para impulsionar o empreendimento e vencer a competitividade do mercado, além de favorecer o desenvolvimento das características, competências, habilidades, e outros, pois é um ambiente propício para intensificar o empreendedorismo.

## **GESTÃO DE COMPETÊNCIAS**

O conceito de competência é o exercício mental efetivo da capacidade do indivíduo desenvolver diferentes concepções no ambiente que está inserido. Que para Fleury & Fleury (2001) é um conjunto de capacidades humanas que estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Que os autores consideram que devem estar alinhadas as necessidades existentes no empreendimento. A competência tem-se destacado na capacidade de mobilização e ação do empreendedor, na contribuição do processo de gestão da organização (Draganidis & Mentzas, 2006). Para os autores, as competências são atos individuais ou organizacionais com uma abordagem estratégica, sendo ferramentas na busca da eficiência da empresa.

Os resultados das empresas incubadas dependem do desempenho que o empreendedor vai desenvolver, junto a incubadora de empresa, durante sua permanência no período de incubação. Conforme Draganidis & Mentzas (2006), o sucesso do negócio depende do conhecimento, habilidade e atitudes, ou seja, competência do indivíduo, pois identificando a necessidade e a busca por desenvolvimento. Para os autores as competências tornam-se estratégias para os negócios, por adquirir vantagem devido ao fator humano e para Clausen & Korneliussen (2012) a incubadora vai contribuir com as empresas incubadas oferecendo recursos para a eficiência da gestão do empreendimento.

Para Dornelas (2002) a incubadora de empresa tem o papel de preparar as empresas incubadas para o mercado, os gestores dessas empresas durante o período de incubação, devem desenvolver competências conforme as suas necessidades e promover a aplicação de métodos eficazes em seus empreendimentos. A incubadora conforme o autor, deve criar uma rede de incremento de competência, na qual fazem parte experts de várias áreas do conhecimento, entre os quais destacam-se: a capacitação tecnológica e desenvolvimento gerencial.

As competências estão associadas a partir do contexto organizacional coletivo e individual (Prahalad & Hamel, 1990; Javidan, 1998; Boterf, 2003; Ruas, 2005). Os autores apresentam as competências em dois níveis, que permitem compreender como as competências em nível organizacional ou coletiva que encadeia até o nível individual.

As competências coletivas podem ser consideradas como um conjunto de competências funcionais (Prahalad & Hamel, 1990), que complementam o conceito de competências organizacionais em uma perspectiva funcional (Ruas, 2005). As competências coletivas dos indivíduos na organização, na busca por um mesmo objetivo (Javidan, 1998). A competência coletiva de acordo Becker & Lacambe (2005), ainda não é claro como esse processo acontece.

Para compreender a competência individual é formada pela capacidade prática, habilidade nos processos e relacionamentos (Boterf, 2003). Para Becker & Lacambe (2005) a empresa incubada é uma organização com diversos processos fundamentais, como os gerenciais, financeiros, tecnológicos, entre outros, que podem ser concedidos por diferentes combinações de recursos e competências individuais.

A gestão de competências é o conjunto de recursos de valores estratégicos de uma empresa (Maliszewska & Hochmeister, 2011), que os autores classificaram em gestão do conhecimento, gestão de oportunidade, competências, resumindo são competências individuais ou coletivas. Que eles referem como qualificações, habilidades competências e outros termos similares. O conceito de gestão de competência é representado por uma combinação de conhecimento, comportamento e habilidades, que dá a um indivíduo ou ao coletivo pelo potencial para executar uma tarefa de forma eficaz (Draganidis & Mentzas, 2006). O resultado é o gerenciamento empresarial da empresa incubada de forma proativa nas decisões e resultando no desempenho positivo.

## **GERENCIAMENTO DE COMPETÊNCIA NA ESTRATÉGIA DE EMPRESAS INCUBADAS**

A gestão deve envolver diversas competências e recursos que ofereçam condições que compreender a realidade das empresas incubadas. Conforme Becker & Lacombe (2005) compreender a capacidade dos processos gerenciais, financeiros, inovações tecnológicas, entre outros, que é desenvolvido com as habilidades individuais. Para que o processo de gerenciamento de competências seja alcançado é necessário que os seus gestores conheçam as estratégias do empreendimento.

Para a realização das estratégias nos empreendimentos, segundo Fauré & Rouleau (2011) muitas vezes exigem flexibilidade dos empreendedores e a competência em diferentes atividades para obter desempenho no processo empresarial. Com base na pesquisa que eles realizaram o nível de conhecimento da estratégia organizacional vai depender do envolvimento e sua capacidade na participação da organização. Ainda nesse contexto, para Filion (1993), as estratégias praticadas pelos gestores das pequenas empresas são de formas intuitivas pelas necessidades surgida no cotidiano.

A estratégia para pequena empresa é considerada uma característica de ações empreendedoras, pois o empreendedor mentaliza uma ação e coloca em prática, com uma abordagem visionária (Filion, 1993). O autor observa, que é quando o empreendedor projeta o futuro, levando em consideração a necessidade que pretende alcançar. Com essas afirmações pode-se considerar que as pequenas empresas não têm uma estratégia formal. Conforme Lyles et al. (1993) a estratégica nas pequenas empresas é a formalidade de reflexão do pensamento e ações que permeiam esses empreendimentos.

O processo de decisão de pequenas empresas está baseado na tomada de pensamento ou decisão estratégica do empreendedor (Lyles et al., 1993). Com base no texto dos autores, é uma característica do empreendedor em improvisar pela escassez de recursos e suas habilidades e capacidades para responder situações diversas no decorrer das necessidades. Eles ainda consideram, que estes processos de decisões estratégicas estão relacionados com as competências distintivas do empreendedor gestor.

As competências associadas aos empreendedores para Rodermund (2004), quando um indivíduo conseguiu bom desempenho por meio das suas atitudes, habilidades e comportamentos, diante de situações críticas no empreendimento com iniciativas na busca de soluções, que irão resultar em melhoria. Quando um empreendedor pode aprimorar suas próprias competências, um empreendedor é um indivíduo capaz de idealizar e criar uma competência empreendedora (Lenzi, Casado & Santos, 2011).

As empresas incubadas que recebem orientações para o desenvolvimento de competência têm a possibilidade de suas práticas serem direcionada para uma gestão efetiva e propícia à competência estratégica empreendedora (Becker & Lacombe, 2005). A competência empreendedora é o desenvolvimento de auto eficiência empresarial (Rodermund, 2004), o autor caracterizou o empreendedor com um aspecto único de consciência da realidade empreendedora. As incubadoras de empresas têm o papel de desenvolver, capacitar e treinar os empreendedores das empresas incubadas (Kolkman,

2011), para o autor torna um instrumento valioso para melhora as competências dos incubados.

O gerenciamento de competência na estratégia de empresas incubadas é a capacidade que os empreendedores desenvolverem suas competências e vai contribuindo com o processo estratégico para sustentar o seu empreendimento (Rodermund, 2004; Kolkman, 2011). Que para Ruas (2005), as combinações dos elementos como conhecimentos, habilidades, sistemas e práticas contribuem para a competência. Kolkman (2011) a performance do empreendimento depende do grau de competência absolvido dos recursos disponibilizados para as incubadas pelas incubadoras.

## **ENFOQUES DAS COMPETÊNCIAS DE EMPRESAS INCUBADAS**

As empresas incubadas estão associadas as competências empreendedoras, que por meio das incubadoras de empresas vem desenvolvendo ações que promovem o empreendedorismo. Por meio das características empreendedoras, habilidades dos gestores e mudanças tecnológicas, as empresas incubadas são privilegiadas com fatores que ajudam na formação dos empreendedores.

As incubadoras de empresas surgem para garantir as necessidades das empresas incubadas (Beuren & Raupp, 2010) e oferecem recursos para o desenvolvimento das capacidades e competências específicas das empresas incubadas na formação da gestão de competência estratégica (Todorovic & Moenter, 2010). Enfatizaram que os principais recursos concedidos pelas incubadoras são os subsídios de custos, mas não a capacidade de desenvolver competências, que é comum entre os empreendedores.

A estratégia das incubadoras de empresas em fortalecer as empresas incubadas é um mecanismo que contribui para o desempenho nos resultados das empresas e garante sua sobrevivência. Conforme Todorovic & Moenter (2010) é essencial nas empresas incubadas são as competências, mas devem ser priorizado na gestão de negócios e gestão pessoal (Maliszewska & Hochmeister, 2011). Para Filion (1993) apesar do empreendedor ter uma visão dos negócios, sempre acaba concentrado as decisões de poder. Os empreendedores incubados precisam de mensurar suas capacidades pela demanda dos negócios na busca por melhores desempenhos. Devido as características dos pequenos negócios, as incubadoras desenvolvem ações específicas para o

desenvolvimento competitivo esses empreendimentos no mercado (Todorovic & Moenter, 2010).

O empreendedor com sua empresa incubada deve sempre reconhecer a arranjo das discontinuidades inerentes ao negócio e aprender a ser inovador e superar os desafios. Para enfrentar todos os processos na busca por resultados, é preciso assegurar competências gerenciais para um melhor gerenciamento estratégico das empresas incubadas. Na observação de Ruas (2005) a competência envolve uma atitude coletiva e individual, que o empreendedor adote uma responsabilidade frente a empresa incubada (Becker & Lacombe, 2005).

A empresa incubada não deve se limitar somente aos recursos vinculados aos programas oferecidos pelas as incubadoras, pois a competência individual no período de incubação é uma fase em que o empreendedor desenvolver recursos intangíveis que dá sustentação ao negócio durante e principalmente no período de graduação (saída da incubadora).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo identificou a contribuição de incubadora no processo de desenvolvimento das competências estratégicas para a gestão das empresas incubadas. A necessidade de que as empresas incubadas desenvolvem competências estratégicas que garante o desempenho gerencial do empreendimento.

As incubadoras de empresas oferecem suporte para o desenvolvimento desde o estágio inicial do empreendimento (ANPROTEC, 2016), para a Associação das Incubadoras, tornou-se um ambiente fértil para auxiliar os empreendedores a acessarem conhecimentos, recursos e mercados. Nem sempre acontece nas incubadoras programas que contribuiriam com estes três elementos de desenvolvimento do empreendimento incubado.

No estudo realizado por Lopes (2011) os gestores das incubadoras tinham preocupações em desenvolver características empreendedoras das empresas incubadas, mas conforme as respostas dos gestores das empresas incubadas eles buscam por recursos materiais que proporcionam benefícios financeiros. Na pesquisa realizado pelo Raupp & Beuren (2009), somente com os gestores das incubadoras brasileiras, os gestores não deram relevâncias aos fatores que contribuem com a competências dos gestores das empresas. Os autores apontarem dois pontos na conclusão, segundo os gestores apontam

a infraestrutura da incubadora como soluções de problemas e o outro fator eles destacaram características empreendedoras na orientação para resultados com aspectos técnicos relacionados com o empreendimento.

As incubadoras não estão sendo uma ferramenta eficiente na formação de competências estratégicas para as empresas incubadas (Todorovic & Moenter, 2010), segundo os autores são simplesmente orientação na redução de despesas ao invés de focar no crescimento das capacidades na formação do know-how (conhecimento). Os empreendedores das empresas incubadas devem ter o entendimento de que a competência está associada as ações empreendedoras na mobilização de recursos e integrando com o aprender da visão estratégica (Boterf, 2003).

As empresas incubadas estão recebendo orientações práticas ou troca de experiência. Conforme um estudo realizado por Barbosa et al. (2015), sendo que estas práticas e experiências atenderam as necessidades e acreditam que pode ajudar no desenvolvimento profissional e pessoal. O que espera de uma incubadora é o desenvolvimento da capacidade, habilidade e conhecimento, ou seja, desenvolver competência para que os gestores tenham autonomia e independência nas tomadas de decisões. Não tem profissionais capacitados nas incubadoras ou programas que desenvolvem as competências dos gestores das empresas incubadas.

O sucesso das empresas incubadas está relacionado com vários fatores que vem contribuindo com estas empresas, as competências individuais bem desenvolvida vão promover estratégias gerenciais que garante um bom resultado. Esta competência é evidenciada pelos recursos de um indivíduo quando houver uma ação que a mobilize, amparada por um desempenho superior diante de certa situação

Os recursos podem ser providos dos programas de desenvolvimento de competências empreendedora, que são importantes para o desenvolvimento das empresas incubadas, mas ainda visa muito auxiliar as empresas nos recursos financeiros. Não vem desenvolvendo orientações para que o gestor de empresa incubada tomem suas próprias decisões, ainda não está em plena funcionamento, pois para a própria ANPROTEC (2016), a falta de habilidades gerenciais são as principais causa de mortalidade das incubadas antes mesmo de sair ao mercado, no período de desenvolvimento do produto ou processo, ou seja, período de incubação.

Este artigo apresenta contribuições para o meio acadêmico e para a prática empreendedora. Em termos acadêmicos, uma fonte de pesquisa para interessados nos estudos sobre competências estratégicas. No que se refere à prática empreendedora,



interessados no desenvolvimento do tema competência estratégica no contexto das empresas incubadas. A principal contribuição da incubadora é a formação das capacidades, habilidade, conhecimento e identificar o potencial das empresas, ou seja, fortalecer as competências individuais do empreendedor.

A principal contribuição deste artigo é a conscientização dos gestores das incubadoras na formação de competência, que se torne um mecanismo de estimulação e criação do processo de desenvolvimento de desempenho de suas atividades gerenciais.

As limitações do estudo estão relacionadas com poucas publicações encontradas sobre a competência estratégica com empresas incubadas.

Sugestões de futuras pesquisas estudo empírico das competências estratégicas nas empresas incubadas. Estudar como as incubadoras vêm contribuindo para o desenvolvimento das competências.

## **STRATEGIC COMPETENCE IN MANAGEMENT INCUBATED BUSINESSES**

**ABSTRACT:** Small businesses in the incubation process are constant search for technical and managerial perfecting improvement. These businesses are pleading competences with property for the development of management. The competencies are knowledge, abilities, competences that the incubated businesses are acquiring in the incubation environment, being various factors that will contribute to in the formation of the managers in the incubation period. This article objected to identify the importance of strategic competences for the management of the incubated businesses. The methodology of this study was a review of the literature, with pertinent subjects in relation to strategic competence in the incubated businesses. The incubated businesses represent the knowledge, Capacity and competence that are being offered in the incubation process. These businesses in the incubation period are being offered with more intensity physical resources that helped in the reduction of financial expenses. The development of capabilities are elements that will form the management skills of the enterprise.

**Keywords:** Incubated Businesses; Managerial Competence; Strategic Competences.

## **REFERÊNCIAS**

Aernoudt, R. (2004). Incubators: Tool for Entrepreneurship? *Small Business Economics*, 23(2), 127–135.

ANPROTEC [Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas]. (2016). Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil. Brasília, Anprotec. Disponível em: [http://www.anprotec.org.br/Relata/18072016%20Estudo\\_ANPROTEC\\_v6.pdf](http://www.anprotec.org.br/Relata/18072016%20Estudo_ANPROTEC_v6.pdf). Acesso em: 14 Jun. 2016.

- Barbosa, D. S., Faria, A. F., Leonel, D. S., Ferreira, N. M. (2015). Modelagem de negócios potencializada pela educação empreendedora: O programa de pré-incubação da incubadora do CenTev. In: *25ª Conferência ANTROTEC de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação*, 19-23, out. 2015, Cuiabá-MT.
- Becker, G. V., Lacombe, B. M. B. (2005). Gestão, inovação e competências: Conciliando ideias no estudo dos empreendedores de incubadora de base tecnológica. Org.: Ruas, R., Antonello, C. S., Boff, L.H. *Aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre, Bookman.
- Bergek, A., Norrman, C. (2008). Incubator best practice: a framework. *Technovation*, 28(1), 20-28.
- Beuren, I. M., Raupp, F. M. (2010). Knowledge management at brazilian incubators. *Future Journal*, 2(2), 186-210, July/December.
- Bizzotto, C. E. N., Dalfovo, O., Sena, A., Fallgatter, M. G. H. (2002). Acompanhamento e orientação de empresas incubadas. In: *XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas*. São Paulo.
- Boterf, G. L. (2003). *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre, Artmed Editora.
- Clausen, T., Korneliussen, T. (2012). The relationship between entrepreneurial orientation and speed to the market: The case of incubator firms in Norway. *Technovation*, 32(9-10) 560-567, September-October.
- CNC [Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo]. (2016). Empresômetro MPE. Disponível em: <http://empresometro.cnc.org.br/estatisticas>. Acesso em: 26 Jul. 2016.
- Dornelas, J. C. A. (2002). *Planejando incubadoras de empresas: Como desenvolver um plano de negócios para incubadoras*. Rio de Janeiro, Campus.
- Draganidis, F., Mentzas, G. (2006). Competency based management: A review of systems and approaches. *Information Management & Computer Security*, 14(1), 51-64.
- Fauré, B., Rouleau, L. (2011). The strategic competence of accountants and middle managers. *Accounting, Organization and Society*, 36(3), 167-182, April.
- Filion, L. J. (1993). Visão e relações: Elementos para um metamodelo empreendedor. *Revista de Administração de Empresa*, 33(6), 50-61.
- Fleury, M. T. L., Fleury, A. (2001). Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(n. Especial), 183-196.
- Ghobakhloo, M., Tang, S. H. (2015). Information system success among manufacturing SMEs: case of developing countries. *Information Technology for Development*, 21(4), 573-600, January.

- Hackett, S. M., Dilts, D. M. (2004). A systematic review of business incubation research. *Journal of Technology Transfer*, 29(1), 55–82.
- Javidan, M. (1998). Core competence: What does it mean in practice? *Long Range Planning*, 31(1), 60-71.
- Lenzi, F. C., Casado, T., Santos, S. A. (2011). *Talentos inovadores na empresa: Como identificar e desenvolver empreendedores corporativos*. Curitiba, Editora IBPEX.
- Lyles, M. A., Baird, J. S., Orris, J. B., Kuratko, D. F. (1993). Formalized planning in small business: Increasing strategic choices. *Journal of Small Business Management*, 31(2), 1-13, April.
- Lopes, W. S. (2011). Uma análise da contribuição das incubadoras no desenvolvimento e na redução da mortalidade das empresas de base tecnológica na região do Vale do Paraíba Paulista. 118 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo.
- Kolkman, L. (2011). A study on the factors of Business Incubation. 82 p. Thesis (Master) - Faculty of Management & Governance, University of Twente, Enschede, The Netherlands.
- Maliszewska, J. P.; Hochmeister, M. (2011). Modeling strategic-knowledge-resource management based on individual competencies in SMEs. *Contemporary Economics*, 5(2), 72-79.
- Oderich, C. (2005). Gestão de competências gerenciais: Noções e processos de desenvolvimento. Org.: Ruas, R., Antonello, C. S., Boff, L.H. *Aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre, Bookman.
- Paletta, F. C. (2008). Tecnologia da informação, inovação e empreendedorismo: fatores críticos de sucesso no uso de ferramentas de gestão em empresas incubadas de base tecnológica. 143 p. Tese (doutorado) – Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Prahalad, C. K.; Hamel, G. (1990). The core competence of the Corporation. *Harvard Business Review*, 68(3), 1-15, May/June.
- Raupp, F. M., Beuren, I. M. (2009). Programas oferecidos pelas incubadoras brasileiras às empresas incubadas. *Revista de Administração e Inovação – RAI*, São Paulo/SP, 6(1), 83-107.
- Rodermund, E. S. (2004). Pathways to successful entrepreneurship: Parenting, personality, early entrepreneurial competence, and interests. *Journal of Vocational Behavior*, 65(3), 498-518, December.
- Ruas, R. (2005). Gestão por competências: Uma contribuição à estratégia das organizações. Org.: Ruas, R., Antonello, C. S., Boff, L.H. *Aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre, Bookman.
- Savanevičienė, A., Stukaitė, D., Šilingienė, V. (2008). Development of Strategic Individual Competences. *Engineering Economics*, 58(3), 81-89.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2014). Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Brasília, Sebrae. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

Todorovic, Z. W., Moenter, K. (2010). Tenant firm progression within an incubator: progression toward an optimal point of resource utilization. *Academy of Entrepreneurship Journal*, 16(1), 23-41.

## DIAGNÓSTICO PREVENTIVO DA EVASÃO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

**Rafaela Costa Silva**

*Graduanda em Administração (UFAM)*

[rcsilva.026@gmail.com](mailto:rcsilva.026@gmail.com)

Este estudo se destinou a fazer um levantamento acerca dos fatores que podem levar os alunos do curso de Administração de uma instituição de ensino superior privada do estado do Amazonas a evadir. Trata-se de uma pesquisa descritiva explicativa de caráter experimental e de campo com abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de aplicação de questionários com alunos e entrevista com professores e o coordenador do curso. A pesquisa também sugere medidas que possam vir a ser utilizadas pela gestão acadêmica para prevenir e minimizar este problema. A partir da análise dos questionários e das entrevistas foi constatado que o índice de evasão na instituição de ensino analisada poderá ser de 11,5%, além de ser causada por diversos fatores intervenientes.

**Palavras-Chave:** Evasão Discente; Ensino Superior; Gestão Acadêmica.

### 1 INTRODUÇÃO

O mercado de instituições privadas de educação superior está iniciando um processo de consolidação, como já ocorreu em outras indústrias. Fusões e aquisições de instituições estão ocorrendo, formando-se conglomerados de instituições que possuem unidades de ensino em vários estados do país. Formam-se assim redes de instituições distribuídas geograficamente e que na maioria dos casos possuem unidades autônomas que continuam com seus cursos e seus sistemas de gestão.

Entretanto, com o número crescente e desenfreado de instituições de ensino superior privado, o ensino-aprendizagem deixou de ser o foco principal destas instituições, este passou a ser administrativo-financeira e quase nada foi feito para reformular este quadro precário de ensino que por vezes aplica uma metodologia ultrapassada que não supre as necessidades do alunado. Além de não possuir em alguns casos infraestrutura e preparos adequados para atender as necessidades de seus alunos que acabam por evadir (SILVA, 2014).

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – em uma avaliação da trajetória dos alunos de 2010 e 2014 divulgada pelo censo de 2015, por exemplo, cerca de 11,4% dos alunos abandonaram os cursos nos quais haviam sido admitidos no ano de 2010, enquanto que esse número chegou a 49% em 2014, ou seja, houve um aumento de 35,4% no número de evadidos no decorrer de 4 anos.

O Ministro da Educação Mendonça Filho (2017), afirma que apesar de existirem mais de 8 milhões de vagas disponíveis para que se possa adentrar em um curso de ensino superior, apenas 42,1% destas estão preenchidas e somente 13,5% das vagas remanescentes foram ocupadas, o que indica pouca eficiência do sistema. Em conformidade com as projeções feitas pela Assessoria Econômica da SEMESP, houve uma queda de 5% nas matrículas de alunos no ano 2016 e tudo indica que em 2017, as matrículas irão estabilizar nesse mesmo patamar, ou seja, está ocorrendo um retrocesso na inserção de jovens no ensino superior (SEMESP, 2017).

Partindo dessa explanação, este trabalho é um diagnóstico preventivo que teve como objetivo geral fazer um levantamento acerca dos fatores que podem levar os alunos do curso de graduação em Administração de uma IES privada do estado do Amazonas a evadir, para isso foi levado em consideração a percepção dos discentes, dos professores e do coordenador do curso no que diz respeito ao assunto. Quanto aos objetivos específicos esta pesquisa procurou estudar o perfil do aluno que estava sujeito a evadir e também sugerir medidas que possam vir a ser utilizadas pela gestão acadêmica para prevenir e minimizar este problema.

Para o alcance dos objetivos propostos, esta pesquisa foi estruturada da seguinte maneira:

Seção I – apresenta a introdução, nela constando o problema da pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a delimitação do estudo, a justificativa e a estrutura do trabalho.

Seção II – traz o Referencial Teórico, no qual foi feito o levantamento das fontes usadas como embasamento para a construção deste artigo.

Seção III – aponta os aspectos metodológicos, a forma na qual a pesquisa foi realizada, a população estudada, quais ferramentas de coleta de dados utilizadas e o modo de tratamento dos dados.

Seção IV – expõe a apresentação e análise dos resultados, no qual houve a descrição dos dados coletados com a população estudada.

Seção V – traz a conclusão, esta obtida ao analisar os dados coletados com a pesquisa e compará-los com o referencial teórico levantado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Ensino Superior Brasileiro: Histórias, Cenários e Tendências**

Visando compreender o vocábulo “educação” o dicionário de Língua Portuguesa Novo Aurélio (2010), traz na sua primeira acepção o significado de ato ou efeito de educar-se; em sua segunda acepção o significado consiste no processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano de forma geral, tencionando à sua melhor integração individual e social.

Mello Filho (1996 *apud* Silva, 2014), coloca um conceito de educação mais compreensivo e abrangente diferenciando-o da mera instrução. Segundo o autor, a educação objetiva assegurar a formação necessária ao desenvolvimento de aptidões, das potencialidades e mesmo da personalidade do educando. Para ele o processo educacional tem por meta: (a) habilitar o educando para o trabalho; (b) acondicioná-lo para o exercício consciente da cidadania.

A Constituição Federal de 1988 define que o termo “educação” refere-se a todos os processos da formação humana, a educação de uma maneira genérica abrange todos os processos formativos que se aprimora na vida familiar do indivíduo, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, envolve-se também nas manifestações culturais e nas instituições de ensino e pesquisa (Art. 205 e 227, CF/88).

De acordo com Silva (2014, p. 20),

O ensino superior brasileiro começou muito timidamente com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808. A rápida escala de 45 dias da Família Real em Salvador, Bahia, foi suficiente para que os comerciantes locais solicitassem a Dom João VI a abertura de uma universidade naquela cidade. Para tal, estavam dispostos a ajudar com boa quantia de recursos. Os comerciantes baianos não conseguiram convencer D. João VI a criar uma universidade naquela cidade, entretanto, conseguiram do monarca a abertura de Escolas de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, instalações que atualmente abrigam a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

Nessa mesma época foram criados o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico, como se pode perceber o Brasil já estava começando a se preparar

culturalmente para receber as primeiras instituições de ensino superior. No entanto, entre a transmigração da família real, que nos trouxe a criação dos cursos médicos em 1808, e a formulação final da ideia de universidade, transcorreram-se mais de um século e meio para que pudesse ocorrer (Silva, 2014).

Segundo Dourado (2011 *apud* Oliveira 2017), embora a educação superior no Brasil tenha sido institucionalizada somente na década de 1920, referencia-se que entre as décadas de 1950 a 1960, a educação superior foi marcada pela federalização de Instituições de Ensino Superior (IES) e pela criação de universidades públicas federais.

Este foi o legado histórico da complexa reforma pela qual passou o ensino superior brasileiro, efetivado no país pela lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 (Lei da Reforma Universitária) posteriormente revogada pela Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996 – que preconizou o ideário universitário – pela edição de atos institucionais e pela fixação de políticas e de normas educacionais do ensino superior.

## **2.2 Evasão Escolar**

O simples ingresso no Ensino Superior não garante o êxito educacional dos estudantes, uma vez que as características desse nível de ensino são bem diferentes das do Ensino Médio. Essa nova fase causa no alunado uma certa insegurança quanto ao que estar por vir e por vezes exige mudanças significativas de hábitos.

Certamente, a evasão escolar é um fenômeno complexo, comum no mundo contemporâneo, sendo um dos problemas que mais afligem as instituições de ensino superior. De acordo com Silva Filho *et al.* (2007) *apud* Bittencourt e Mercado (2014), a evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais e a busca de suas causas tem sido objeto de estudo de muitos trabalhos e pesquisas educacionais.

A evasão escolar é um problema internacional que atinge a Educação Brasileira e é caracterizado pelo abandono do aluno às atividades escolares. [...], enquanto no setor público torna-se um investimento sem o devido retorno, nas instituições particulares é um dos principais motivos da perda de recursos, que poderiam ser empregados na melhoria da qualidade de ensino [...] (Stoffel & Ziza, 2014, p. 01).

Santos Junior *et al.* (2014) relatam que ao partir do pressuposto de que um dos principais papéis das universidades e IES é o de qualificar o corpo discente, preparando-os para o exercício profissional com a devida competência que deve ser obtida durante o período no qual se encontram no sistema acadêmico e ainda levando em consideração que a prestação de contas do uso de recursos públicos é medida usual em



sociedades democráticas e o uso de receitas de instituições privadas impacta diretamente em sua sustentabilidade financeira. Torna-se preocupante o fato de uma parcela de estudantes não concluírem seus cursos.

Silva Filho *et al.* (2007), afirmam que no setor privado cerca de 2% a 6% das receitas das instituições de ensino superior – IES – são despendidos com marketing visando atrair novos estudantes, no entanto, nada parecido é investido para manter os estudantes que já estão matriculados. Além do mais, raríssimas são as IES brasileiras que possuem algum programa institucional de combate à evasão com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas.

De acordo com Fritsch *et al.* (2015, p. 83),

O Estado tem desenvolvido políticas educacionais para a inclusão de alunos com poucas possibilidades de acesso às instituições privadas de educação superior. As estratégias, definidas no PNE (2014-2024), indicam a continuidade dos programas: o Programa Universidade para Todos (ProUni), que busca conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica; e o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies), que oferece isenção ou pagamento de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem aos programas fortalecendo, assim, o sistema privado no ensino superior (Brasil, 2014).

De certa forma, a possibilidade de mais acesso, é certamente necessária, entretanto, não é suficiente para a manutenção dos alunos até a diplomação. A evasão no ensino superior causa perdas para todos os atores envolvidos, para o discente, por exemplo, este fator não é somente um problema social, é configurado como um problema econômico também. Uma vez que quanto mais cedo o aluno de uma faculdade se formar, mais cedo estará no mercado de trabalho, todavia, aquele aluno que abandona o curso, está retardando a sua inserção no mercado como um profissional com ensino superior, ou pior, está desistindo da busca por diplomação e por uma profissão mais bem remunerada (Stoffel & Ziza, 2014).

### **2.2.1 Possíveis causas da evasão**

Buscando entender e explicar as possíveis causas e consequências da evasão no ensino superior, alguns estudiosos tais como Diogo *et al* (2016) têm constatado a complexidade deste fenômeno. O estudo da evasão configura um campo que envolve várias áreas do conhecimento humano, pode envolver questões pedagógicas, psicológicas, sociais, políticas, econômicas, administrativas, entre várias outras.

Dias *et al.*, 2006 *apud* Diogo *et al.* (2016, p.130) afirmam que,

De maneira geral, é possível identificar dois grupos de fatores relacionados ao fenômeno: *os externos* à instituição, como vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal dos alunos; e *os internos* à instituição, como infraestrutura da IES, corpo docente e assistência sócio-educacional.

No que diz respeito aos fatores externos, existem as falhas na tomada de decisão em relação ao curso. Estas englobam alguns aspectos como a falta de orientação profissional, sendo este o principal deles, pois em alguns casos o aluno ingressa no curso sem conhecer a profissão e se desestimula quando nota que a carreira escolhida não lhe proporciona satisfação pessoal. (Gemaque & Souza, 2016).

No que tange aos fatores internos, a infraestrutura e outras características como a disponibilidade de equipamentos de informática, laboratórios de ensino, qualidade do espaço físico, bibliotecas, instalações e corpo docente institucional são alguns dos fatores que influenciam no desempenho dos alunos no que tange ao interesse educacional e ao rendimento escolar (Brasil, 1997 *apud* Gemaque & Souza, 2016).

Com relação ao corpo docente e levando em consideração que os primeiros períodos dos cursos são os que causam maior impacto sobre o universitário, Bardagi (2007 *apud* Gemaque & Souza, 2016), aborda que a má atuação do professor contribui de certa forma para que o discente desista do curso. Na visão do autor, os docentes, principalmente destes períodos, deveriam desenvolver práticas metodológicas motivadoras, qualificadas e significativas estimulando o acadêmico a criar um vínculo com a instituição de ensino.

Tinto (1975 *apud* Ambiel, 2015, p. 42) “entendia que a evasão do Ensino Superior seria uma atitude voluntária, motivada principalmente por desempenho acadêmico insatisfatório e da não integração social ao novo ambiente”. Porém, diversos estudos detectaram causas bem diferentes. Platt Neto *et al* (2008 *apud* Campos 2016), por exemplo, afirmam que um dos fatores causadores da evasão é a necessidade do trabalho remunerado devido às carências econômicas.

Para Tigrinho (2008 *apud* Campos 2016), a falta de compatibilidade entre os horários dos cursos e do trabalho caracterizam uma realidade que deve ser enfrentada pelas IES buscando assim soluções para o problema da evasão. Ainda na linha de pensamento deste autor,

A dificuldade de conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de abandonar a faculdade. Quando as obrigações profissionais entram em conflito com os compromissos dos estudos, são estes, na maioria das vezes, que são adiados (Tigrinho, 2008, p. 05 *apud* Campos, 2016, p.18).

Nesta direção, Diogo *et al* (2016), enfatizam que a análise do (in)sucesso escolar e a permanência ou a evasão de um curso deve tomar como base uma lógica de corresponsabilização, integrando-se variáveis pessoais, variáveis dos professores e variáveis do próprio ambiente de aprendizagem.

### **2.3 MEC defende reformas para reduzir evasão em faculdades**

Logo após a divulgação do Censo de Educação Superior, que pela primeira vez traçou o perfil dos estudantes ao longo da graduação, o Ministro da Educação, Mendonça Filho (2017), reiterou que a reforma no ensino médio é fundamental para que os indicadores possam melhorar (Portal Brasil, 2016). A mudança é proposta pela Medida Provisória nº 746/2016 e terá um impacto direto nos indicadores do ensino superior (SEMESP, 2015 *apud* Oliveira, 2017, p. 16).

Isso porque os dados referentes ao ano de 2015, divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – órgão do Ministério da Educação que divulga publicamente, de forma regular, dados referentes aos matriculados, ingressantes e egressos do ensino superior, revelaram um crescimento elevado na taxa de desistência do curso de ingressos. Em uma avaliação da trajetória dos alunos de 2010 e 2014, por exemplo, 11,4%, dos alunos abandonaram os cursos nos quais foram admitidos no ano de 2010, enquanto que em 2014, esse número chegou a 49%, ou seja, houve um aumento de 35,4% no número de evadidos no decorrer de 4 anos (Portal Brasil, 2016).

Ainda de acordo com Mendonça Filho (2017), a ausência de orientação vocacional ao logo do ensino médio é um dos agravantes para a desistência significativa de jovens que ingressam no ensino superior. De acordo com o Censo de 2016, cerca de 8.033.574 estudantes estão regularmente na educação superior, o número supera o de 2014 em cerca de 2,5%, quando havia cerca de 7.839.765 matriculados (Portal Brasil, 2016).

Além do que, das 8 milhões de vagas disponíveis, 42,1% estão preenchidas e destas somente 13,5% das vagas remanescentes foram ocupadas. As vagas remanescentes indicam pouca eficiência do sistema, a reforma do ensino médio proporcionaria a esses jovens a oportunidade de experienciar algumas trajetórias acadêmicas mais associadas a cursos e carreiras no ensino superior. A presidente do INEP, Maria Inês Fini expôs que,

A falta de interesse em ocupar as vagas amplamente oferecidas, tanto na rede pública quanto na particular, deve-se ao fato de o jovem não identificar, na sua vontade, uma perspectiva desse ou aquele curso. É preciso haver uma conexão

entre a educação básica e a de nível médio para ampliar as oportunidades de acesso à educação superior (Portal Brasil, 2016).

O diretor executivo da SEMESP, Rodrigo Capelato, informou que as matrículas em cursos presenciais no Brasil cresceram em 3%, entretanto houve uma queda de 8,7% no número de ingressantes, o que acaba por revelar um quadro de crise econômica. Conforme as projeções feitas pela Assessoria Econômica da SEMESP, houve também uma queda de 5% nas matrículas em 2016 e tudo indica que em 2017, as matrículas irão estabilizar nesse patamar, ou seja, está ocorrendo um retrocesso na inserção de jovens no ensino superior (SEMESP, 2017).

#### **2.4 Evasão estudantil no estado do Amazonas**

De acordo com o mapa do ensino superior no Brasil, desenvolvido pela assessoria econômica da SEMESP (2016), o estado do Amazonas possuía no ano de 2014 uma população de 3,9 milhões de habitantes, hoje essa população está estimada em 4,002 milhões de habitantes. Além de ser formada por quatro mesorregiões o que totaliza 62 municípios.

Ainda nesse ano de 2014, houve um aumento de 6% nas matrículas em instituições da rede privada, somatizando 88,8 mil inscrições, contra 83,7 mil do ano anterior. Enquanto que na rede pública o índice teve uma queda de 3,4% nas matrículas, obtendo 51,6 mil em 2014, contra 53,5 mil no ano anterior.

No que se refere a evasão anual de alunos, nos cursos presenciais o índice chegou a ser de 23,4% na rede privada e 19,3% na rede pública. Já nos cursos a distância (EAD), nesse mesmo período, o índice de evasão anual em rede privada foi de 35,5% enquanto que na rede pública foi de 11,4%. (SEMESP, 2016).

Outro dado interessante e que deve ser levado em consideração revela que o estado do Amazonas apresenta em torno de 358 mil empregados com carteira assinada com ensino médio completo e apenas 126 mil com ensino superior completo. A remuneração média por grau de instrução no estado, para os profissionais com ensino superior completo, ficou em torno de 4,6 mil reais mensais em 2014.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa é um diagnóstico preventivo para controlar a evasão e fundamentou-se nos preceitos metodológicos da pesquisa quali-quantitativa, caracterizando-se como uma pesquisa experimental e de campo (Prodanov & Freitas, 2013). O campo de investigação foi o curso de graduação em administração de uma

instituição de ensino superior (IES) privada do estado do Amazonas. As variáveis investigadas foram os ambientes internos e externos à instituição. Internos: o grau de satisfação com o curso, com a instituição, a infraestrutura e o corpo docente. Externos: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal.

Para responder aos objetivos propostos, a coleta de dados aconteceu em dois momentos: 1º momento – Identificação da situação acadêmica através de observação em sala de aula. A observação foi realizada com os discentes do curso que estavam partindo do primeiro para o segundo período letivo dos turnos matutino e noturno. Ao todo, somando os dois turnos, a instituição possui aproximadamente 570 alunos regularmente matriculados, dos quais 130 estão cursando o primeiro período.

2º momento – Aplicação de questionários com alunos e entrevistas com professores e o coordenador do curso. Essa parte do levantamento de dados não contou com toda essa população de discentes, o estudo trabalhou com uma amostra por acessibilidade, uma parcela convenientemente selecionada da população (Marconi & Lakatos, 2013, p. 225). Essa amostra foi de 20% do total de alunos matriculados no primeiro período do curso, ou seja, 26 alunos, para os quais foi aplicado um questionário com 29 perguntas fechadas. O corpo docente da instituição conta com 227 professores ativos, dos quais 20 ministram aulas para o curso de Administração. Para analisar a percepção dos professores foi realizada uma entrevista estruturada com 22 perguntas mistas a uma amostra aleatória de 20% do corpo docente do curso, isto é, 4 professores. E uma entrevista semiestruturada com o coordenador do curso.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Discentes

Com base nos dados coletados por meio de questionário com uma amostra aleatória de 20% do total de 130 alunos matriculados no primeiro período do curso de graduação em administração dos turnos matutino e noturno, foram obtidas as seguintes informações como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Informações pessoais e socioeconômicas

DADOS	%	VARIÁVEL
Sexo	53,8	Mulheres
Idade	38,5	Entre 18 e 21 anos

Estado civil	73,1	Solteiro
Se possui filhos	61,5	Não
Fonte de renda	46,2	Emprego com carteira assinada
Carga horária de trabalho	46,2	Trabalho em tempo integral – 40 horas semanais ou mais
Renda familiar	73,1	Até 3 SM (R\$ 2.811,00)

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com esses dados foi possível perceber que dos 26 alunos que participaram desse estudo, cerca de 53,8% eram mulheres das quais 38,5% tinham entre 18 e 21 anos, sendo também que 73,1% possuía estado civil com status de solteiro e 61,5% delas não possuíam filhos. Além disso foi constatado que 46,2% da população que participou do estudo é empregado com carteira assinada e trabalha em tempo integral, outro fator que deve ser levado em consideração é que 73,1% deles possui uma renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 2.811,00), ou seja, cerca de 73,1% dos participantes estão incluídos na classe média.

No que se refere à instituição de ensino superior, os dados obtidos estão inseridos na tabela 2.

Tabela 2 – Sobre a IES

DADOS	%	VARIÁVEL
Qual a principal razão para a escolha da IES?	30,8	Qualidade/reputação
A infraestrutura da IES atende as suas necessidades?	73,1	Atende totalmente
A escolha deste curso foi sua primeira opção?	69,2	Sim
Qual o principal motivo de você ter escolhido este curso?	34,6	Valorização profissional
Como você classifica seu relacionamento com os professores do curso?	46,2	Bom
Como você classifica a metodologia adotada pelo professor?	38,5	Ótimo

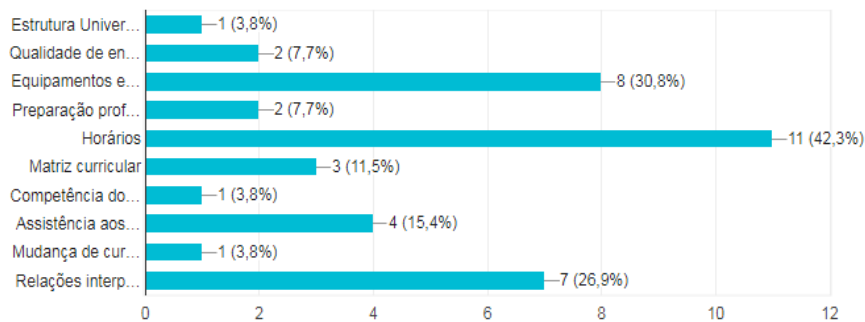
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que se refere à instituição de ensino e ao curso estudado, 30,8% dos alunos afirmam que escolheram a instituição por conta da sua qualidade/reputação e 73,1% mencionariam que a infraestrutura atende totalmente as suas necessidades. Cerca de 69,2% dos respondentes disseram que a escolha do curso em questão foi a sua primeira opção, sendo que 34,6% admitem que escolheram este curso por valorização profissional,

além de 46,2% deles atestar que possuem um bom relacionamento com os professores e 38,5% afirmam que a metodologia de ensino adotada pelos professores é ótima.

Quando questionados sobre os fatores mais problemáticos existentes no curso, foram obtidas as seguintes respostas, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 - Fatores problemáticos do curso

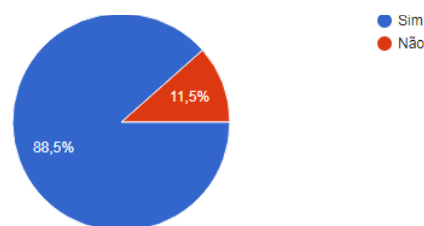


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Cerca de 42,3% dos discentes reconhecem que os horários dos cursos são os mais conflituosos, uma vez que os horários das aulas no respectivo período possuem a grade completamente cheia levando em consideração que 46,2% dos entrevistados trabalham em tempo integral, isto é, 40 horas semanais ou mais, além disso, outro fator considerado bastante problemático por 30,8% dos alunos é o de equipamentos e instalações para o ensino.

No quesito evasão discente no ensino superior, objetivo geral deste trabalho, foram obtidos os seguintes resultados ao questionar os discentes quanto a pretensão de dar continuidade ao curso ou não, como consta no gráfico 2:

Gráfico 2 - Índice de evasão discente



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Foi possível constatar que 88,5% dos discentes pretendem dar continuidade ao curso, mesmo que apenas 69,2% destes o tenham escolhido como primeira opção. Um fator preocupante e que requer bastante atenção é que 11,5% da população participante do estudo não pretende dar continuidade ao curso, quando questionados sobre o assunto,

os mesmos afirmaram que este não tinha sido a sua primeira opção o que de fato foi visto durante a observação dos questionários.

#### **4.2 Docentes**

Baseado na entrevista estruturada respondida por 20% do total de 20 professores que ministram aulas para o curso estudado foi possível constatar que para 25% dos professores entrevistados a dificuldade em acompanhar o desenvolvimento do curso por conta da deficiência na educação básica e o desconhecimento prévio do curso são fatores que contribuem de forma significativa para a evasão discente.

Outro dado interessante é que 50% dos professores acreditam que a evasão discente também pode ser causada por conta da escolha equivocada do curso ou o fato do mesmo não ter correspondido às expectativas do discente, além de defenderem a ideia de que a falta de associação entre a teoria e prática nas disciplinas é outro fator que contribui de maneira significativa.

Por outro lado, é importante levar outros fatores em consideração, uma vez que podem influenciar de maneira significativa na decisão dos discentes em dar continuidade ao curso ou não, são eles: a dificuldade financeira momentânea e a falta de um financiamento mais amplo aos alunos carentes na qual 75% dos professores que participaram da pesquisa acreditam serem fatores de extrema influência no quesito da evasão.

Cerca de 50% dos entrevistados presumem que a incompatibilidade entre os horários da jornada de trabalho e as disponíveis para o curso presencial são fatores que contribuem pouco para evasão, enquanto que 25% deles acreditam que esta é uma causa que pode contribuir totalmente.

Quando questionados a respeito de sua metodologia de ensino, 100% dos professores asseveraram que a mesma é totalmente adequada para o ensino-aprendizagem do discente, ao ser indagado o porquê disso o entrevistado 1, por exemplo, respondeu: *“porque procuro adequar a teoria e a prática e também trabalho muitos exercícios em sala de aula”*, ao passo que o entrevistado 2 respondeu: *“procuro fazer a associação entre a teoria e a prática”*.

#### **4.3 Coordenador**

Na entrevista realizada com o coordenador do curso de administração, prof. Elton Pereira Teixeira, foi possível analisar a evasão discente mais voltada pela ótica da



gestão. Na visão do coordenador, fatores como: desconhecimento prévio do curso, dificuldade em acompanhar o desenvolvimento do curso por conta da deficiência na educação básica, infraestrutura da instituição, necessidade de trabalho remunerado, problemas familiares e falta de associação entre teoria e prática nas disciplinas são fatores muito relativos e de pouca influência na questão da evasão discente.

Para ele os fatores que contribuem de maneira significativa para a evasão discente no ensino superior são: a dificuldade financeira momentânea e a falta de financiamento mais amplo aos alunos carentes, dado que a primeira variável é um fator que foge ao controle do discente e influencia fortemente em sua tomada de decisão e a segunda fica a critério da instituição oferecer.

Nas questões mais voltadas para gestão do curso houve as seguintes perguntas para a coordenação do curso:

**Pesquisador:** *O seu curso promove a integração dos alunos novatos de que maneira?*

**Coordenador:** *Visita orientada; contato no primeiro dia com outros subseqüentes do coordenador, há também a formação de grupos de trabalhos quando os discentes ingressam no 1º período no segundo semestre.*

**Pesquisador:** *Você considera a metodologia de ensino de seus professores adequada para os alunos entrantes no curso?*

**Coordenador:** *O primeiro período do curso é recebido por professores orientados a acompanhar bem os alunos para não haver evasão.*

**Pesquisador:** *Como coordenador, que medidas você usa para controlar a evasão discente no seu curso?*

**Coordenador:** *Através de contato e acompanhamento dos alunos todos os semestres.*

**Pesquisador:** *Na sua concepção como a gestão acadêmica desta instituição lida com a evasão?*

**Coordenador:** *Existem controles sistemáticos que são enviados pela gestão acadêmica a todos os coordenadores de curso.*

**Pesquisador:** *Que fatores você acredita que podem vir a melhorar além daqueles já citados anteriormente para que a evasão discente seja minimizada?*

**Coordenador:** *Acompanhar e manter o controle sobre cada turma regulamente.*

## 5 CONCLUSÃO

Sabendo que a evasão no ensino superior é um problema internacional que interfere de forma direta nos resultados dos sistemas educacionais e que a perda de discentes que iniciam seus cursos e não os concluem são considerados desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, é possível afirmar que a evasão não pode ser solucionada com ações generalistas e focalizadas a apenas uma variável, visto que este é um processo complexo e está relacionado a diversos fatores intervenientes, mesmo que seja aspecto preponderante, considerando a alteração no perfil dos estudantes universitários nos últimos anos (Ristoff, 2013).

Neste estudo, foi possível concluir que o índice de evasão poderá chegar a 11,5% no curso de administração da instituição objeto desse estudo. Além disso, no que se refere aos discentes foi possível constatar que mesmo que 73,1% dos alunos considerarem que existem fatores problemáticos no curso, tais como os horários e os equipamentos e instalações, estes fatores não eram os responsáveis pela evasão, na verdade os discentes estavam sujeitos a evasão por este não ser o curso desejado e pelo mesmo não ter atendido às suas expectativas, ou seja, a origem da evasão nessa instituição é de natureza externa.

O que fortalece a tese de Diogo *et al* (2016) ao afirmarem que a evasão discente pode ocorrer por causas internas ou externas a instituição, existindo nas causas externas a falha na tomada de decisão em relação ao curso, esta engloba alguns aspectos como a falta de orientação profissional, sendo este o principal deles, pois em alguns casos o aluno ingressa no curso sem conhecer a profissão e se desestimula quando nota que a carreira escolhida não lhe proporciona satisfação pessoal.

Ao analisar a percepção dos professores com relação ao assunto, foi possível perceber que 50% deles acreditavam que a evasão discente era causada pela escolha equivocada de curso ou o fato de o mesmo não ter correspondido as expectativas dos discentes e neste ponto estavam certos, com base na análise dos dados coletados com os mesmos. Entretanto, 75% dos professores e o próprio coordenador do curso acreditavam que outros fatores como a dificuldade financeira momentânea e falta de financiamento mais amplo aos alunos carentes fossem os principais responsáveis pela evasão. Todavia, isso não foi confirmado ao analisar os dados coletados com os discentes.

Segundo Fritsch *et al.* (2015), o Estado vem desenvolvendo políticas educacionais para a inclusão de alunos com poucas possibilidades de acesso às

instituições privadas de educação superior. As estratégias, definidas no PNE (2014-2024), indicam a continuidade dos programas: o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies), fortalecendo, assim, o sistema privado no ensino superior. Nesta pesquisa, não foi constatado que a evasão estava ocorrendo por falta de um financiamento e apoio mais amplo, entretanto, é necessário sim mais investimento nessa parte visando possibilitar o ingresso de mais discentes no ensino superior.

De acordo com o coordenador do curso a instituição possui controles sistemáticos que visam combater a evasão discente, estes controles são repassados aos coordenadores de cursos e posteriormente repassados aos professores. Além disso os alunos são acompanhados pelo coordenador e seus subsequentes durante o desenvolvimento do curso semestralmente, o que reafirma a visão de Santos Junior (2014), que diz que há IES que buscam minimizar a evasão com programas institucionais que visem à integração pessoal, social e acadêmica dos alunos. De acordo com ele, existem políticas voltadas para a permanência dos estudantes nas IES, como o fortalecimento de medidas que privilegiam o apoio financeiro e psicológico aos alunos carentes ou a modernização de métodos e de currículos.

Em virtude dos fatos mencionados, foi possível constatar que o modelo de gestão das IES foi desenvolvido a princípio para a captação, e não para retenção de alunos, tendo em vista que, historicamente, a demanda vinha superando a oferta. A perda de alunos ainda é tratada em muitos casos como uma decorrência natural, sendo aceitável, dentro das instituições, que os alunos sem condições – acadêmicas, financeiras ou psicológicas – não concluam o Ensino Superior (Alcides & Maria Lúcia, 2006). No entanto, já possuem IES que se preocupam e investem em soluções para minimizar o problema.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o que está instruído no artigo 206 da CF/88, no qual diz que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência a escola... VII – garantia de padrão de qualidade”. Na ótica de Silva (2014), a instituição educacional tem a responsabilidade de oferecer ensino de qualidade aos seus alunos. Não se pode somente redigir sua missão declarando como um compromisso oferecer ensino de qualidade, isto é, a instituição deve praticar essa missão rigorosamente, de modo que a missão escrita e a prática sejam idênticas.

A missão escrita não deve ser somente uma peça de retórica como se pode observar em muitas instituições de ensino que apregoam ensino de primeira classe, entretanto, não praticam o teor semântico das suas missões. Ainda de acordo com Silva (2014, p. 90),

A instituição de ensino deverá estar preparada para acolher esse aluno, avaliar os seus conhecimentos básicos e suprir as suas deficiências por meios de aulas especiais, a fim de recuperar o conteúdo que esse aluno deixou de adquirir, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio. Desse modo, a instituição cumpre o dispositivo constitucional, oferecendo a todos seus alunos as mesmas condições de permanência na instituição.

Portanto, para que a gestão acadêmica tenha um bom rendimento dos seus alunos e possua um controle sobre o índice de evasão em seus cursos, a mesma deve analisar a instituição como um todo, todos os aspectos internos e externos à ela, como a estrutura física, as falhas existentes no curso, a entidade educacional, horários, matriz curricular e até mesmo fatores como desconhecimento prévio do curso pelos discentes, dificuldade na educação básica e no desenvolver do curso a própria motivação dos discentes.

Os objetivos previstos para esta pesquisa foram alcançados. Por oportuno, ressalta-se a importância de se fazerem estudos mais consistentes que primem pelo viés da permanência ao analisar a evasão e/ou o abandono discente na educação superior, para que assim possam ser levantadas possibilidades de mudança e de qualificação do acesso, permanência e conclusão dos estudos em instituições de ensino superior.

## **PREVENTIVE DIAGNOSIS OF SCHOOL EVASION IN A PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTION**

**ABSTRACT:** This study intended to do a lifting around the factor that could make students of the course of administration of a private college of the Amazonas' state to evade. It is a descriptive explanatory research, of an experimental and field character, with an approach both quality and quantity, realized by applying questionnaires with students and interviewing teachers and coordinators. Also, this research propose measures that can be taken by the academic management to prevent e minimize this problem. Analyzing the questionnaires and interviews observes that the evasion rate of the college is around 11,5% besides being caused by several intermittent factors.

**Keywords:** Discourse evasion; Higher education; Academic Management.

## REFERÊNCIAS

- Ambiel, R. A. M. (2015). *Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior*. Aval. psicol., Universidade São Francisco, Itatiba-SP, Brasil, v. 14, n. 1, pp. 41-52, abr.
- Bittencourt, I. M. & Mercado, L. P. L. (2014). *Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, pp. 465-504, abr./jun.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. pp. 124-133.
- Campos, J. D. S. (2016). *Fatores explicativos para a evasão no ensino superior através da análise de sobrevivência: o caso da UFPE*. [Dissertação]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Curso de Engenharia de Produção.
- Diogo, M. F., Raymundo, L. S., Wilhelm, F. A., Andrade, S. P. C., Lorenzo, F. M., Rost, F. T., & Bardagi, M. P. (2016). *Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, pp. 125-151, mar.
- Alcides, F. S. & Maria Lúcia, B. (2006). *A evasão escolar em uma universidade privada*. Ensino em Engenharia: empreender e preservar. 2006 set. Anais do XXXIV COBENGE. Passo Fundo: Ed. Universidade de passo Fundo.
- Ferreira, A. B. H. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Curitiba: Positivo, p. 2272.
- Fritsch, R.; Rocha, C. S., & Vitelli, (2015). R. F. *A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, pp. 81-108, maio/ago.
- Gemaque, L. S. B., & Souza, L. G. (2013). *Diplomação, Retenção e Evasão: estudo com enfoque na evasão dos cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão no período de 2008 a 2010*. Ensino & Multidisciplinaridade, São Luís, v. 2, n. 1, pp. 84-105, jan./jun.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2013). *Técnicas de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, T. L. (2017). *Variáveis de risco de evasão em uma instituição de ensino superior privada no Amazonas*. [Dissertação]. Amazonas: Universidade Federal do Amazonas, curso de Engenharia de Produção.

Portal Brasil. (2017). *MEC defende reformas para reduzir evasão em faculdades*. Recuperado em 10 abril ,2017, de <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/10/mec-defende-reformas-para-reduzir-evasao-em-faculdades>.

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Trabalho Científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale.

Ristoff, D. (2013). *Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009)*. Cadernos do GEA: n° 4. Rio de Janeiro: FLACSO: GEA: UERJ.

Santos Junior, J. S.; Real, G. C. M., & Oliveira, R. L. P. (2014). *Aprimoramento da gestão acadêmica: intervenções e alternativas para controle da evasão estudantil*. dez. 03-05. XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU, Santa Catarina: Florianópolis.

Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2017). *Mapa do ensino superior*. Estado do Amazonas. pp. 165-70. Recuperado em: 13 maio, 2017, de [http://convergenciacom.net/pdf/mapa\\_ensino\\_superior\\_2016.pdf](http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf).

Silva, A. S. (2014). *Retenção ou evasão: a grande questão social das instituições de ensino superior*. [Dissertação]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Curso de Direito Político e Econômico.

Silva Filho, R. L. L., Monte Junas, P. R., Hipólito, O., & Lobo, M. B. C. M. (2017). *A evasão no ensino superior brasileiro*. Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Cadernos de Pesquisa. v.37, n.132, pp. 641-659, set./dez.

Stoffel, W. P. & Ziza, C. R. (2014) *Evasão Escolar em Cursos Superiores: Estudo comparativo entre os pedidos de trancamento e o aproveitamento escolar*. IX Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Comunicação – Simped. p. 11.

## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, ORGANIZAÇÃO, LUTA DE CLASSES OU FRAGMENTAÇÃO

**Erisvaldo Souza.**

*Graduado em História e Especialista em Ciência Política Pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Anápolis. Mestre e Doutor em Sociologia Pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor da (UEG) Campus Uruaçu.*  
[erisvaldosouza@yahoo.com.br](mailto:erisvaldosouza@yahoo.com.br)

Este artigo visa analisar o movimento dos trabalhadores, sua organização a partir da luta de classes e ao mesmo tempo, sua fragmentação ou não, pois trata-se de uma realidade complexa, na qual os trabalhadores estão inseridos. Hoje, vimos diversas informações sobre movimentos sociais em geral, principalmente trabalhadores em greve. Seria a greve legítima? Esta é uma das formas encontradas para os trabalhadores reivindicar seus direitos sociais, políticos, econômicos etc., ou seja, é uma de suas bases de organização para lutar contra seus patrões. O movimento dos trabalhadores em geral, expressa a luta de classes na sociedade capitalista, mas alguns afirmam que esta está em crise ou que não existe mais. Compreender esta questão torna-se fundamental a partir da concepção de Maurício Tragtenberg, que vai ser um dos nossos referenciais para pensarmos o movimento dos trabalhadores, sua organização e como este expressa a luta de classes ou a fragmentação desta. Assim, este artigo tendo por base os textos de Tragtenberg, sobre a organização do movimento operário, busca fundamentalmente compreender de forma crítica esta questão importante para a organização e a luta dos trabalhadores em sua totalidade.

**Palavras-chave:** Movimento dos trabalhadores, organização, luta de classes.

A origem e a formação da classe trabalhadora diz respeito à formação de uma forma de organização específica, que é a sociedade capitalista, que teve origem a partir da crise da sociedade feudal e a ascensão de uma nova classe social, que é a burguesia. Neste contexto de mudanças da sociedade feudal para a sociedade capitalista, ocorrem um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc., mas que só foram consolidadas a partir da Revolução Francesa, momento marcante no que diz respeito ao capitalismo como modo de produção, pois é justamente nesse contexto que

vimos uma sociedade que de fato superou grande parte do modelo de sociedade anterior, que era a sociedade feudal.

Por outro lado, essas mudanças não acontecem de imediato, basta observarmos que, desde a crise da sociedade feudal, até a consolidação do capitalismo como modo de produção, foram em média quatro séculos, logo, essas mudanças foram sendo formadas. No início da sociedade moderna, a população se encontrava no campo e suas relações sociais estavam restrita a esse espaço. Com as mudanças ocorridas nesse período, como é o caso do renascimento cultural, científico, surgimento das cidades modernas etc., novas necessidades surgem, onde os indivíduos tem que se adaptar para poder continuar sobrevivendo. Isto quer dizer que suas condições materiais são alteradas, pois as relações sociais passam a ser cada vez mais complexas. Uma das relações que foi drasticamente modificadas, foi a relação campo cidade.

Na sociedade feudal, as relações no campo, demonstravam uma forte distinção da vida nas cidades que começam a se formar no início da sociedade moderna e capitalista. Podemos dizer que as relações de trabalho, também começam a sofrer mudanças, pois até então, o trabalho na sociedade feudal é basicamente camponês e com técnicas rudimentares, normalmente era um tipo de trabalho específico. Os servos trabalhavam na terra do senhor feudal e pagavam impostos para esse, ao mesmo tempo em que devia suas obrigações.

A produção era dividida entre o servo que trabalhava na terra com o senhor feudal detentor da terra, mas obviamente que haviam outros impostos e este foi um dos motivos que levaram os servos a se revoltarem contra os seus senhores, pois já não suportavam mais pagar altos impostos para trabalhar na terra.

No início da sociedade moderna, as formas de trabalho, ainda se encontravam no nível do trabalho artesanal, camponês etc., mas que vai sofrendo mudanças, pois a necessidade do uso do dinheiro era cada vez mais presente nesta sociedade. Começa-se então, a necessidade do acúmulo de riquezas, foi o que Marx chamou de acúmulo primitivo de capitais. Esse momento é marcado pelo surgimento das primeiras organizações privadas de capital, como as instituições financeiras. O próprio Estado moderno, foi uma das instituições responsáveis para produzir as condições para este fim.

As mudanças historicamente, fez surgir outras classes sociais, como é o caso do proletariado urbano, e com ele novas alterações no conjunto da sociedade. O surgimento do proletariado na Europa com as revoluções burguesas, foi um fato marcante para a



história da sociedade moderna, bem como para a história do capitalismo como modo de produção. As mudanças que ocorrem nesse contexto são importantes, basta observarmos a migração do campo para a cidade.

Com a Revolução Industrial, é possível perceber as novas necessidades, pois o engendramento do modo de produção capitalista, está cada vez mais presente na vida dos indivíduos, logo, estes precisam se adaptar a esta nova realidade. Com a forte migração do campo para a cidade, a cidade passa a dominar o campo, como bem analisou Marx e Engels (2005), isto quer dizer, que as relações sociais são radicalmente transformadas. Aqueles camponeses que habitam o campo, agora são obrigados a abandonarem, indo morar nas cidades inglesas que estavam em formação, pois não encontravam mais condições para viver no campo.

Agora, estes camponeses, são obrigados a se adaptar a uma “nova vida”, não tem mais a terra para trabalhar como servo do senhor feudal, pois cada vez mais esse modelo de sociedade, vai sendo substituída, logo, eles necessitam encontrar um trabalho para poder sobreviver. Sua relação de trabalho é radicalmente alterada, pois agora, em vez do trabalho no campo, este é obrigado a vender a sua força de trabalho em troca de um salário que não era suficiente para poder realizar a manutenção de sua vida e família, pois estes trabalhavam muito e recebiam pouco.

Isto demonstra que cada vez mais, o modo de produção capitalista vai se consolidando. Desta maneira, seguindo a perspectiva de Viana (2007), o modo de produção é o modo como os seres humanos produzem e reproduzem seus meios de sobrevivência e fazem isso através do trabalho e da cooperação. O trabalho e a cooperação se tornam necessidades com o desenvolvimento histórico da sociedade e do modo de produção.

O trabalho nas primeiras fábricas inglesas era árduo e os trabalhadores obrigados a enfrentar uma jornada de trabalho excessiva, péssimas condições de trabalho, baixos salários e forte opressão por parte dos patrões. Os trabalhadores viviam amontoados em pequenas moradias, cortiços das cidades inglesas que estavam em formação, pois os trabalhadores não tinham condições de pagar um aluguel, obviamente que seus salários não eram suficientes para pagar a alimentação e demais despesas, logo, a família inteira era obrigada a trabalhar em condições desumanas, inclusive crianças, como é narrado na obra de Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

Por outro lado, surge a necessidade dos trabalhadores se organizarem em associações e depois sindicatos, principalmente para lutar contra as formas de opressão,

dominação e as péssimas condições de trabalho, tanto de homens, mulheres e crianças. Sendo assim, os trabalhadores começam a se organizar e passam a lutar por direitos sociais, como melhores salários, diminuição na jornada de trabalho, melhores condições para desenvolver suas atividades etc. É óbvio que os patrões não irão aceitar essas e outras reivindicações que o conjunto dos trabalhadores começam a exigir, pois assim, o lucro dos patrões iria cair muito drasticamente.

Uma das características da sociedade moderna e capitalista, é a luta de classes que ocorre a partir dos interesses das classes sociais em luta. Neste caso, na nascente sociedade capitalista, é visível a luta entre os trabalhadores do campo e da cidade contra seus patrões. Os antagonismos de classes irão se desenvolver ao ponto do acirramento mais violento entre proletariado e patronato, pois grande parte das exigências por direitos sociais serão negadas pelos patrões.

Marx ao analisar a sociedade capitalista é enfático ao colocar a posição do proletariado historicamente, ao fazer frente à classe dominante da sociedade no capitalismo, que é a classe burguesa. Assim, ele vai afirmar que a única classe social capaz de fazer frente à burguesia é o proletariado organizado coletivamente. Entretanto, Marx vai dizer que burguesia e proletariado, são as duas classes sociais fundamentais na sociedade capitalista, para tanto, estas travam uma luta cotidiana para defender os seus interesses.

A formação da sociedade capitalista, de fato, vai possibilitar o surgimento destas duas classes sociais, e com o seu desenvolvimento, o surgimento de outras que estão tanto do lado do proletariado, como do lado da burguesia, como é o caso da burocracia, tal como é analisada por Marx em *O 18 Brumário* (1997). Mas como ele próprio afirmava, do lado do proletariado em sua luta, está o próprio proletariado. Esta classe social, deve se organizar para poder lutar pela sua emancipação.

Mas para que esta emancipação ocorra, o proletariado como classe social, tem que se organizar no sentido de contestar a sociedade burguesa, bem como a classe dominante nesta sociedade. Sua luta é cotidiana, nos locais de trabalho e demais organizações na qual estes integram como trabalhadores. Suas lutas devem ser coletivas para o enfrentamento das formas de dominação existentes no local de trabalho e nos demais espaços da sociedade.

O Modo de produção capitalista, se desenvolve, universalizando cada vez mais as relações sociais capitalistas, logo, o proletariado como classe social também se universaliza, então, tem a necessidade de cada vez mais se organizar para lutar contra as

formas de dominação e exploração no trabalho, já que é esta classe social que é a produtora de toda a riqueza existente na sociedade.

O burguês em geral, vive da exploração do trabalho dos trabalhadores como um todo, logo, esses indivíduos, vivem da exploração do trabalho dos outros. Entretanto, essa relação de trabalho e exploração, não é “harmônica”, no sentido de aceitação, passividade etc, pois os trabalhadores lutam contra essas práticas no interior das fábricas, indústrias, comércio e demais locais de trabalho. Marx e Engels, (1998), afirmavam que a sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, outras classes sociais irão surgir e com o mesmo objetivo das outras defender seus interesses particulares.

Estas classes sociais, são fruto do desenvolvimento histórico das sociedades humanas, não é mera abstração das mentes de Marx e Engels. Estas classes sociais existem na realidade concreta, basta observarmos a forma em que Marx desenvolve seu método de análise da realidade social, ou seja, o método dialético, que visa desenvolver uma análise da realidade concreta, dos seres humanos vivos, de suas condições materiais e não do que os indivíduos imaginam ser as coisas, a realidade, a sociedade etc.

Assim, “vemos, portanto, como a burguesia moderna é, ela mesma, produto de um longo curso de desenvolvimentos, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca” (MARX e ENGELS, 1998, p. 12). As mudanças na qual os autores se referem, são mudanças no conjunto da sociedade, no qual eles chamam de modos de produção, pois historicamente, esses modos de produção e as sociedades que os representam, vão sofrendo mudanças, que em alguns momentos são bruscas, como foi o caso da Revolução Industrial e mudanças menos significativas.

Por outro lado, “a classe trabalhadora moderna, desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital” (MARX e ENGELS, 1998, p. 20). Como foi apontado em outro momento, é esta classe social que é a produtora de toda a riqueza existente na sociedade, mas esta não é proprietária de riquezas. Normalmente o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de um salário, que não é suficiente para realizar a manutenção de sua vida e dos demais integrantes de sua família, pois o patrão quer acumular cada vez mais riquezas, logo, quanto menos ele pagar para o trabalhador, maior o seu lucro.

Podemos perceber que: “massas de trabalhadores, comprimidos nas fábricas, são organizados como tropas. Como soldados do exército industrial, são colocados sob o comando de uma hierarquia perfeita de oficiais e sargentos” (MARX e ENGELS, 1998, p. 21). Nesta pequena citação, os autores mostram como os trabalhadores estão organizados no interior das fábricas pelos gerentes da produção e demais representantes do capital. Neste caso, podemos perceber que a organização de fábricas e indústrias, reproduz a mesma forma de organização militar, que tem uma forte hierarquia e sua base é a relação entre os que dirigem a produção e os que são dirigidos, isto quer dizer, os trabalhadores em geral.

Para Marx e Engels (1998), não são somente escravos da classe burguesa e do Estado burguês, mas são, a todo dia e a toda hora, escravizados pela máquina, pelo supervisor e, acima de tudo, pelo próprio indivíduo fabricante burguês. Na sociedade moderna, com surgimento do Estado, vimos que a burguesia vai se associar a classe burguesa no sentido de ampliar a sua dominação. A burguesia como classe social, vai lutar para ser a classe dominante também em termos políticos. Assim, essa união entre burguesia e Estado, vai sendo cada vez mais forte no sentido de ter uma instituição para impor e dominar as demais classes sociais. O Estado como organização se fez forte historicamente, e hoje os trabalhadores organizados, tem de lutar são somente contra os burgueses, mas também contra o Estado e demais instituições que representam a burguesia.

No espaço da indústria, da fábrica e demais locais de trabalho, temos a figura do gerente, do fiscal, coordenador de turno e turma etc., são esses que organizam o trabalho para que seja mais produtivo e assim, o patrão conseguir a manutenção do seu lucro, ou mesmo ampliá-lo. Estes indivíduos que são os gerentes do capital, trabalham para reproduzir as formas desiguais de divisão de riquezas existentes na sociedade capitalista.

Os trabalhadores necessitam se organizar para lutar contra essas formas de imposição, dominação e exploração. E quem organiza a luta dos trabalhadores? Eles próprios, a partir das suas necessidades. Não precisam de indivíduos superiores, sindicatos, organizações burocráticas em geral, que falam em seu nome. Sua luta deve ser autônoma, organizados de forma que não possam ser controlados por outros indivíduos, mesmos àqueles que queiram falar em seu nome. Os indivíduos bem intencionados, estarão lutando coletivamente junto aos trabalhadores e ao mesmo tempo

contribuindo com a sua luta, não tentando dirigi-los ou guia-los para a atingir seu objetivo final, que é a revolução social.

A luta do proletariado é constante, há momentos de maior força e há momentos de recuo desta luta, fato normal em uma sociedade que tem por base os antagonismos de classes. Em determinados momentos históricos essa luta é acirrada, e outros momentos não. Desta maneira, “o proletariado passa por vários estágios de desenvolvimento. Com seu nascimento, começa a sua luta contra a burguesia” (MARX e ENGELS, 1998, p. 22). E com o desenvolvimento da sociedade capitalista, passa a lutar também contra outras classes sociais apoiadoras da classe burguesa, como é o caso da burocracia e do Estado que foi citado anteriormente. A burguesia buscou se organizar para dominar o conjunto da sociedade, por isso, que Marx falava que esta cria um mundo à sua imagem. Sua ideologia é muito forte, então os trabalhadores ao terem consciência dessa realidade, tem que se organizar para lutar contra esta e seus representantes.

A organização do proletariado a partir dos seus próprios interesses e consciência, é fundamental para a sua luta. Pois, “no entanto, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não só aumenta em número, como se torna concentrado em massas maiores; sua força cresce e ele sente mais essa força” (MARX e ENGELS, 1998, p. 23). Essa ampliação pode facilitar na organização do proletariado, já que ocorre cada vez mais a universalização do trabalho em fábricas, indústrias, comércio etc. Assim, o proletariado consegue cada vez mais ampliar sua luta e organização para lutar contra a dominação burguesa. No contexto em que Marx analisava a sociedade capitalista e o modo de produção correspondente a esta, ou seja, o modo de produção capitalista, o proletariado estava presente no conjunto das lutas sociais. Ainda era um momento incipiente da sua formação e consolidação como classe social. Entretanto, a luta entre as classes sociais fundamentais no capitalismo já estava estabelecida (burguesia e proletariado). Com o desenvolvimento da sociedade, essas lutas se ampliam e outras classes sociais entram em cena.

Na concepção de Marx e Engels (1998), o verdadeiro fruto de suas batalhas repousa não no resultado imediato, mas na união cada vez mais abrangente dos trabalhadores. Esta união é favorecida pelos meios de comunicação mais desenvolvidos, criados pela indústria moderna e que colocam os trabalhadores de localidades diferentes em contato uns com os outros. Quando o proletariado luta, este consegue resultados rápidos, mas a luta deve continuar para que estes possam atingir o objetivo final, que é a

transformação social radical das relações sociais, ou seja, formar a livre associação dos produtores (sociedade comunista).

O proletariado, tem que fortalecer sua luta em todos os lugares do mundo, pois esta tornou-se uma classe social universal. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, os trabalhadores podem fazer uso dos meios de comunicação para fazer contato com trabalhadores de outros países e regiões, para lutar em favor de uma organização, que é base para que esta classe social possa lutar e por fim derrotar a classe dominante.

A luta que o proletariado trava cotidianamente contra a dominação burguesa, é uma luta ampla que deve ocorrer em todos os espaços da sociedade. Desta forma, Marx e Engels afirmam: “mas cada luta de classe é uma luta política” (MARX e ENGELS, 1998, p. 24). A luta entre as classes sociais, além de política, é econômica, social, cultural etc., pois ocorre de forma ampliada na sociedade em geral. Cabe aos trabalhadores organizados contestar e lutar contra todas essas formas de imposição. Sendo assim, a partir desta organização coletiva terão melhores condições de se organizarem e lutar em todas as frentes.

Entretanto, “esta organização dos proletários em uma classe e, conseqüentemente, em um partido político, está sendo perturbada, continuamente, pela competição entre os próprios trabalhadores” (MARX e ENGELS, 1998, p. 24). Os trabalhadores não podem chegar a esse ponto, de competir uns com os outros, mas devem buscar forças para sua união. O que a burguesia quer também, é colocar os trabalhadores para disputar espaços entre si e conseqüentemente, fragmentar a luta e continuar a sua exploração desapiadada. Quando os autores falam da formação de um partido, não se trata de um partido na concepção moderna de partido político, ou seja, da formação de uma organização burocrática que vai gerir a vida e a luta dos trabalhadores. Este partido é a organização do proletariado de forma autônoma, que é algo bem diferente da organização de um partido político da forma que nós conhecemos hoje, ou seja, da relação burocrática que existe no interior dos partidos políticos e a relação entre dirigentes e dirigidos<sup>1</sup>

A contestação destas relações são fundamentais para que o proletariado possa avançar em termos de organização da sua luta contra a burguesia. Assim, “a própria

---

<sup>1</sup> Para um estudo que desenvolve uma análise crítica sobre os partidos políticos, sejam eles, de direita ou de esquerda e que busca mostrar a importância da concepção de Marx e do próprio proletariado em luta, ver a obra de Viana (2003).

burguesia, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política em geral, em outras palavras, supre o proletariado com armas para enfrentar a burguesia” (MARX e ENGELS, 1998, p. 25). São estas armas, que o proletariado deve utilizar para atingir seu objetivo final, que é a destruição completa da sociedade burguesa. Dentre essas armas, estão os próprios meios de comunicação como foi apontado em outro momento, a produção intelectual, crítico-revolucionária, que também contribui com essa luta.

No desenvolvimento das lutas operárias, sua organização se amplia e novos indivíduos são inseridos nesta luta. Seguindo a concepção de Tragtenberg (2008), a classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Sua luta deve ser fruto da sua própria organização coletiva em sentido amplo, não deve acreditar em indivíduos que buscam controlá-los, dominá-los em nome de partidos políticos, sindicatos e demais organizações burocráticas, que são comuns na sociedade capitalista. Um coisa são os discursos, outra é a prática destas organizações, pois normalmente são aliadas da classe dominante. Estas ações são decisivas na luta do proletariado como um todo.

Nas formas de organização dos trabalhadores de forma mais ampla e planejada, “a ação direta dos trabalhadores substitui os intermediários – os políticos profissionais – e a suprema autoridade é a assembleia, que tem poderes não só para nomear os que querem representa-los, mas também para destituí-los” (TRAGTENBERG, 2008, p. 17). Ou seja, não há necessidades para intermediários, pois esses querem fragmentar a luta e obviamente atender aos interesses dos patrões e não dos operários. Irão fazer uso de um discurso afirmando que estão do lado trabalhadores etc, mas na prática estão do lado dos patrões. A assembleia dos trabalhadores é uma forma coletiva destes se organizarem sem a necessidade do dirigente profissional.

Então, podemos afirmar que “os operários somente podem conquistar sua consciência de classe por meio da contestação direta do sistema que os isola e divide” (TRAGTENBERG, 2008, p.18). É essa contestação, que faz com que o proletariado possa desenvolver uma consciência crítica da realidade na qual estão inseridos. O isolamento é superado com as associações de trabalhadores, em sua luta cotidiana contra o capital e seus representantes.

No espaço da fábrica, da indústria, existem contradições visíveis, onde o trabalhador pode fazer uso e se auto organizar para lutar. Neste sentido, torna-se importante notar a partir da perspectiva de Tragtenberg (2008), na fábrica tudo conspira contra inteligência do operário, expropriado dos meios de produção, dos frutos do trabalho e do conhecimento. Integrado à linha de produção ou vinculado à máquina, o trabalhador constitui “uma máquina” entre máquinas; ele perde a consciência. Mas sua consciência é provocada a todo instante, pelas condições de trabalho, exploração, dominação e opressão sofrida no local de trabalho, logo, estes percebem a necessidade de lutar contra tudo isso.

Na verdade, a classe burguesa e detentora do capital, seus representantes, bem como as instituições burguesas, como é o caso do Estado, que regula e organiza a vida em sociedade, de fato, querem o trabalhador, isolado, no individualismo, e competindo com os demais trabalhadores. Na imposição destas formas ideológicas o capital busca fragmentar a luta dos trabalhadores, estes devem resistir bravamente. Percebemos historicamente, que a única forma dos trabalhadores superar a exploração, dominação e a opressão no trabalho é lutando, e lutando cotidianamente contra seus patrões.

Nesta caminhada, estes irão encontrar dificuldades, mas estes não devem desanimar, deve buscar cada vez mais se associarem em coletivos para fortalecer a luta. Nesta perspectiva, podemos afirmar nas palavras de Tragtenberg: “o egoísmo aparece como produto do capital; o coletivismo, como rebelião do trabalho” (TRAGTENBERG, 2008, p. 24). O coletivismo na luta é fundamental para que os trabalhadores, possam superar a fragmentação destas lutas, pois quanto mais fragmentada, melhor para o capital e seus representantes.

O movimento dos trabalhadores organizados, desde sua origem, lutou e luta contra as formas de imposição e dominação da classe dominante para abolir as relações sociais capitalistas. Foi possível perceber a necessidade de suas lutas e formas de organização com esse fim. Suas lutas foram historicamente marcadas por forte embates contra o patronato.

Podemos afirmar que houve avanços e recuos nesta luta e que hoje com o desenvolvimento da sociedade, do Estado e a burocratização cada vez mais presente, o proletariado, tem que conviver com novas formas de luta e de ação, mas é evidente que a sua luta deve ser autônoma, fora do espaço de partidos políticos e sindicatos, que hoje são organizações extremamente burocratizadas e que visa representar a classe



dominante e não os trabalhadores. Por fim, a sua tarefa é árdua e sua luta deve continuar sendo coletiva, contra todas as formas de dominação.

## **WORKER MOVEMENT, ORGANIZATION, CLASS STRUGGLE OR FRAGMENTATIO**

**ABSTRACT:** This article aims at analyzing the movement of workers, your organization from the class struggle and at the same time, your fragmentation or not, because it is a complex reality, in which workers are inserted. Today, we saw a wide variety of information about social movements in General, especially workers on strike. It would be a legitimate strike? This is one of the ways found to workers claim their social rights, political, economic, etc., that is, it is one of their organization to fight against their bosses. The workers ' movement in General, expresses the class struggle in capitalist society, but some claim that this is in crisis or that no longer exists. To understand this issue becomes critical from conception of Mauritius Tragtenberg, that will be one of our references to think the movement of workers, your organization and how this expresses the class struggle or fragmentation of this. So, this article based on the texts of Tragtenberg, on the Organization of the labor movement, seeks to fundamentally understand this critically important issue for the Organization and the workers ' struggle in your entirety.

**Key words:** movement of workers, organization, class struggle.

### **REFERÊNCIAS**

- MARX, K. (1997). **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2005). **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Centauro.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1998). **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TRAGTENBERG, M. (2008). **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo, Unesp.
- VIANA, N. (2003) **O Que São Partidos Políticos?** Goiânia, Edições Germinal, 2003.
- VIANA, N. (2007). **Escritos Metodológicos de Marx**. Goiânia, Alternativa, 2007.

## A CONTRACULTURA

**André de Melo Santos**

*Doutorando em Sociologia pela UFG.*

[andrxmelo.mov@gmail.com](mailto:andrxmelo.mov@gmail.com)

Os movimentos estudantis que eclodiram no maio de 1968 na França foram os que tiveram o maior destaque. Outros movimentos emergiram no contexto e exerceram alguma influência na crítica da sociedade capitalista. Um desses movimentos é o da contracultura, que foi mais forte nos EUA mas que também criticava o modo de vida americano e buscava uma alternativa a sociedade capitalista. Analisar esse movimento, suas características e seus desdobramentos é a proposta desse trabalho

**Palavras-chave:** contracultura; movimentos estudantis; maio 1968

O movimento denominado contracultura foi um dos polos de contestação que ocorreu nos anos de 1960. Seu surgimento se deu nos Estados Unidos da América, também tendo ressonância na Europa e América Latina. A contracultura se caracterizava por ser uma revolta juvenil que questionava os valores da sociedade capitalista. Embora tendo repercussão mundial, ela não foi um movimento uniforme. Em cada país em que esteve presente, apresentou características próprias, tendo em comum o objetivo de apontar uma alternativa à tecnocracia dominante nas sociedades capitalistas.

Esse movimento surgiu nos EUA, um país, segundo Roszak (1972), em que a tradição de movimentos de esquerda é quase nula, diferentemente da Europa onde o movimento operário é mais organizado e existe uma tradição da esquerda no cenário político. Assim, surgido como uma forma de contestação do modo de vida americano, questionou valores, normas e, principalmente, o sistema estabelecido onde os jovens eram preparados para ser uma engrenagem do sistema.

Desta forma, as contraculturas<sup>1</sup> trazem à tona temas como cultura, tecnocracia, psicanálise, entorpecentes, marxismo e nova esquerda. Todos esses temas foram retomados no movimento e revelam uma crítica da sociedade capitalista, bem como a

---

<sup>1</sup> Roszak (1972) usa o termo no plural devido à variedade desses movimentos, embora todos tivessem em comum a contestação do modo de vida americano.

busca de modelos que superem esta sociedade. Modelos que, em muitos casos, não passam de sonhos sem qualquer perspectiva de transformar a realidade.

A contracultura se opunha à cultura oficial, mas o que vem a ser o conceito de cultura? Segundo François Laplantine:

A cultura é o conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo essas atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem, e transmitidas ao conjunto de seus membros (1991, p.120).

A concepção antropológica de cultura, como demonstrado acima, é ampla e antagônica à concepção marxista, que é restrita, referindo-se apenas a ideias, produção intelectual, etc. e não inclui “material”, costumes, comportamento. Porém, a contracultura se opunha não somente à cultura, mas ao modo de vida e costumes da sociedade capitalista.

Assim, iniciamos o ponto central das contraculturas: uma recusa à cultura ocidental. Embora este movimento fosse situado nos anos 1960, cabe questionar se o termo contracultura se aplica apenas a este período ou se movimentos que questionam a sociedade podem ser enquadrados como contracultura. Os movimentos que questionavam a sociedade nos anos 1960 foram denominados de contracultura por se opor ao modo de vida na sociedade capitalista. Contudo, movimentos com características semelhantes surgiram e não receberam esta denominação. O pós-estruturalismo, com sua crítica aparente à sociedade moderna, poderia se reivindicar herdeiro da contracultura, por exemplo. Porém, os movimentos dos anos 1960 eram radicais e, apesar das contradições, buscavam uma alternativa à sociedade capitalista, algo que o pós-estruturalismo não busca. Pelo contrário, suas ideologias buscam a manutenção da sociedade capitalista. Questionamentos à parte, a contracultura foi um movimento importante no seio dos movimentos dos anos 1960 e, embora não fosse revolucionário a ponto de destruir as bases da sociedade capitalista, teve uma importante contribuição na crítica desta sociedade.

Segundo Carlos Alberto M. Pereira:

O termo contracultura foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições do Ocidente (1983, p. 13).

Se se sentia que algo na sociedade capitalista não ocorria bem, mas com certeza identificar o modo de vida como elemento principal a ser combatido demonstra que estes jovens não eram oriundos da classe operária, pois esta é quem tem clareza da origem de suas angústias nesta sociedade (no caso, a exploração feita pelo capital).

Um ponto principal que levava os jovens a se revoltar contra a ordem vigente é o que Roszak (1972) e Fromm (1970) denominam de “tecnocracia”. Ou seja, uma sociedade totalmente dirigida, na qual os indivíduos são engrenagens do sistema, pensados para funcionarem de forma mecânica. Contudo, existem contradições na sociedade capitalista. Fromm (1975) coloca que o indivíduo “ajustado” a esta sociedade tende a ser, do ponto de vista psíquico, um neurótico, embora em momentos de estabilidade social estas contradições sejam menos notadas. Uma sociedade desse modo pode ter sido pensada na elaboração do Estado integracionista, no qual as necessidades básicas dos indivíduos eram (supostamente) atendidas e, assim, a sociedade funcionaria, para usar o termo de Durkheim, normalmente. Segundo Roszak:

Refiro-me àquela forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional. É o ideal que geralmente as pessoas têm em mente quando falam de modernização, atualização, racionalização, planejamento. Com base em imperativos incontestáveis, níveis cada vez maiores de força humana coletiva, a tecnocracia age no sentido de eliminar as brechas e fissuras da sociedade industrial (1972, p. 20).

A premissa da tecnocracia é manter a sociedade funcionando de forma eficaz. Isso pressupõe que os indivíduos alienados sejam convencidos de que a sociedade funciona bem. Assim, entram em cena os especialistas de todas as áreas, com respostas prontas para os problemas surgidos. Se alguém, por exemplo, está deprimido, procura-se um psicólogo e este indicará uma solução para a depressão. Em todas as áreas do conhecimento na sociedade tecnocrática, estes especialistas criam o mito da ciência e dos cientistas. Rubem Alves (1981) coloca que, na sociedade moderna, o cientista virou um mito, com poderes sobrenaturais acima dos humanos comuns. Assim, há a crítica da razão instrumental, o que pressupõe separar razão instrumental, ligada ao poder e reprodução do capital, e a razão emancipadora, ligada à emancipação humana.

Segundo Roszak (1972), esse mito da ciência, que apoia a tecnocracia, se baseia em três premissas:

- 1- Que as necessidades vitais do homem são de caráter puramente técnico. Ou seja: os requisitos de nossa condição humana submetem-se inteiramente a alguma espécie de análise formal capaz de ser levada a cabo por especialistas, detentores de certos conhecimentos impenetráveis, e que pode então ser traduzida por eles, diretamente, num acervo de programas sociais e

- econômicos, processos de administração pessoal, mercadorias e dispositivos mecânicos;
- 2- Que essa análise formal (e altamente esotérica) de nossas necessidades achasse atualmente concluída em 99%. Por conseguinte, apesar de empecilhos e dificuldades secundárias criadas por elementos irracionais em nosso meio, os pré-requisitos de realização humana acham-se inteiramente satisfeitos;
  - 3- Que os especialistas que sondaram nossos recônditos desejos e que são os únicos capazes de continuar o prover de nossas necessidades, os especialistas que realmente sabem o que dizem, estão todos eles na folha de pagamento oficial da estrutura estatal e/ou empresarial (1972, p. 23-24).

A tecnocracia estabelece um modelo de sociedade em que a adesão da maioria dos indivíduos é necessária para o seu funcionamento. Segundo denominou Marcuse (1967), este seria o “homem unidimensional”, característico das sociedades capitalistas avançadas, cuja consciência é totalmente controlada pelo sistema. Sendo assim, cabe aos jovens, no processo de ressocialização repressivo, destacarem-se no questionamento dessa sociedade. E de maneira inesperada e não prevista, de fato criaram um movimento que abalou as bases da sociedade.

Autores como Fromm (1970) já tinham diagnosticado que a sociedade capitalista é uma sociedade enferma. O seu funcionamento dentro do que se entende por “normalidade” é neurótico. O indivíduo bem adaptado a esta sociedade é alguém que vive em competição com os outros, cultua o dinheiro como um deus, vive bombardeado por necessidades artificiais de consumismo orquestrado pela mídia, etc. Enfim, o indivíduo considerado normal é alguém totalmente alienado, e seus desejos e sentimentos são manipulados.

O efeito dessa manipulação pode ser percebido de várias maneiras, desde o fanatismo religioso até a quantidade de indivíduos que procuram clínicas para tratamento psiquiátrico. Pode ser que muitos indivíduos sintam que a sociedade vai mal, mas diagnosticar a real causa e lutar contra ela é algo mais raro, tanto do ponto de vista individual, como social. O ponto central dessas análises se centra no conceito de alienação:

Contudo não se trata de alienação naquele sentido puramente institucional em que o capitalismo tende a alienar o trabalhador dos meios e frutos da produção; e sim a alienação com o homem, um amortecimento que pode insinuar-se até mesmo naqueles movimentos revolucionários com que as melhores intenções humanitárias tentam eliminar os sintomas externos de alienação (ROSZAK, 1972, p. 68).

Desta forma, os jovens buscaram alternativas à cultura capitalista ocidental. Este é o caso do surgimento do movimento hippie nos Estados Unidos, movimento que buscava questionar a sociedade através da recusa de sua inserção, tal como é planejado

por esta. A recusa da razão ocidental e retorno do pensamento religioso é algo que Roszak (1972) coloca como inédito na crítica ocidental desde o Iluminismo, embora essa busca religiosa tenha como característica a procura por religiões orientais.

Outro ponto levantado pelas contraculturas é denominado por Roszak (1972) como a dialética da libertação: Freud e Marx. A realidade psíquica ou a realidade social é o motor principal de nossas vidas? Essa pergunta pode ser respondida não opondo os dois pensadores, mais sim usando um para complementar o outro. Segundo Fromm:

Marx acreditava que a maior parte do que pensamos sobre nós e os outros é ilusão, é ideologia. Acreditava que nossos pensamentos individuais formam-se de acordo com as ideias desenvolvidas por uma determinada sociedade, e tais ideias são condicionadas pela estrutura e modo de funcionamento da sociedade... Freud impressionado com experiências hipnóticas que demonstravam como a pessoa em transe pode acreditar na realidade daquilo que é evidentemente irreal, ele descobriu que as maiorias das ideias das pessoas que não estão em transe também não correspondem a realidade, e que, por outro lado, a maior parte do que é real não é consciente (FROMM, 1965, p. 18-19).

Marx fala sobre os mecanismos utilizados pela burguesia para manter sua dominação sobre as demais classes, isto é, a ideologia, e a necessidade de desmascará-la. Freud faz algo semelhante pensando em relação ao indivíduo. Se os pensamentos deste indivíduo não são conscientes como comumente se imagina, existe algo a ser descoberto: o inconsciente, que, para Freud, precisa ser desvendado. Se para Marx era preciso destruir a sociedade capitalista para libertar o homem, Freud acreditava que o inconsciente deveria ser revelado e, assim, fazer com que o homem se adeque à vida na sociedade. Porém, Freud, devido à sua condição de classe, não percebeu que a psicanálise pode contribuir para emancipação humana. Foram outros autores, como Fromm, que perceberam que a psicanálise freudiana, junto com o marxismo, poderia contribuir para a luta contra a dominação capitalista.

Isso foi percebido nos movimentos dos anos de 1960. Roszak (1972) coloca que a liberdade sexual era um dos principais pontos a serem debatidos. A rebelião na França teve capítulos relacionados à repressão sexual, sendo que o estopim desta rebelião ocorreu quando não foi permitida a visita de estudantes do sexo masculino ao alojamento do sexo feminino (GROPPO,2001). Assim, a revolução sexual estava em pauta, fundamentada pelas teorias de Reich, para quem:

A importância primordial do orgasmo para o bem da saúde, tanto mental quanto física, bem como para evitar neuroses, levou-o a formular uma teoria de psicopatologia e uma crítica à sociedade capitalista... A sua convicção era, que a vida podia, sem dúvida ser mais livre e menos complicada e menos complicada que as sociedades civilizadas permitem, e que, se o homem pudesse viver pelos seus instintos e não em submissão à sua armadura de

caráter, a vida poderia ser não só mais livre e rica do que é, como ainda muitos problemas morais e doenças físicas, incluindo o câncer, jamais ocorreriam (RYCROFT, 1971, p. 41).

Para Reich, o fundamental era a liberdade sexual, pois ela estava na raiz da dominação exercida pela sociedade capitalista. Logo, sua tese teve alguma influência nos movimentos dos anos 1960. Porém, estes não perceberam que a libertação sexual não ocorreria sem as condições para o desenvolvimento de uma nova sociedade. Isso porque no interior da sociedade capitalista a suposta “libertação” sexual é limitada pelos ditames do capital (mercado), Estado, classe social, valores e cultura em geral, etc.

Assim, a bandeira da liberdade sexual, levantada como uma das principais críticas à sociedade capitalista, tornou-se limitada. Logo, tal bandeira passou a ser dos pós-modernistas, com um conteúdo reacionário.

Nesse sentido, os movimentos da contracultura buscavam se libertar da moral burguesa, da racionalidade ocidental. Segundo Groppo:

A família e a escola são do ponto de vista político, oficinas para produzir pessoas obedientes à ordem burguesa... A falta de espírito crítico, a proibição de protestar, a ausência de opinião pessoal caracterizam a relação das crianças fieis à família, do mesmo modo como os empregados e funcionários se submetem ao Estado e os operários sem consciência de classe se submetem aos patrões (2001, p. 598).

Se o inimigo era a sociedade capitalista e, conseqüentemente, a socialização efetuada nesta, seria natural que os movimentos juvenis se aproximassem das teses e do movimento operário. Já que este tem a obrigação de se libertar da opressão, destruindo a sociedade capitalista – seu objetivo histórico. Contudo, o pertencimento de classe pode determinar até que ponto o indivíduo está disposto a romper com a sociedade. Isso significa dizer que os “rebeldes sem causa”, oriundos da classe burguesa, não almejavam destruir esta sociedade, apenas gostariam que ela fosse mais livre, como demonstra Carlos Alberto M. Pereira:

Era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que, tendo pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, rejeitavam esta mesma cultura de dentro (1983, p. 23).

Desta forma, os movimentos da contracultura, segundo Roszak, tomaram vários caminhos: desde a arte de vanguarda, misticismos, esoterismos, liberalização sexual até experimentos com drogas psicodélicas, tidos como experiências que faziam expandir a mente e a percepção da realidade, quando sabemos que os efeitos das drogas não são tão benéficos assim.

## Segundo Groppo:

Theodore Ronzak criticava tenazmente os rumos tomados pelas contraculturas e o movimento hippie, ao tornar a experiência psicodélica com drogas a principal e, em muitos casos, a única forma de exploração da consciência e busca de novos compartimentos de espírito. Deste modo, grande parcela dos jovens nas contraculturas, rumava para a alienação e auto-destruição: A experiência psicodélica é um elemento importante da rejeição radical da sociedade adulta por parte dos jovens. Contudo, é essa busca frenética da panaceia farmacológica que tende a desviar muitos jovens de tudo quanto sua rebelião tem de mais valioso e que ameaça destruir suas sensibilidades mais promissoras (2001, p. 593).

Assim, chegamos ao ponto em que as contraculturas chegaram ao seu limite. Apesar das críticas à sociedade capitalista ocidental, sua racionalidade, seus valores, sua moral repressiva, etc., os caminhos tomados pelo movimento não apontavam para a superação desta sociedade. Pelo contrário, a cultura hippie, através da música e das roupas, foi incorporada pelo capital. No caso da música, o período que vai dos anos 60 aos 70 foi a época da música psicodélica. Bandas de rock, como Pink Floyd, exploraram estas experiências com drogas, entre outros.

Dentre os movimentos que surgiram nos anos 1960, as contraculturas não tiveram a radicalidade do maio de 1968 na França, porém deixaram um legado de crítica ao modo de vida na sociedade capitalista. Contudo os caminhos tomados pelo movimento, como a experiência com as drogas e o misticismo afastou o movimento de qualquer possibilidade de avançar na crítica da sociedade. Também a contracultura foi assimilada pelo indústria fonográfica, as bandas de rock tiveram grande sucesso. Essas bandas de rock fizeram a cabeça dos jovens que acreditavam que ser roqueiro era uma forma de criticar a sociedade, quando na verdade tudo servia a sociedade capitalista e as críticas eram bastante limitadas.

Outro aspecto que foi evidenciado pelas contraculturas foi a crítica a sociedade tecnocrática. Contudo com o desenvolvimento tecnológico e principalmente do meios de comunicação eletrônicos a sociedade capitalista se tornou mais dependente da tecnocracia. Hoje existe especialistas para todos os problemas, estes se tornaram celebridades conhecidas e respeitadas pelo grande público.

Por fim se a contracultura não tinham a radicalidade de outros movimentos dos anos 1960, elas deixam claro que a socialização na sociedade capitalista, mesmo para indivíduos oriundos de classes privilegiadas e não precisam se preocupar com a sua sobrevivência sentem a necessidade de algo que não está presente nesta sociedade. O homem moderno é um homem vazio (ROJAS, 1996), esse vazio está no aspecto de sua



humanidade que é convertida em mercadoria. As relações sociais que ele estabelece são permeadas por essa característica. O homem luta contra esse vazio contudo ele não percebe os elementos que são fundamentais, a crítica da sociedade capitalista e sua superação. Neste ponto o maio de 1968 avançou mais que as contraculturas. Porém ambos são o sintoma de uma sociedade doente e, que os indivíduos se revoltam contra ela.

## THE COUNTERCULTURE

**ABSTRACT:** The student movements that erupted in may of 1968 in France were those that had the most prominence. Other movements emerged in the context and exerted some influence on the critique of capitalist society. One such movement is that of the counterculture, which was stronger in the US but which also criticized the american way of life and sought an alternative to capitalist society. analyzing this movement, its characteristics and its unfolding is the proposal of this work.

**Keywords:** counterculture; student movements; may 1968

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. (1981) *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Brasiliense.
- FROMM, E. (1965). *Meu Encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FROMM, E. (1970) *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar,
- FROMM, E. (1974) *O Dogma de Cristo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FURTER, P. (1967) *Juventude e Tempo Presente*. São Paulo: Paz e Terra.
- GROPPO, LA. (2000) *Juventude*. Rio de Janeiro: Difel.
- GROPPO, LA. (2001). *Uma Onda Mundial de Revoltas*. Tese de Doutorado: Unicamp.
- GROPPO, LA. (2006). *Autogestão, Universidade e Movimento estudantil*. São Paulo: Autores Associados.
- LAPASSADE, J. (1974) *A Entrada na Vida*. Porto: Edições 70.
- LAPLANTINE, F. (1991) *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense.

- LEITE, J.C. (2003) *Fórum Social Mundial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- LIPOVETSKY, G. (1973). *Diagnóstico de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LIPOVETSKY, G. (1987) *O Império do Efêmero*. São Paulo: Cia das Letras.
- MARCUSE, H. (1967). *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARCUSE, H. (1973) *Contrarrevolução e Revolta*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARX, K. (2011) *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo.
- PEREIRA, C. A. M. (1983) *O que é Contracultura*. São Paulo: Brasiliense.
- ROJAS, E. (1996) *Homem Moderno: A Luta Contra o Vazio*. São Paulo: Mandarim.
- ROSZACK, T. (1972) *A Contracultura*. Rio de Janeiro: Vozes.
- RYCROFT, C. (1971) *As Ideias de Reich*. São Paulo: Cultrix.
- SLATER, P. (1978) *Origem e Significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIANA, N. (2007) *A Consciência da História*. Rio de Janeiro: Achiamé
- VIANA, N. (2007b) *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa.
- VIANA, N. (2008). *O Que é o Marxismo*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.
- VIANA, N. (2009), N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras.
- VIANA, N. (2012). *Juventude, Contestação, Autogestão*. Goiânia: II Simpósio de Ciências Sociais
- VIANA, N. (2012). *Juventude, Trabalho e Autogestão Social*, In Ciências Humanas Revista da Estácio de Sá. Goiânia.
- VIANA, N. (2012). *Regime de Acumulação, Gerações e Juventude*. In Revista Espaço Acadêmico, Número 129, Fevereiro de 2012. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/584>.

## **A AGRICULTURA NO BRASIL: O LADO OCULTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA**

**Layanna Sthefanny Freitas do Carmo**

*Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Bolsista Capes.*

[layannaestefanny@gmail.com](mailto:layannaestefanny@gmail.com)

Este artigo parte de uma análise da agricultura no Brasil e os processos de modernização que marcam o conflito agrário na produção das terras. Nesse sentido, busca através de um estudo historiográfico entender a relação entre as forças capitalistas e o lugar do camponês rejeitado pelas condições desenvolvimentistas espelhadas no progresso, tende a uma precarização e desemprego do trabalhador do campo em uma exclusão social e concentração da propriedade nas mãos dos grandes latifundiários. Desse modo, os trabalhadores rurais são expropriados e submetidos as incertezas que são impostas pelas transformações que sustentam as novas tecnologias.

**Palavras-chave:** Agricultura, modernização, Brasil, capitalismo, agrícola.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a agricultura no Brasil e sua relação com a modernização no campo e perceber as políticas neoliberais no território brasileiro. Busca-se como base um estudo da historiografia que parte da modernização da agricultura e o maquinário que fomenta a racionalidade do agronegócio. Por esse fato, propõe entender como a questão agrária tem sido alvo de tensões entre os agentes históricos e sociais ao longo do tempo, sobretudo, sujeitando as competições do mercado e imposições dos padrões econômicos do médio e do grande produtor. Com isso, subordinando o camponês que não se encontra incluído nas políticas de desenvolvimento e enfrenta diversos problemas em relação ao acesso aos meios tecnológicos de produção.

A agricultura e sua análise das condições provêm de alguns estágios em que a economia facilitou o acesso do trabalhador o mantendo como servo do meio, tendo em

mente que milhares de trabalhadores são expulsos das terras quando não explorados, quase sempre distantes das mudanças que atinge esses grupos em termos de políticas públicas. Nesse caso, a luta por direitos políticos e sociais que inclua esses agentes nas relações trabalhistas se torna necessário para uma regularização das tarefas e na geração de empregos.

### **1- Questão Agrária e suas problemáticas**

A questão agrária no Brasil está ligada as disparidades no que diz respeito a distribuição das terras em um complexo no espaço em que o processo produtivo envolve diretamente à base dos interesses do capitalismo agrário, sendo produto dos antagonismos entre as classes sociais. A construção e reajustes dessas classes tem suas raízes históricas e ao mesmo tempo é socialmente inserida no âmbito das relações públicas e privadas. Os capitalistas realizam o discurso para legitimar o agronegócio, onde vai acentuar as desigualdades estruturais, levando em consideração que os latifúndios e a concentração fundiária no Brasil são amparadas por programas e instituições governamentais. O trabalhador no campo ao exercer a sua força de trabalho, intensifica a produtividade para o capitalista vivendo em condições de riscos. Sendo assim, a agricultura representa o principal núcleo de poder entre capitalistas e trabalhadores.

Por esse fato, buscamos evidenciar a estrutura agrária enquanto objeto a ser analisado neste artigo. Desta maneira, a citação abaixo, aponta o processo de formação e as possíveis consequências de diversas disputas em torno dos territórios:

A estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento. Cerca de 85% dos imóveis rurais tem áreas inferiores a 100ha e possuíam, em 1972, pouco mais de 15% da área cadastrada. No outro extremo, os imóveis de mais de 100 ha, que não chegam a representar 15% do número total dos imóveis, apropriam-se de quase 85% da área total dos mesmos. Tomando-se apenas os imóveis de mais de 1.000 ha, que representam apenas 1,5% dos imóveis do país, vê-se que eles se apropriam de mais da metade (51,5) da área total cadastrada (SILVA, 1981, p.34).

O uso da agricultura e as demandas dos mercados na lógica da economia de mercado vai gerar renda e produtividade, entram em conflito quanto ao uso dessas propriedades favorecendo os grandes proprietários de terras. Isto reflete diretamente na dependência do trabalhador sujeitado e recriado pela ação dos capitalistas, mesmo nesta

monopolização, esses grupos necessitam da sobrevivência, assim devem lutar por um pedaço de terra. Nesse caminho, a distinção de valores que agregam as adversidades estruturais no trabalho e as transformações que se apropriam dos meios e do território enquanto instrumento da mão de obra, produtividade e dos setores industriais, tem possibilitado a existência de estratégias políticas na funcionalidade das terras e suas disparidades em movimento. Em outro apontamento, se faz notar uma outra indicação:

Essa desigualdade adquire maior significado num contexto em que a terra se configura ainda como meio de produção fundamental. Sob o domínio do capital, espera-se uma intensificação do processo produtivo, que se traduz na crescente utilização de insumos, máquinas e equipamentos, destinados a elevar a produtividade do trabalho. A terra em si mesma, ou melhor, a sua extensão, passa a perder importância, na medida em que se torna possível obter, em menores áreas, um produto igual ou superior ao que anteriormente demandava grandes extensões (SANTOS, 1981, p. 34).

Nesta perspectiva, é preciso perceber que as relações de desigualdade são as principais realidades na esfera do poder oculto nas relações econômicas, visando que suas vidas no cotidiano se alternaram com a modernização prévia, bem como as dificuldades que o capital enfrentou através do ritmo de trabalho na mecanização do campo. Embora deva ser ressaltado que apesar dos recursos técnicos desempenharem papel ativo nas tentativas de modernização da agricultura, é preciso considerar que ela se deu em pequenos passos e até mesmo com limites que restringiram a real intenção de progressos espontâneos nas regiões, muitas vezes malsucedidos, interferindo na qualidade de vida do trabalhador comum.

A terra enquanto meio de produção e os grupos que nela habitam ou mesmo se apropriam dos procedimentos que fazem interferência direta sobre a mesma, é algo complexo desde a organização em torno dessas terras e entre os agentes que possuem a legalização sobre a mesma e quem não possui. As políticas que buscam o desenvolvimento econômico nem sempre se alinham as populações que dependem do campo.

Sendo assim, Neto (1997) irá evidenciar um diálogo entre pesquisadores que se debruçaram sobre a questão da agricultura no Brasil e a atuação do Estado na sociedade moderna na perspectiva progressista em função de um planejamento associado a um projeto político brasileiro na transformação da estrutura social e tecnológica. Mais adiante, também compreende o sentido da “*agricultura retrógada*” e até que ponto isso explica as relações no campo e a estrutura agrária como um todo.

Partindo de um campo que abre espaço para os debates realizados sobre a agricultura na concepção de Neto (1997), está Conceição Tavares que compreende que a industrialização substituiu a economia brasileira e os produtos que dela derivaram, havendo assim uma mudança de interesses no mercado e uma evolução nos recursos produtivos. Nota-se que a contribuição de alguns fatores dentro do panorama político como o plano de metas no governo Kubitschek e a consolidação do Estado na economia do país, teria alavancado a modernização e os seus ajustes nas estruturas administrativas.

Entre outros pensadores que projetavam suas atribuições ao processo de industrialização, se insere as colocações de Octávio Ianni e seu entendimento de que o país se engajou em um projeto de desenvolvimento capitalista nacionalista-reformista com Getúlio Vargas. Nesse caminho, Paul Singer ao reduzir a agricultura em um empecilho na industrialização, identificou que o elo agricultura-estrutura agrária deveria ser rompido, recolocando uma nova estrutura em vista de um mundo urbanizado em suas técnicas.

A esse modo, é preciso enfatizar que os caminhos de um outro horizonte econômico em contraponto ao meio rural podem ser mencionados nesta posição:

Em que pesem as divergências teóricas e ideológicas que permeiam a obra dos autores citados, e de diversos outros coadjuvantes no intenso debate sobre a questão agrária do período, vimos que existe um fio norteador: a percepção do setor rural como um entrave ao processo de desenvolvimento da economia nacional. São variadas as formas de se entender as razões deste atraso do agro, mas no geral convergem nas ações políticas a serem instauradas para a superação do impasse: reformas fundamentais na sociedade e, em particular, na estrutura agrária. À exceção de Jacques Lambert e Gunder Frank, todos preconizam como inadiável a realização da reforma. Neste aspecto, cumpre chamar novamente a atenção para as diferenças de concepção de reforma agrária em Caio Prado Júnior e nas outras posições de esquerda, conforme demonstramos acima. Independente do acerto de todas as tendências, não se pode deixar de reconhecer a sua importância para os avanços dos estudos sobre a realidade agrária brasileira. A intensidade do debate, o volume e a qualidade das contribuições, se não conseguiram aprofundar o processo até os limites que se colocavam- reforma agrária, transformações nas relações de produção, etc. – não permitiram mais que a questão agrária retornasse ao limbo das decisões políticas (NETO, 1997, p. 65).

É notório que a aceleração de uma produção que atendia as premissas de um mercado disposto a negligenciar o latifúndio e se adaptar a outras tendências que não se enquadravam nas formas “*arcaicas*” e “*caducas*” segundo autores como Guimarães referenciados por Neto buscavam depreciar a economia agrária a assemelhando ao contexto histórico das heranças coloniais e feudais. A mudança das importações e a

substituição desta com as novas condições para indústria na sua dinâmica se associa a dominação em um contexto de crises e estratégias.

Na busca de uma reflexão sobre as relações de força e poder em um jogo simbólico e político na sociedade, Bourdieu (1989) expõe a presente consideração:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher com probabilidade de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p.164).

Conforme está sendo enfatizado, o poder é uma realidade que ao penetrar nas teias da realidade oculta, gera as forças no campo das lutas simbólicas em que a desigualdade se faz sentir entre os mandantes e os mandatários no mundo social. Posto isso, as singularidades dos sujeitos no tempo e espaço são caracterizadas pelas disputas entre grupos que estão vinculados em suas respectivas posições de classes. Assim, delimita-se a atuação do Estado, dos trabalhadores e os capitalistas em um seguimento que adquire contornos antidemocráticos na sociedade.

A democracia como instrumento das classes acaba sendo desigualmente introjetada nos setores regionais em escalas de desigualdade extrema na ordem burocrática e institucional. No sistema agrário, a indiferença problematizada não é indiferente, entre outros meios representativos no que segue a efetivação da cidadania. Carvalho (2008), na obra: *Cidadania no Brasil*, traz uma interessante retomada histórica do período colonial, ditatorial e a redemocratização eleitoral contrapondo os direitos civis, políticos e sociais em uma democracia incompleta e deficitária.

Tendo em vista de que acender a luz de uma conquista, é se deparar com alguma derrota nessas alternâncias políticas entre os agentes coletivos ao longo dos processos históricos no Brasil. O país que herdava a escravidão foi o mesmo ao herdar a condição humana de escravo, a grande propriedade rural fechada à ação da lei, e um Estado comprometido com o poder privado. A participação política nacional limitada a grande

maioria do povo também revela o arbítrio das autoridades em um defasado estágio em que a cidadania passou a ser cenário de avanços e retrocessos.

Contudo, uma dimensão sobre a ação humana pressupõe sistematizar as suas diversas representações segundo (LE GOFF, 2003), podem ser manipuladas. Por tudo isso, a percepção do tempo e as transformações históricas ao longo dos séculos, versa o que Reis (2006), define como um signo de paradoxo entre criar, destruir, fixar, mobilizar ou mesmo mudar. Nota-se que a existência do indivíduo nas suas mais variadas formas de experiências e vivências, produz sentido e mais do que isso, contempla a produção de tentativas da realidade que está em constante mutação encobrendo ao não dito. Passado e presente estão em permanentes reinterpretações.

A questão fundiária no Brasil envolve diversos parâmetros étnicos, capitalistas, pequenos grupos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários que estão submetidos às terras. Estas sofrem consequências que vão desde a violação desse direito, até atuação de determinados grupos capitalistas que buscam expropriar os territórios em que esses povos ficam à mercê de condições insalubres, em favor da produção agrícola em grande escala, tal como podemos perceber os investimentos do agronegócio no Brasil. Com isso, muitos grupos, como o caso de populações indígenas tradicionais que dependem das suas fontes naturais de subsistência se tornam cada vez mais ameaçadas e escassas, devido ao exercício do poder em suas diversas esferas. Por outro lado, as invasões de muitos pistoleiros e o uso da violência armada contra as comunidades indígenas, coloca em perigo sua identidade como produto cultural da sua diversidade em vista da globalização, ultrapassando a mera perda de um espaço material.

Para Silva (1981), a propriedade de terras denota-se por um caráter “não-progressista” e até mesmo parasitário no sentido das transformações que passam a ser insuficientes. As premissas do capitalismo no campo, acentuou as instabilidades entre trabalhadores temporários que se assalariaram em certos períodos. Por esse lado, as terras como fontes produtivas se mesclam entre grandes e pequenas propriedades na manutenção das atividades que variam entre a extração dos elementos do campo como prioridade básica, e em outra vertente as atividades de caráter formal. Isto em associação ao capital e sua exploração. Vejamos a citação seguinte:

É essa forma de desenvolvimento que recria aquelas mesmas relações no interior das grandes propriedades, nas regiões de colonização mais antiga e especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Nestas, os “pioneiros” são pequenos arrendatários, parceiros e posseiros que, após a



limpeza do terreno e um ou dois anos de cultivo, entregam-no sob a forma de pastagens às grandes empresas agropecuárias (muitas vezes ligadas ao capital industrial). Os pequenos produtores vão sendo então “empurrados” para a frente, para irem, progressivamente, incorporando seu trabalho a empreendimentos cujo lucro se reverte em benefício do grande proprietário e do grande capital (SILVA, 1981, p. 36-37).

Nesta análise, pode-se dizer que a situação de pobreza, a subsistência em relação ao plantio e a própria migração na dinâmica das relações de fronteira, alicerçam a dependência ao capital. Historicamente, o engenho como núcleo de posse do seu proprietário e agregados em alinhamento, configurou uma outra realidade na sociedade contemporânea em que a produção fundiária se sobrepõe ao meio. Por esse fato, as alianças entre Estado, políticas de crédito e incentivos fiscais sobre a agroindústria norteiam o interesse dominante que se renova com a técnica e em outro momento, exclui centenas de trabalhadores que são expulsos das terras, quando não são obrigados a serem incorporados à uma intensa jornada de trabalho. A abordagem fundiária situa uma outra passagem em destaque:

Dessa forma, vastas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, até então relegadas ao cultivo e criação para a subsistência nos marcos da agricultura tradicional, vêm passando, nos últimos decênios, por um processo de mudanças sociais que se fazem sentir de forma evidente através da urbanização, aumento dos conflitos fundiários, e, por extensão, da mudança nas contratualidades vigentes nas relações de trabalho. O colonato e a parceria, outrora dominantes nas sociedades agrárias tradicionais, gradativamente cederam seus domínios à relação salarial, sob forma de empregos assalariados permanentes, bem como aos empregos temporários – que já era comum em determinadas atividades agrícolas –, personificadas na figura dos boias-frias. E, mais recentemente, a emergência dos trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravidão – que nunca deixou de existir, diga-se de passagem – evidencia a complexidade de um sistema de exploração do trabalho, entre o tradicional e o moderno, mas também com espaço para a presença de relações arcaicas e moralmente condenáveis pelas sociedades modernas (FREITAS, 2015, p. 46-47).

Esta reflexão, retoma as considerações de Santos (1981) onde este autor afirma que a exploração dos trabalhadores agrícolas com a mão de obra barata se consolida com os mecanismos estatais ofertadas pelas demandas comerciais. Situando esse fato, se manifesta uma organização antidemocrática em que o trabalhador perde a sua voz perante as mobilizações ativadas em prol da sua consciência de classe. Germani (2010) mostra a relevância dos movimentos sociais na construção das territorialidades, definindo a reivindicação dos territórios de diversos grupos em foco na luta pela terra no campo, através da emergência dos movimentos sociais em uma ação concreta como fator elementar na conquista de direitos sociais.

Freitas (2015) demonstra que, a modernização em territórios rurais passa a atingir as produtividades das áreas de plantações, seja com implementos, fertilizantes e mudanças sociais. Complementando assim, que é preciso se atentar ao processo de modernização com os seus retrocessos devidamente problematizados em consonância ao capital em algumas regiões do cerrado.

Ainda assim, ressalta-se um ponto importante, ou seja, o mundo brasileiro rural que adquiriu nova configuração de sentido. Freitas (2015), vai mais adiante e repensa conceitualmente esse mesmo mundo rural. Contudo, afirma que a velha posição rural-urbano produziu uma nova identidade. Com esse olhar, as expectativas sobre o campo se tornou algo ainda mais profundo pelo conjunto de indivíduos ligados a agricultura diversificando suas formas de trabalho.

A força da agroindústria e a substituição de um modelo de desenvolvimento aplicado ao campo em conexão com o capitalismo é evidente ao longo dos processos históricos. Neto (1997), entende as generalizações acerca do sistema agrário em autores marxistas que acreditavam na superação do campo como é o caso do PCB e sua visão desenvolvimentista na expansão técnico-científica em que a esquerda se entrelaça com os países europeus capitalistas. Discordando dessa concepção, faz referência a Caio Prado Júnior que contrariando esses investimentos financeiros espelhados nas decisões externas do país, defende uma outra reforma agrária baseada na luta que incorpora os direitos trabalhistas e a proteção legal dos trabalhadores.

Os meios de comunicação põem à mostra a forte influência do parlamento brasileiro e sua bancada ruralista que de alguma forma, visa silenciar as lutas sociais e projetos que estão voltados para atender aos pequenos produtores. Bonin (2015), aponta que um dos principais aspectos do modelo de capitalismo neoliberal no Brasil é o alinhamento a competição que leva a ordem da fortificação de uma infraestrutura capaz de atender às demandas do agronegócio. Por outro lado, a imposição de um padrão científico que possui as suas raízes desde a colonização de meados do século XVI, traça um trajeto que perpassa desde os migrantes e sertanistas e o aval da coroa; até a construção de um pensamento dominante do mito fundador dos desbravadores e chegou a produção aurífera no século XVIII, provocando as rupturas de um tempo amparado ao cientificismo e religados novamente a ciência na mecanização do campo.

Considera-se, portanto, que a agricultura no Brasil possui uma trajetória de crises, ajustes e objetivos de modernizar o campo como instrumento da burguesia. Alguns pensadores reinterpretem conceitualmente o mundo rural como uma pedra para

o desenvolvimento capitalista. As tendências conservadoras no marxismo que se referiram a estrutura agrária como um problema para a visão progressista, foi reformulada em outros parâmetros procurando superar a concepção de atraso frente as aspirações da indústria e colocar em cheque um agravante mais necessário dentro da reforma agrária que é o lugar do trabalhador do campo.

O obscurecimento das relações e da falta de privilégios ao homem sertanejo nos apontamentos de Caio Prado Júnior, este chama atenção para a criação do estatuto do trabalhador como algo mais eficiente do que reduzir o campo a ineficiência. Assim, outros pesquisadores afirmam que a questão agrária não foi um fardo para o desenvolvimento. Nesse sentido, ela contribuiu ao mesmo, mas o fardo maior seria as relações de trabalho no campo. As correntes pessimistas que estigmatizaram a agricultura no desenvolvimento estrutural estiveram longe de compreender a mesma nos ganhos da produtividade agrícola, sendo que o sentido de modernização positiva no campo também deveria abranger as características regionais e não depreciá-las.

Por fim, a modernização da agricultura manipulada pelo mercado em uma tendência tecnológica na busca pela lucratividade, é um procedimento de autocontrole e até mesmo uma posição precipitada, pois na economia, se tornou a principal fornecedora de excedente de alimentos, matérias prima e mão-de-obra. Desvincula-se desta forma, a sua perspectiva de atraso e coloca-se em pauta a participação do trabalhador e o acesso à terra em que o novo modelo de sociedade não excluísse o mesmo através de uma política governamental adaptada ao contexto urbano-industrial. Portanto, observar o lado do trabalhador e as melhorias que esse sujeito no meio rural poderia adquirir é uma das mais importantes propostas em termos de mudança na estrutura agrária.

A luta pelos direitos sociais do trabalhador no campo é primordial, atrelado as reformas na agricultura em benefício do mesmo. Tendo em voga que a produção no campo em seus conflitos de interesses na lógica capitalista nem sempre insere esses movimentos de trabalhadores nas relações sociais. Apresenta-se uma necessária retomada da problemática a ser ampliada e assim não ocultando esses homens de seus próprios espaços.

## **AGRICULTURE IN BRAZIL: THE HIDDEN SIDE OF AGRICULTURAL MODERNIZATION**

**ABSTRACT:** this article is part of an analysis of agriculture in Brazil and the processes of modernization that mark the agrarian conflict in the production of the land. In this sense, search through a historiographical study understand the relationship between capitalist forces and the place of the peasant development mirrored the conditions rejected by the progress, tends to a precariousness and unemployment of the field worker in a social exclusion and concentration of ownership in the hands of large landowners. Thus, rural workers are expropriated and subjected the uncertainties that are imposed by the transformations that support new technologies.

**Keywords:** Agriculture, modernization, Brazil, capitalism.

## REFERÊNCIAS

- BORDIEUR, P. (1989) **O Poder Simbólico**. Difusão Editorial Bertrand, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J. M. (2002). **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GERMANI, G. I. (2010) **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, v., p. 269-304.
- LE GOFF, J. (2003) **História e Memória**. Campinas, Editora da Unicamp.
- LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ J. S. (2015) **O Cerrado Projetos Políticos, Atores Sociais e Dinâmicas do Território**. Editora: UEG. Anápolis.
- NETO, W. G. (1997). **Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. Editora Hucitec, São Paulo.
- REIS, J. C. (2006). **História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- SILVA, J. G. (1981). **A Modernização Dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar Editores, Rio de Janeiro.